



PLANO PLURIANUAL 2024-2027

GOVERNADORIA DO ESTADO

Governador do Estado do Piauí

Rafael Tajra Fonteles

Vice-Governador do Estado do Piauí

Themístocles de Sampaio Pereira Filho

Secretário de Estado de Governo - SEGOV

Marcelo Nunes Nolletto

Secretaria de Estado de Planejamento - SEPLAN

Washington Luís de Sousa Bonfim

Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ

Emílio Joaquim de Oliveira Júnior

Secretaria de Estado de Administração - SEAD

Samuel Pontes Nascimento

Secretário Chefe do Gabinete do Governador

Pedro Alves de Carvalho Rocha Filho

Procuradoria-Geral do Estado do Piauí - PGE

Francisco Gomes Pierot Júnior

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Secretaria de Estado de Justiça - SEJUS

Coronel PM Carlos Augusto Gomes de Sousa

Secretaria de Estado de Segurança Pública - SSP

Francisco Lucas Costa Veloso

Delegacia-Geral da Polícia Civil da Secretaria de Segurança Pública - PC/PI

Luccy Keiko Leal Paraíba

Secretaria de Estado da Educação - SEDUC

Francisco Washington Bandeira Santos Filho

Secretaria de Estado da Saúde - SESAPI

Antonio Luiz Soares Santos

Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Direitos Humanos - SASC

Maria Regina Sousa

Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMARH

Daniel Carvalho de Oliveira Valente

Secretaria de Estado da Cultura - SECULT

Carlos Adalberto Ribeiro Anchieta

Secretaria de Estado da Defesa Civil - SEDEC

José Icemar Lavôr Neri

Secretaria de Estado de Infraestrutura - SEINFRA

Flávio Rodrigues Nogueira Júnior

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico - SDE

Janaína Pinto Marques Tavares

Secretaria de Estado dos Transportes - SETRANS

Jonas Moura de Araújo

Secretaria de Estado do Turismo - SETUR

Pablo Dantas de Moura Santos

Secretaria de Estado para Inclusão da Pessoa Com Deficiência - SEID

Mauro Eduardo Cardoso e Silva

Secretaria de Estado das Cidades - SECID

Maria Vilani da Silva

Secretaria de Estado de Relações Sociais - SERES

Raimunda Núbia Lopes da Silva

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional, Abastecimento, Mineração e Energias Renováveis - SEDRAMER

Paula Jeanne de Lima Sampaio

Secretaria de Estado da Agricultura Familiar - SAF

Rejane Tavares da Silva

Secretaria de Estado do Agronegócio e Empreendedorismo Rural - SEAGRO

Fábio Henrique Mendonça Xavier de Oliveira

Secretaria de Estado dos Esportes do Piauí - SECEPI

Josiene Marques Campelo

Secretaria de Estado das Mulheres do Piauí - SEMPI

Zenaide Batista Lustosa Neta

Secretaria de Estado da Irrigação e Infraestrutura Hídrica - SEFIR

Firmino Soares Paulo

Secretaria de Estado da Assistência Técnica e Defesa Agropecuária - SADA

Fábio Abreu Costa

Comando-Geral da Polícia Militar do Estado do Piauí - PM/PI

Coronel Scheiwann Scheleiden Lopes da Silva

Gabinete Militar do Estado do Piauí - GAMIL

Capitão QOPM João Ricardo Pinto Sousa

Comando-Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Piauí - CBMEPI

Coronel BM José Arimatéia Rêgo de Araújo

Coordenadoria de Comunicação - CCOM

Mussoline Marques de Sousa Guedes

Coordenadoria da Juventude - COJUV

Everton Alves Calisto

Coordenadoria de Enfrentamento às Drogas e

Fomento ao Lazer - CENDFOL

Tiago Mendes Vasconcelos

Coordenadoria de Desenvolvimento dos

Territórios - CDTER

Douglas de Carvalho Lima

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

Agência de Atração de Investimentos Estratégicos

- Investe Piauí

Victor Hugo Saraiva de Almeida

Agência de Defesa Agropecuária do Estado do

Piauí - ADAPI

João Rodrigues Filho

Agência de Desenvolvimento Habitacional do

Piauí - ADH

Carlos Edilson Rodrigues Barbosa de Sousa

Agência de Fomento e Desenvolvimento do

Estado do Piauí - Piauí Fomento

Francisco Felipe da Luz Araújo

Agência Reguladora dos Serviços Públicos

Delegados do Estado do Piauí - AGRESPI

Antônio Torres da Paz

Águas e Esgotos do Piauí S/A - AGESPISA

José Ribamar Noleto de Santana

Companhia Ferroviária do Piauí - CFP

José Augusto de Carvalho Gonçalves Nunes

Departamento de Estradas de Rodagem do Piauí

- DER/PI

Leonardo Sobral Santos

Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN

Luana Maria Machado Barradas

Empresa de Gestão de Recursos do Piauí -

EMGERPI

Adroaldo Araújo Reis

Empresa de Tecnologia da Informação do Piauí -

ETIPI

Ellen Gera de Brito Moura

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí

- FAPEPI

João Xavier da Cruz Neto

Fundação Piauí Previdência - PiauíPrev

Flávio Chaib

Fundação Rádio e Televisão Educativa do Piauí - TV

Antares

Marcos Vinicius do Amaral Oliveira

Fundação Universidade Estadual do Piauí - FUESPI

Evandro Alberto de Sousa

Instituto de Águas e Esgotos do Piauí - IAEPi

Magno Pires Alves Filho

Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores

Públicos do Estado do Piauí - IASPI

Daniele Amorim Aita

Instituto de Desenvolvimento do Piauí - IDEPI

Felipe de Melo Eulálio

Instituto de Metrologia do Estado do Piauí - IMEPI

Patrícia Mara da Silva Leal Pinheiro

Instituto de Regularização Fundiária e do Patrimônio

Imobiliário do Estado do Piauí - INTERPI

Rodrigo Ribeiro Costa Cavalcante

Junta Comercial do Estado do Piauí - JUCEPI

Maria Alzenir Porto da Costa

FICHA TÉCNICA

Secretário de Estado de Planejamento

Washington Luís de Sousa Bonfim

Superintendente de Planejamento e Orçamento Estadual

Adrienne Feitosa Arruda

Diretor de Planejamento

Kerle Pereira Dantas

Gerente de Elaboração do PPA

Caroline Rodrigues de Sousa

Equipe Técnica de Elaboração do PPA

Alice Amélia Araújo Teixeira e Silva
Artur do Nascimento Santos Bandeira
Carlos Roberto Góes Paz Sousa
David Veras Holanda
Genesisano Ferreira da Silva Neto
Lucélia de Brito Aguiar Coelho Viana
Tiago Ferreira de Sousa Neto
Valéria Luzia Mota Barros
Zenon Soares de Araújo Júnior

Superintendente de Transformação Digital

André Macedo Santana

Superintendente de Estudos Econômicos e Sociais e Planejamento Participativo

Cíntia Bartz Machado

Superintendente de Cooperação Técnico-Financeira

Eduardo Andrade Speeden

Superintendente de Monitoramento Estratégico

Gabriela Celso Melo Soares de Vasconcelos

Coordenadora Nacional do Projeto de Cooperação Técnica com PNUD

Luísa Sobral de Carvalho

Revisor Ortográfico

Nilson Cordeiro Ferreira

Diretora de Estudos Sociais e Ambientais

Liége de Souza Moura

Diretora de Planejamento para Resultados

Rebeca Maria Nepomuceno Lima

Diretor de Orçamento

Salvador Lopes Neto

Diretor de Projeções e Metas Fiscais

Sérgio Ricardo Rodrigues Silva

Gerente de Estudos Ambientais

Antonio Alberto Ibiapina Costa Filho

Gerente de Acompanhamento de Resultados

Antonio Fernando de Sousa Barbosa

Gerente de Elaboração e Controle Orçamentário

Felippe Gustavo Miranda Pereira

Gerente de Gestão Pública

Francisco Robert Bandeira Gomes da Silva

Gerente de Estudos Econômicos

Leonardo dos Reis Melo

Gerente Financeira

Lygia Maria Barbosa Cavalcante

Gerente de Programação Orçamentária

Paulo Henrique Gomes da Silva

Gerente de Movimentação Orçamentária

Waldiney Fernandes Viana

Estatístico

Geysivan Campos Sampaio

EQUIPE DE APOIO TÉCNICO

Diretor de Operações de Crédito Externas

Célio de Sousa Pitanga

Diretor de Estudos Econômicos e Estatísticas

Diarlison Lucas Silva da Costa

Diretora de Orçamento Participativo

Enia Jéssica Meneses de Lima

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

1. METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO	13
1.1 Metodologia	14
1.2 Aperfeiçoamentos do PPA 2024-2027	23
2. PLANO DE GESTÃO E ABORDAGEM PARTICIPATIVA	27
3. DIMENSÃO ESTRATÉGICA	34
3.1 Diagnóstico Socioeconômico	35
3.2 Visão de Futuro	76
3.3 Eixos Estratégicos e seus atributos	77
4. DIMENSÃO TÁTICA	80
4.1 Programas e seus objetivos, diretrizes e indicadores	81
5. PPA EM NÚMEROS	181
6. ABORDAGEM GERENCIAL PPA	187

APRESENTAÇÃO

O Plano Plurianual (PPA) é o principal instrumento de planejamento orçamentário de médio prazo da administração pública. Ele define as diretrizes, os objetivos e as metas para o próximo quadriênio. O PPA 2024-2027 foi construído como instrumento de gestão capaz de organizar as prioridades da sociedade, dando materialidade aos compromissos firmados pelo Plano de Governo validado pela maior instância do processo democrático, as urnas. Foi concebido na orientação estratégica de gestão por resultados com a abordagem participativa e territorial, considerando os principais gargalos do desenvolvimento socioeconômico.

O processo de construção do PPA 2024-2027 demandou etapas complexas de planejamento, organização e mobilização de diversos agentes, como servidores e gestores de diferentes órgãos, poderes, movimentos sociais e sociedade. Conforme ilustração abaixo, a primeira etapa consistiu em trabalho interno significativo de construção e consolidação da Base Estratégica, buscando definir a direção pretendida para o Estado nos próximos 4 anos. Esse processo envolve integrar o Plano de médio prazo, PPA, com de longo prazo por meio do Plano Piauí 2030, cumprindo com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e também com o Plano de Gestão validado nas eleições.

Etapas da construção do PPA



Fonte: elaboração própria da SUPOE/SEPLAN



*Eventos e painel com os resultados da plenária territorial

A segunda etapa foi a Oficina Conceitual e Metodológica com a apresentação da visão de futuro, dos eixos temáticos e dos programas propostos pelo Estado. Essa oficina representou o primeiro contato dos gestores e técnicos de todos os órgãos do Executivo e de representantes dos Poderes (Legislativo e Judiciário) com as bases norteadoras do PPA 2024-2027 e serviu como preparação para as etapas posteriores no processo de alinhamento metodológico e técnico. Em seguida, ocorreram as Oficinas da Dimensão Tática e reuniões com os Poderes, de natureza prática, nas quais os órgãos setoriais e os poderes, Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas, Assembleia Legislativa e Ministério Público formularam os objetivos dos programas temáticos, as diretrizes setoriais e os indicadores de resultado.

Em julho, foi a vez da Plenária Territorial, na qual os movimentos sociais e a sociedade em geral de todos os Territórios de Desenvolvimento do Estado foram convidados para indicar suas maiores demandas e prioridades em cada Eixo Temático. Em agosto, aconteceu a Oficina de Dimensão Operacional, também de caráter prático, com os órgãos setoriais e Poderes, com o intuito de construir as ações orçamentárias e metas físicas e financeiras vinculadas aos objetivos e às diretrizes desenvolvidos nas etapas anteriores. Até outubro, a equipe da SEPLAN analisou e consolidou todo o material produzido, que passou por revisão textual e elaboração do Projeto de Lei antes de ser enviado para a apreciação na Assembleia Legislativa do Estado.

Como resultado dessas etapas, este PPA 2024-2027 é estruturado em 8 Eixos com seus respectivos objetivos e desafios estratégicos, 9 programas multissetoriais temáticos, 2 programas de gestão do executivo, 5 programas de gestão dos poderes, 2 programas de natureza especial, 14 indicadores de impacto, 78 objetivos setoriais, 355 diretrizes setoriais, 545 ações orçamentárias e 179 indicadores de resultado, com o propósito de aprimorar a capacidade de planejamento do Estado e executar um Plano de Governo eficiente e capaz de transformar o futuro, de forma justa, solidária e inclusiva para a melhoria da qualidade de vida da população e para o desenvolvimento político, econômico e social do Piauí.

O primeiro Capítulo deste instrumento descreve a Metodologia de Construção do PPA 2024-2027, que incorpora os aprendizados do PPA 2020-2023, destacando a importância da cadeia conceitual (objetivos e diretrizes) e da vinculação direta entre o Plano e a Lei Orçamentária Anual (ações orçamentárias). Além disso, destacam-se algumas inovações e aperfeiçoamentos com significativa influência no monitoramento do ciclo de planejamento que se encerra, o que permitiu a retroalimentação necessária para o ciclo da gestão orientada para resultados.

O segundo Capítulo trata do Plano de Gestão e Abordagem Participativa, fundamentado na participação popular e na territorialização no processo de elaboração, orientando o monitoramento e a prestação de contas. Esse processo resultou na priorização de compromissos por território, evidenciando as necessidades específicas de cada região, promovendo transparência e diversidade ao planejamento. Os resultados, divulgados de forma transparente, fornecem o guia para implementação efetiva das ações propostas pelos representantes dos 12 Territórios de Desenvolvimento.

O terceiro Capítulo aborda a Dimensão Estratégica do PPA 2024-2027, estruturada em três partes. Na primeira, foi realizado diagnóstico socioeconômico com o papel de analisar a realidade na qual o Estado pretende intervir, comparando-o frequentemente com a Região Nordeste e os dados nacionais. Na segunda parte, apresenta-se a visão de futuro na perspectiva estratégica de longo prazo. Na terceira parte, é apresentada a descrição dos oito Eixos, detalhando os objetivos e os desafios estratégicos, os indicadores-chave de impacto e os respectivos programas. Esses elementos norteiam a direção para a elaboração das políticas públicas e permite que o Plano seja mais facilmente compreendido pela sociedade, uma vez que eles representam as principais áreas de atuação do Governo e o que se pretende alcançar em cada uma delas.

O quarto Capítulo apresenta a Dimensão Tática do PPA 2024-2027, detalhando a estrutura geral dos 9 programas multissetoriais temáticos, 2 programas de gestão do executivo e 5 programas de gestão dos Poderes, com a exposição dos seus objetivos e diretrizes setoriais, expressando o que precisa ser feito para alcançar os resultados prioritários, sempre mensurados por indicadores-chave de resultado, fundamentais para a avaliação *ex-post* dos programas.

O quinto Capítulo fornece a visão agregada dos grandes números deste Plano – é o PPA em Números.

O sexto e último Capítulo trata, em síntese, da governança do Plano aqui entendida como sendo os mecanismos de liderança, as estratégias e o controle postos em prática para elaborar, monitorar, avaliar e revisar os programas, tendo como foco a concretização dos resultados em benefício da sociedade.

1 METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO

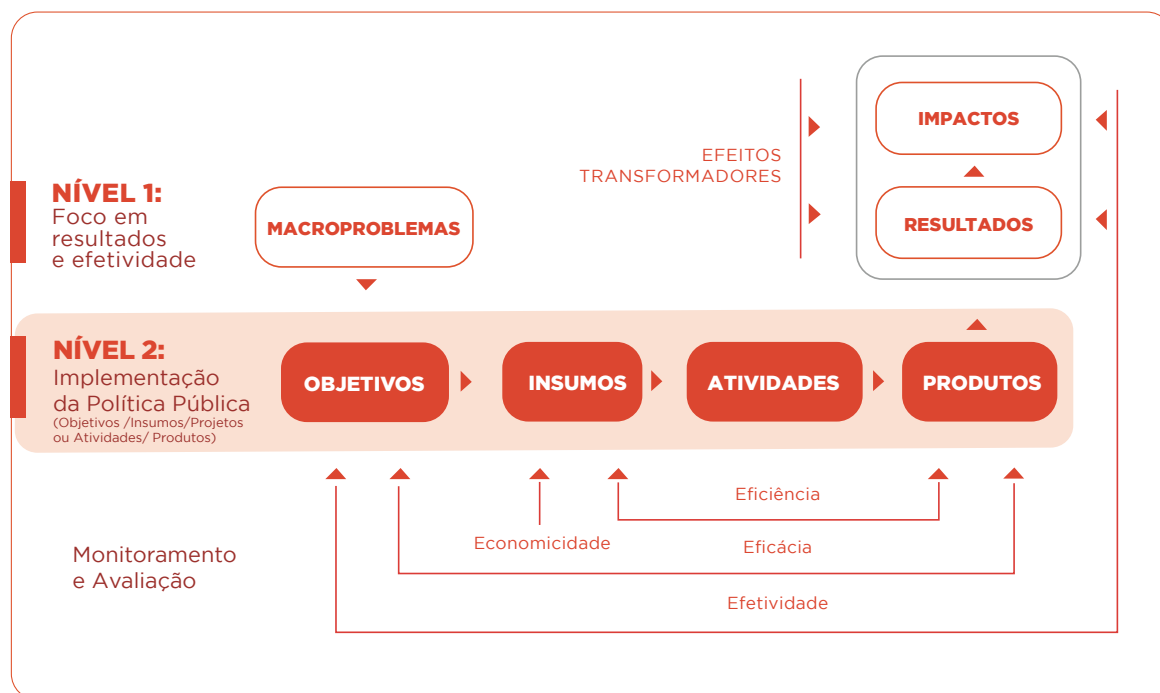
1.1 Metodologia

1.2 Aperfeiçoamentos do PPA 2024-2027

1.1 Metodologia

A construção metodológica do PPA 2024-2027 se insere na escolha pelo modelo de gestão implantada ainda no Ciclo do PPA 2020-2023. Naquela oportunidade, elaborou-se o amplo trabalho que culminou no *Manual de Macroprocessos da SEPLAN*, que institucionaliza processos para a implementação da Gestão por Resultados (GpR).

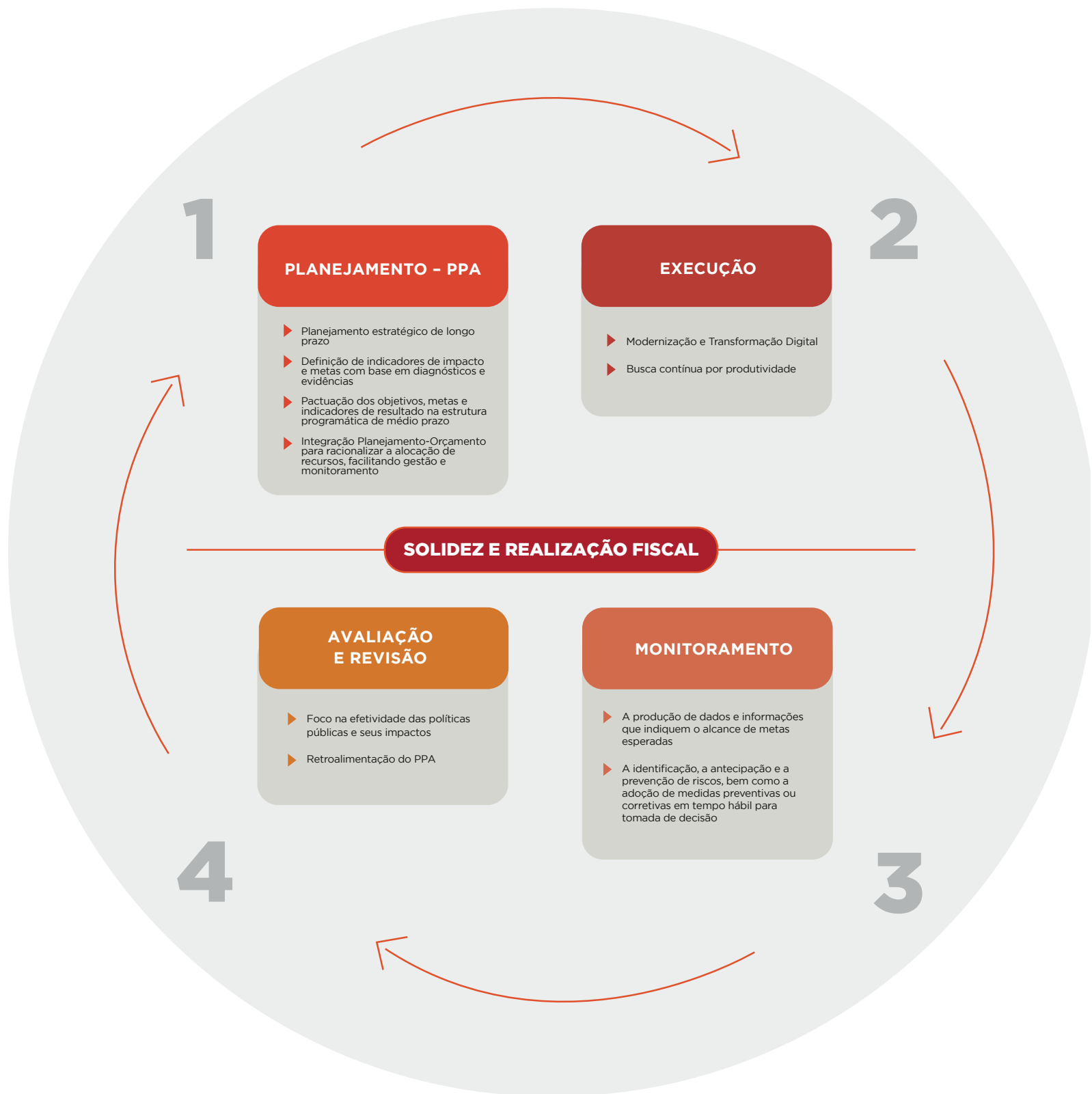
Segundo Neves et al. (2017)¹, a orientação para resultados representou uma mudança radical nos modelos da administração pública ao vislumbrar uma nova perspectiva de abordar a dinâmica e o funcionamento das organizações, retirando o foco dos meios (economicidade, eficácia e eficiência) para colocá-lo nos produtos/serviços e, principalmente, nos resultados finalísticos ou transformadores (efetividade), conforme diagrama a seguir.



Fonte: Adaptado de Manual de Auditoria Operacional / Tribunal de Contas da União. 4.ed. Brasília: TCU, Secretaria-Geral de Controle Externo (Segecex), 2020, pág. 15.

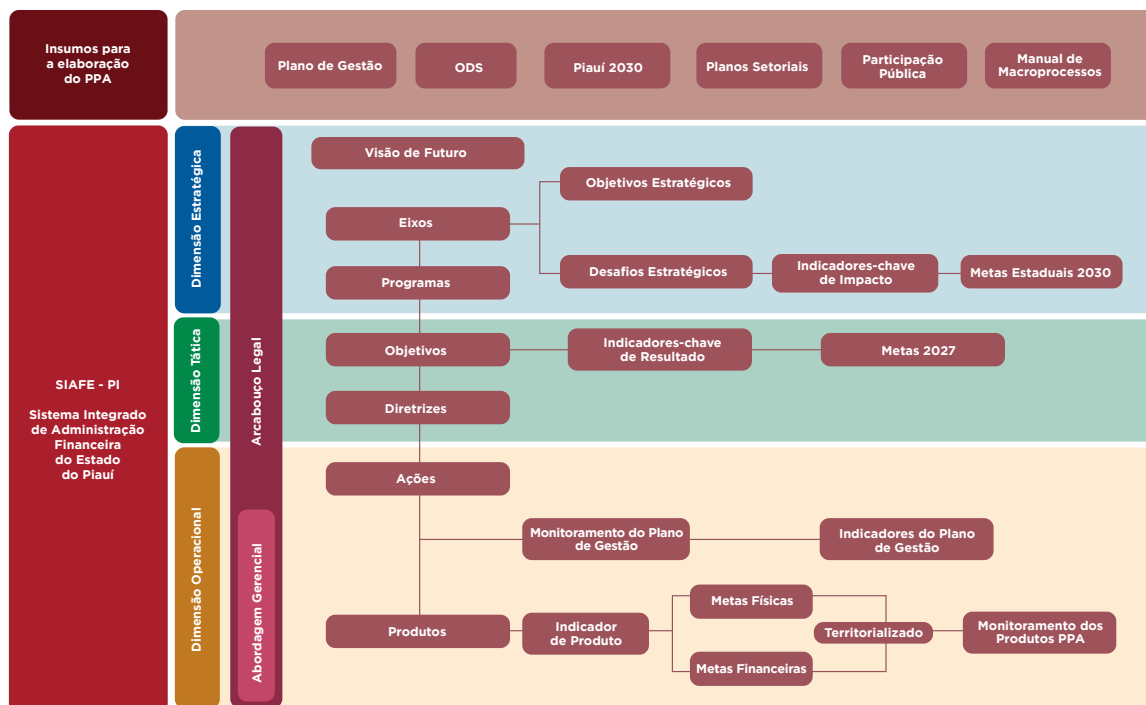
A mudança para a gestão orientada para resultados envolve toda a estrutura da administração pública, exigindo mudanças que vão da cultura organizacional à gestão de pessoas, incluindo o ciclo de planejamento que também precisa se adaptar, como ilustrado a seguir:

¹Fonte: Neves, G; Guimarães, A. Júnior, A. Bases para um Novo Modelo de Administração Pública Orientada para Resultados. X CONSAD. Brasília: 2017. Disponível em: http://macroplanconsultoria.com.br/Artigo_Item.aspx?Id=55, acesso em: 20 de setembro de 2023.



Fonte: elaboração própria da SUPOE/SEPLAN.

A partir desse entendimento, estruturou-se o encadeamento lógico do PPA 2024-2027, conforme a figura:



Fonte: elaboração própria da SUPOE/SEPLAN

Da dimensão estratégica - Aonde queremos chegar?

A visão de futuro tem o desafio de expressar de maneira inspiradora em uma frase síntese qual realidade queremos para o Estado a longo prazo. Deve trazer implicitamente valores e crenças que serão verdadeiras bússolas para todos aqueles que fazem a administração pública, **que passa a compartilhar o propósito único que dá sentido e conecta as diversas missões institucionais de todos os Poderes.**

O Governo do Estado, por meio da SEPLAN, construiu a **visão de futuro** estrategicamente com diferentes documentos² e consultas ao Governador e a outros atores ligados à alta gestão que serviram de **insumos para a elaboração do PPA 2024-2027:**

*Ser o Estado brasileiro reconhecido pela **excelência dos serviços públicos** com **transformação digital**, pela redução das **desigualdades** e pelo **crescimento econômico inclusivo e sustentável**.*

Para o alcance dessa visão a longo prazo, o Estado continuará a ser o agente de transformação com postura proativa, abandonando o modelo lento e burocrático de gestão para uma atuação mais fluida, dinâmica e intuitiva com **foco em resultados**, antecipando o desenvolvimento socioeconômico.

²Trata-se de documentos que trazem o esforço anterior de pesquisa, planejamento e avanços metodológicos bem como agendas de políticas públicas da sociedade em geral e/ou de organizações não governamentais. Entre eles, destacam-se: Diagnóstico Socioeconômico, Piauí 2030, Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, PPA 2020-2023, Manual de Macroprocessos da SEPLAN e Plano de Gestão.

As 4 Inspirações da visão de futuro

- 1 Excelência dos serviços públicos**
Crença de que o Estado tem o dever de oferecer serviços públicos de qualidade com foco na experiência do cidadão.
- 2 Transformação digital**
Busca constante pela inovação, agindo para reestruturar e revisar processos, ferramentas e soluções dentro de um ambiente global em constante evolução e de expectativas cada vez maiores para atender às necessidades da sociedade, que demanda um Estado moderno com novo modelo de relação digital com o cidadão.
- 3 Redução das desigualdades**
Desejo por um Piauí para todos sem nenhum tipo de distinção com foco no desenvolvimento humano.
- 4 Crescimento econômico inclusivo e sustentável**
Crescimento econômico acelerado com oportunidades para todos e respeito ao meio ambiente será o vetor para o desenvolvimento socioeconômico.

O que construímos nesta fase?

VISÃO DE FUTURO				
EIXO	OBJETIVO ESTRATÉGICO	DESAFIO ESTRATÉGICO	INDICADOR-CHAVE DE IMPACTO	METAS
São áreas centrais nas quais foram distribuídas as linhas de ações estratégicas de Governo. Essa divisão facilita o monitoramento e a avaliação dos resultados por eixo, o que permite agir pontualmente e corrigir o curso das políticas públicas.	Expressa de maneira ampla, mas com mais detalhes, o que se pretende alcançar com o eixo governamental, naturalmente se vinculam ao longo prazo.	Elege no amplo espectro do objetivo estratégico um gargalo ou oportunidade que será prioridade no horizonte temporal do PPA.	Estabelece os indicadores que são fundamentais para medir o alcance das transformações pretendidas no desafio estratégico.	Eleito o indicador, é preciso estabelecer a meta que seja específica, mensurável, atingível e relevante para o prazo de vigência do plano.

Os Programas do PPA

Os Programas são uma espécie de desdobramento dos eixos, constituindo-se como instrumentos de organização da ação governamental em nível menos agregado. Visam alcançar os resultados desejados e à superação dos desafios estratégicos selecionados, buscando atender às demandas e/ou criar oportunidades de desenvolvimento para a população piauiense. Podem ser:

a) Temático Multissetorial: expressam a agenda de Governo, visando enfrentar um problema por meio de política pública cuja implementação pode requerer atuação compartilhada por mais de um órgão e entidades vinculadas de forma a orientar a entrega de bens e serviços à sociedade.

b) De Gestão: voltados para o funcionamento da máquina administrativa, reunindo o conjunto de ações destinadas ao apoio, à gestão e à manutenção da atuação governamental de todos os Poderes.

c) Especiais: não contribuem, de forma direta, para a manutenção, a expansão ou o aperfeiçoamento das ações de Governo, ou seja, não gera entregas à sociedade, nem ao governo, tais como: ações relativas ao pagamento da dívida pública, transferências constitucionais para municípios, cumprimento de decisões judiciais e outras operações especiais que não ensejam contraprestação direta sob a forma de bens e serviços.

Como se observa no encadeamento lógico, o Programa nasce na dimensão estratégica, mas seu desdobramento em objetivos, diretrizes, indicadores-chave de resultado e metas fazem parte da dimensão tática do PPA 2024-2027³.

Dimensão Tática

Na dimensão tática, iniciou-se a fase colaborativa e participativa do PPA 2024-2027³. Na etapa colaborativa, realizou-se primeiro a oficina geral de nivelamento da estratégia e da metodologia com todo o *staff* da administração pública estadual, como preparação para todas as etapas subsequentes.

No segundo momento, mais de 500 servidores conduzidos pela equipe da SEPLAN reuniram-se em 10 oficinas e em 5 reuniões de trabalho para a construção dos *objetivos, diretrizes, metas e indicadores de resultado* dos programas temáticos e de gestão.

³Toda a sociedade foi convidada a participar da construção do Plano nas Plenárias Territoriais do PPA Participativo. Mesmo sendo evento da dimensão tática do Plano, optou-se por abordá-lo em capítulo específico, devido à sua relevância. A SEPLAN é o ponto focal articulador da política pública de desenvolvimento territorial, mas para além de uma obrigação legal, a abordagem participativa e territorial são estratégias fundamentais para a construção do PPA 2024-2027.

15
Junho

OFICINA CONCEITUAL E METODOLÓGICA



Apresentação da base estratégica, conceitos relevantes, resultados esperados e de toda a metodologia de elaboração do PPA.

+ de 200
Participantes

Transmissão
ao vivo
Youtube

Todos os
órgãos
Executivo e Poderes

19 a 30
Junho

OFICINAS TEMÁTICAS



Apresentação do diagnóstico situacional por eixo temático e construção da dimensão tática do PPA (objetivos dos programas, diretrizes setoriais e indicadores de resultados).

10
Oficinas realizadas

10
Programas

08
Eixos estratégicos

Total de
+ de 500
técnicos

Todos os
órgãos
Executivo

**20 a 21
Junho**

REUNIÃO COM OS PODERES



Apresentação da estrutura metodológica do PPA 2024-2027, explicação dos conceitos que compõem a Dimensão Tática e estímulo à construção de diagnósticos internos que identifiquem os desafios e potencialidades a serem enfrentados nos próximos 4 anos, para que sejam refletidos nos seus respectivos programas.

05
Reuniões realizadas



**Total de
+de 25
técnicos**



**Todos os
órgãos**
ALEPI, DPE, MP, TCE, TJ

05
Programas

01
Eixo estratégico

Em síntese, a dimensão estratégica nos orientou com a resposta para a pergunta **Aonde queremos chegar?** com a definição da visão de futuro. Na dimensão tática, precisávamos responder a duas outras perguntas: **Como estamos? E como vamos chegar lá?**

Sendo assim, a estratégia empregada nas oficinas consistiu em organizá-las, considerando a distribuição dos eixos/programas e a intersectorialidade das políticas, tendo como ponto de partida a apresentação do diagnóstico socioeconômico situacional⁴ temático (**como estamos?**).

Sobre essa base de dados apresentada e orientada pelos problemas mais relevantes de cada uma das áreas e com a metodologia de cocriação, construíram-se os objetivos e as diretrizes dos Programas (**como vamos chegar lá?**)

⁴ Ver Capítulo 4.

Piano Plurianual 2024-2027

GOVERNO DO PIAUÍ

20

O que construímos juntos nesta fase?

OBJETIVOS	DIRETRIZES	INDICADORES-CHAVE DE RESULTADO	METAS
Resultados finalísticos temáticos que indicam as transformações a serem alcançadas, em cada setorial, no horizonte de tempo do PPA.	Orientações estratégicas que indicam o caminho escolhido pelos órgãos, tendo em vista os objetivos pactuados.	Estabelece os indicadores que são fundamentais para medir o alcance das transformações pretendidas nos objetivos.	Eleito o indicador, é preciso estabelecer a meta que seja específica, mensurável, atingível e relevante para o prazo de vigência do plano.

Dimensão Operacional

A dimensão operacional é a etapa que vai instrumentalizar o alcance das diretrizes programáticas em ações orçamentárias concretas que implicarão desembolso financeiro e materializarão da entrega de produtos tangíveis ou intangíveis diretamente à sociedade.

Desde o PPA 2020-2023, todo o ciclo de planejamento foi integrado ao sistema de execução financeira do Estado (SIAFE-PI). Isso representou avanço, pois as ações orçamentárias que são utilizadas nascem nesta etapa do Plano, promovendo a total integração programática do PPA e da LOA, facilitando o controle, o monitoramento e a gestão do Plano.

**01 a 07
Agosto**

OFICINAS PRÁTICAS (EXECUTIVO E PODERES)

Apresentação conceitual sobre planejamento e orçamento para a construção da dimensão operacional e treinamento passo a passo de como se realizará a inserção das ações orçamentárias, dos produtos e das suas metas físicas e financeiras territorializadas dentro do SIAFE-PI.

08

Reuniões realizadas

Total de
+ de 150

técnicos

Todos os
órgãos

Executivo e Poderes

O que construímos nesta fase?

AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS	PRODUTO
<p>Instrumentos de organização, programação e operacionalização dos recursos orçamentários ao cumprimento das diretrizes selecionadas.</p>	<p>Estabelecimento de metas de quantitativo físico e financeiro dos produtos que serão entregues por território em cada ação orçamentária.</p>	<p>Bem ou serviço finalístico e relevante entregue à sociedade ou ao Estado, que atende ao objetivo/diretriz.</p>

1.2

Aperfeiçoamentos do PPA 2024-2027



DIMENSÃO ESTRATÉGICA

- ▶ **Transversalidade dos programas PPA.**
- ▶ Inclusão do conceito **Objetivos Estratégicos.**
- ▶ Inclusão do eixo **Infraestrutura, Inclusão Produtiva e Transição Energética.**
- ▶ Divisão do eixo *Piauí saudável e seguro* —
 - ▶ **Saúde e Bem-Estar**
 - ▶ **Justiça e Segurança**

Transversalidade dos Programas PPA

As oficinas para a construção dos Programas foram feitas considerando a intersectorialidade das políticas públicas. Foram convidados os órgãos considerados transversais para que garantissem a visão sistêmica na elaboração de objetivos e de diretrizes temáticas. Historicamente, os programas eram construídos como se não houvesse conexões e intersecções entre si. Foi um esforço na tentativa de avançar nos temas de natureza transversal que necessitam superar a lógica compartimentalizada da administração pública.

Inclusão do conceito Objetivos Estratégicos

Essa inclusão consistiu em aperfeiçoamento didático. Observou-se que faltava explicação mais detalhada do que se pretendia alcançar com a criação dos eixos, já que estes não são uma mera organização dentro da lógica de planificação, logo cada eixo estará atrelado a um objetivo estratégico.

Inclusão do eixo Infraestrutura, Inclusão Produtiva e Transição Energética

Infraestrutura aparece em todos os diagnósticos que nos baseamos como gargalo ao desenvolvimento socioeconômico do Piauí. Sua relevância o credencia para garantir eixo próprio no planejamento para os próximos quatro anos.

Divisão do eixo Piauí saudável e seguro

No PPA 2020-2023, as temáticas Saúde e Segurança dividiam único eixo, mas optamos por separá-los, considerando o amplo desafio e a complexidade de cada uma dessas áreas.



DIMENSÃO TÁTICA

- ▶ Realização de oficina conceitual e metodológica com **todos** os órgãos do executivo, legislativo e judiciário
- ▶ Participação das setoriais no processo de construção do Diagnóstico Socioeconômico - **Identificação dos Macroproblemas e Potencialidades do Estado**
- ▶ Apresentação do **Plano de Gestão** e das **Operações de Crédito Externas** como insumo para a construção da Dimensão Tática



DIMENSÃO OPERACIONAL

- ▶ Construção do banco de produtos, **com base no monitoramento PPA - Execução física e financeira**
- ▶ **Vinculação direta - Ação orçamentária e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS**
- ▶ **Ações Orçamentárias Padronizadas Setoriais:**
 - Orçamento Participativo - OPA
 - Primeira Infância
 - Modernização da Gestão e Transformação Digital (PROGESTÃO)
 - Piauí Sustentável e Inclusivo - PSI
 - Pilares de Desenvolvimento Humano - PDH
 - Pilares de Crescimento e Inclusão Social II - PILARES II
- ▶ **Abordagem Gerencial** - Monitoramento PPA 2024-2027

Solicitação de Macroproblemas e Potencialidades

Visando aperfeiçoar o diagnóstico socioeconômico de referência para a dimensão tática, solicitamos aos diversos órgãos que, com base em relatórios setoriais, planejamento institucional, dados administrativos, entre outros, que nos informassem quais os principais macroproblemas a serem superados ou oportunidades a serem exploradas, referentes às suas áreas de atuação que demandassem resposta do poder público e orientassem a construção dos objetivos e das diretrizes dos Programas.

Vinculação direta - Ação Orçamentária e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) fazem parte da Agenda Global liderada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Seu foco está na erradicação da pobreza, na redução das desigualdades e da exclusão social, possui metas e indicadores compartilhados por nações do mundo inteiro, é considerado um apelo universal aos esforços para acabar com a pobreza, proteger o planeta e garantir que, até 2030, todas as pessoas desfrutem de paz e prosperidade.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS



O Piauí é signatário desse Programa e mantém uma parceria estratégica com o PNUD, desenvolvendo uma série de iniciativas que conectam nossa agenda local aos objetivos do ODS. Com o intuito de controlar e gerenciar os resultados e esforços empreendidos, no PPA 2024-2027, durante a criação das ações orçamentárias, será possível vincular um ODS, indicando que aquela ação contribui para o alcance dos compromissos firmados na Agenda 2030.

Além de garantir informação gerencial de qualidade sobre o impacto das ações orçamentárias para o atingimento das metas pactuadas, daremos também mais transparência sobre os esforços e os resultados esperados com aquela despesa pública.

Orçamento Participativo - Ação Orçamentária Padronizada Setorial

O Orçamento Participativo - OPA - é um instrumento democrático de participação da população na tomada de decisões sobre as contas públicas, de acordo com o orçamento do Estado, em obras e serviços de interesse regional e municipal, promovendo o engajamento social nas regiões, com a escuta ativa da população. É a primeira vez que um Governo piauiense insere a participação popular para discutir e decidir os destinos dos gastos públicos referentes ao orçamento anual.

O primeiro ano do OPA será na LOA 2024. No entanto, ele nasce enquanto ação orçamentária padronizada, presente em todos os órgãos executores no PPA 2024-2027, visando facilitar e evidenciar sua gestão e aplicação, pois a entrega dos produtos à sociedade não deverá ultrapassar o exercício vigente.

2 PLANO DE GESTÃO E ABORDAGEM PARTICIPATIVA



PLANO DE GESTÃO E ABORDAGEM PARTICIPATIVA

Participação popular e territorialização são a base do Plano Plurianual (PPA) 2024-2027 do Estado do Piauí, compondo de forma transversal a elaboração do documento e servindo de guia para o monitoramento e prestação de contas dos compromissos pactuados. Assim, o engajamento de cada um dos Territórios de Desenvolvimento (TDs) – Planície Litorânea, Cocais, Carnaubais, Entre Rios, Vale do Sambito, Vale do Rio Guaribas, Chapada Vale do Rio Itaim, Vale do Canindé, Serra da Capivara, Vale dos Rios Piauí e Itaueiras, Alto Parnaíba, Chapada das Mangabeiras – é premissa para a priorização das ações no quadriênio e também a longo prazo, considerando as ações estratégicas e as estruturantes do Plano Piauí 2030.

A preocupação com a institucionalização do processo participativo, para além dos momentos de elaboração das peças de planejamento – Plano de Governo, Plano Plurianual, Orçamento Anual – se reflete na criação da Secretaria de Relações Sociais - SERES, que, para além da estruturação do debate participativo, é o órgão do Estado responsável pela interlocução diária com os cidadãos piauienses. Além disso, destacam-se o trabalho de articulação dos conselhos de desenvolvimento territorial, realizado pela Secretaria de Agricultura Familiar - SAF, bem como o trabalho centralizado de consolidação do planejamento pela Secretaria de Estado de Planejamento – SEPLAN, para que o processo de elaboração e o monitoramento das ações do Governo ocorram de forma transparente, efetiva e inclusiva. A partir desses órgãos e de forma conjunta com todas as outras secretarias e instituições do Estado, o planejamento participativo ganha destaque e efetividade na agenda governamental.

Ressalta-se que os TDs, enquanto instâncias de planejamento participativo, foram instituídos pela Lei Complementar nº 87, de 22 de agosto de 2007, e atualizada pela Lei nº 6.967, de 03 de abril de 2017. Institucionalmente, entende-se que o planejamento focado no território permite dar voz aos atores sociais que vivem a realidade em cada um dos 224 municípios do Estado. Esse processo traz segurança e robustez para o planejamento estratégico estadual, fortalecendo a atuação dos conselheiros territoriais e permitindo o efetivo desenvolvimento socioeconômico do Estado. Assim, foi por meio de oficinas e plenárias territoriais do PPA que se constatou a relevância dessa abordagem na construção de políticas e serviços mais efetivos e inclusivos, trazendo as perspectivas contextuais das realidades das diferentes regiões piauienses.

No entanto, é importante apontar que o processo participativo no planejamento do próximo quadriênio antecede a elaboração do PPA 2024-2027. O processo se iniciou ainda em 2021, com a construção do Plano, de Governo, com a realização de discussões em seminários temáticos, que se estenderam até o primeiro semestre de 2022 e foram basilares para a elaboração do Plano, registrado no Tribunal Regional Eleitoral. A partir da oficialização do Plano de Governo, o documento passou a ser colocado para discussão por toda a sociedade piauiense, consolidando-se como base de atuação a partir do resultado do processo eleitoral. Com o início da gestão, todo o trabalho tem sido orientado a partir desse Plano: os 176 compromissos formados orientam o planejamento do Estado, o monitoramento das ações

e a busca dos recursos para viabilizar cada uma das políticas acordadas com os piauienses.

Assim, o PPA 2024-2027 vem consolidar essa estrutura de planejamento integrado, construído de forma sólida e participativa, dando condições institucionais para que as Secretarias e demais órgãos efetivem as ações propostas, configurando o grande compromisso de efetivação dos resultados propostos por parte do Governo do Estado. Salienta-se assim que, além da integração participativa, o PPA 2024-2027 conecta as emergências da sociedade piauiense com a visão de futuro do Estado, consubstanciada no Plano Piauí 2030, que tem ineditismo e destaque nacional pela referência aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS. Não menos importante, o Estado conta com parcerias metodológicas com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, conectando o Piauí às questões discutidas globalmente.

A Plenária Territorial do PPA Participativo do Estado do Piauí ocorreu entre os dias 10 e 12 de julho de 2023, em Teresina, em espaço aberto para o debate, cocriação e discussão de propostas. Durante a abertura da plenária, foi realizada a recepção dos representantes dos 12 TDs do Estado, do poder público e da iniciativa privada, somando-se mais de mil participantes para deliberar sobre os desafios e as potencialidades para os próximos quatro anos, respeitando as diversidades culturais, as vocações produtivas e as relações socioeconômicas de cada TD, buscando refletir as demandas da sociedade civil no PPA. Durante a realização das oficinas, houve a participação efetiva de mais de 500 pessoas – com representação de todos os TDs, que se reuniram para discutir suas principais demandas referentes a cada um dos eixos temáticos do PPA 2024-2027.

Para que todas as pautas urgentes e estruturantes pudessem emergir durante as discussões, foi realizada a divisão de 8 Eixos Temáticos propostos para o PPA 2024-2027, discutidos em 15 oficinas⁵. Os eixos são: Educação Inclusiva e de Qualidade; Mudanças Climáticas, Meio Ambiente e Recursos Hídricos; Saúde e Bem-Estar (Piauí Saudável; e Piauí com mais Cultura, Esporte e Lazer); Redução das Desigualdades; Justiça e Segurança; Desenvolvimento Socioeconômico (Piauí Produtivo; e Avança Piauí); e Infraestrutura, Inclusão Produtiva e Transição Energética. Cada Eixo, por sua vez, possui o conjunto de compromissos definidos pelo Governo estadual. Vale ressaltar que os compromissos foram divididos em Ações de Gestão – melhorias necessárias aos serviços prestados, Políticas Públicas – ampliação e diferentes enfoques para melhor cobertura de serviços e inclusão de todos os públicos, e Obras/Aquisição – organização da infraestrutura para que as políticas possam ser efetivadas de forma igualitária e inclusiva.

Metodologicamente, para garantir a abrangência e a representatividade das propostas durante a plenária, foi realizada consulta prévia à população para captar as perspectivas e as expectativas de representantes dos Conselhos Territoriais e da sociedade civil acerca dos

⁵ O Eixo Gestão por Resultados, especificamente, dada sua transversalidade, foi apresentado em sessão conjunta pela SEPLAN.

Eixos Temáticos propostos pelo Governo estadual. Durante a realização das plenárias, o foco foi garantir que os participantes discutissem diferentes temas e que todos os TDs tivessem tido a oportunidade de se organizar. Salienta-se que as oficinas foram realizadas no formato de *World Café*⁴: cada oficina contou com uma dupla de facilitador e relator para condução do processo, resultando no momento de registro e priorização dos compromissos discutidos. Assim, durante as plenárias, foi possível fazer emergir, a partir do processo colaborativo, proposições coletivas em torno dos temas propostos. O foco foi viabilizar a participação por meio de metodologia ativa para potencializar o processo colaborativo entre os indivíduos e aproveitar a inteligência coletiva para criar soluções e respostas às questões em pauta.

Dessa forma, a etapa participativa do PPA 2024-2027 trouxe dois resultados importantes para o processo de planejamento estratégico do Estado do Piauí: primeiramente, o registro de discussões e percepções dos participantes – representantes de todos os TDs – sobre as urgências locais e as visões contextuais de longo prazo; em segundo, o próprio resultado da votação de priorização, que permite entender o que os representantes dos TDs elegeram como mais importante para sua região, indicando para o Governo quais as prioridades, na visão da população. No que se refere especificamente aos resultados da votação, foram organizados por eixos temáticos, evidenciando a valorização de compromissos com os diferenciais de cada TD. Nesse aspecto, no dia 26/09/2023, foi realizada, no formato virtual, a divulgação dos Resultados obtidos pela Consulta Popular, e o resultado na íntegra foi disponibilizado no site da SEPLAN, por meio de painel interativo de visualização dos dados, que podem ser consultados no *link* PPA Participativo.

Os resultados apresentados à sociedade esclareceram, de forma transparente, como se deu a valorização de todos os compromissos dentro de cada Eixo Temático, ressaltando-se a priorização geral (em termos percentuais), bem como o *ranking* dos principais compromissos enfatizados em cada TD, evidenciando o grau de similaridade entre a priorização global e territorial. A metodologia utilizada foi sensível às especificidades dos TDs, sobretudo em relação ao número de participantes, que tende a ser maior para os TDs mais próximos da capital Teresina (como o Território Entre Rios). Assim, foi destacado o *ranking* por compromisso, em sua prevalência territorial, no qual as votações das regiões foram consideradas de forma proporcional, mitigando as diferenças no número absoluto de participantes entre as regiões. Por ser processo focado na realidade contextual de cada um dos 12 TDs, as regiões apresentaram necessidades diferentes, e uma proposta muito importante para determinada região pode não ter sido colocada em destaque em outra – e é justamente essa diversidade que fundamenta o processo participativo do PPA 2024-2027.

⁴ Metodologia que consiste na organização das pessoas em grupos de discussão (10 pessoas), em que uma pessoa é escolhida para fazer o registro das discussões como relator. Por tempo determinado, o grupo discute os temas propostos por meio de perguntas orientadoras definidas e, após o fim da primeira rodada de discussão, os relatores trocam de grupo, iniciando nova rodada de discussão. O processo se repete até que todos os participantes tenham tido a oportunidade de discutir todos os compromissos. Por fim, em plenária, os relatores apresentam os resultados prévios, contando com o apoio e o engajamento de todos os participantes.

Abaixo, apresentam-se os principais temas trazidos pelos participantes em cada Eixo, evidenciando as ações que devem compor a agenda governamental de prioridades para o quadriênio 2024-2027:

No que se refere ao **Eixo Educação Inclusiva e de Qualidade**, os participantes, de maneira geral, demandaram, para o nível superior, a ampliação de ofertas de cursos e a reabertura ou a reestruturação dos *campi*, com oferta de cursos sintonizadas com as demandas regionais do mercado. Para a Educação Básica, a capacitação da comunidade escolar é proposta recorrente, especialmente em relação aos alunos com deficiência, além da implementação das condições necessárias para a efetivação da Lei nº 10.639/2003 (ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira) nas escolas da rede estadual, com a devida capacitação dos professores. A ampliação de vagas – dobrando o número de matrículas – também foi pauta relevante: tanto na educação profissional e tecnológica, incluindo a educação do campo e a EJA/TEC, com qualificação de jovens e adultos para o mercado de trabalho, como também nas escolas estaduais em tempo integral. Nesse sentido, os participantes evidenciaram a importância de o Estado oferecer condições igualitárias de infraestrutura para todas as unidades escolares, incluindo recursos tecnológicos e equipes multidisciplinares que permitam acesso, permanência e inclusão de estudantes em situação de vulnerabilidade, com deficiência, LGBTQIA+, entre outros.

Em relação ao **Eixo Mudanças Climáticas, Meio Ambiente e Recursos Hídricos**, o produto da construção da reformulação dos compromissos foi plural e bastante amplo, considerando as especificidades regionais. Um importante debate trazido pelos participantes foi a necessidade de personificar os grupos sociais e o material humano dentro do Eixo, levando em consideração os indivíduos que vivem nos TDs de maneira conjunta com as paisagens, flora e fauna. Pela amplitude do tema e diversidade territorial, a votação foi mais acirrada, sobressaindo como compromissos mais valorizados os de elaborar e executar planos de conservação de nascentes e rios; o de aumentar a proteção das Unidades de Conservação existentes e ampliar as áreas protegidas de responsabilidade do Estado, bem como o combate ao desmatamento ilegal, aos incêndios florestais e à recuperação das áreas degradadas, com meta anual de plantio de árvores. Também se evidenciou o compromisso de revitalizar os Conselhos de Meio Ambiente, de Recursos Hídricos e a Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental.

Por sua vez, o **Eixo Saúde e Bem-estar** conta com dois importantes programas: um voltado para o **Programa Piauí Saudável**, o outro para **Piauí com mais Cultura, Esporte e Lazer**. No que se refere ao Piauí Saudável, os compromissos mais preferidos foram implantar, de forma articulada e integrada com os municípios, o sistema de regulação do acesso a procedimentos ambulatoriais especializados, leitos hospitalares e centros de distribuição de insumos, bem como implementar ações integradas de promoção de saúde mental, também descentralizando os serviços de oncologia e geriatria. Não menos importante, os participantes deram ênfase à garantia e à qualificação do acesso às urgências nas 4 macrorregiões, assegurando assistência 24 horas nos hospitais regionais, pelo menos nas seguintes especialidades: pediatria, obstetrícia, clínica médica, cirurgia geral, neurocirurgia e traumatologia-ortopedia.

Em relação ao bloco de compromissos do **Eixo Saúde relacionados ao Programa Piauí com mais Cultura, Esporte e Lazer**, os participantes ressaltaram a importância da inclusão e incentivo de atividades físicas nas escolas e a preocupação com a preservação do patrimônio cultural do Estado. Assim, os compromissos mais priorizados no que se refere ao Esporte e Lazer foram o aprimoramento do Programa Bolsa Atleta Piauí (garantindo o passaporte campeão) e também o fortalecimento da prática de esporte nas escolas públicas, que, de acordo com os participantes, pode ser efetivo para a permanência das crianças nas escolas, para diminuir a evasão escolar, bem como promover a socialização por meio da prática esportiva e afastar os jovens do assédio do tráfico de drogas ilícitas. Em relação à cultura, evidenciam-se o incentivo à revitalização dos centros históricos das cidades turísticas e a implantação de polos de cultura em todos os TDs. Adicionalmente, foi salientado o compromisso de ampliar o Programa Patrimônio Vivo e os investimentos nas produções de audiovisual.

O Eixo de **Redução das Desigualdades** tem importância basilar em todo o Estado do Piauí, e as discussões foram realizadas levando em consideração um conjunto robusto de compromissos. As escolhas eleitas enfatizaram a implementação de programas transdisciplinares para tratamento adequado de deficiências específicas, a exemplo do autismo, com destaque para o tratamento multidisciplinar do autismo no anexo entre Maternidade Evangelina Rosa e Hospital da Polícia. Também se enfatizou o compromisso de estruturar o Centro Plural de Atividades da Juventude (CEPAJUS), em Teresina, e apoiar a criação de CEPAJUS nos municípios, como centros de referência multidisciplinar para jovens. Em termos de políticas públicas, os participantes privilegiaram o fortalecimento das políticas para a ampliação de oportunidades de bolsas, estágios, trabalho, emprego e empreendedorismo para jovens. Não menos importante, foi discutido a consolidação do Projeto Maria da Penha, demandando a promoção e o aumento da Patrulha Maria da Penha, e o desenvolvimento de campanhas educativas nas escolas, como o Projeto Maria da Penha Vai às Escolas.

Em relação ao **Eixo Justiça e Segurança**, tem-se o fortalecimento da Polícia Comunitária e o aumento significativo do efetivo das forças de Segurança Pública do Estado (4 mil novos policiais nos quatro anos do Governo). Nesse ponto, os participantes ressaltaram a importância de se avaliar a eficiência operacional das Forças de Segurança Pública existentes, analisando, por exemplo, os processos de trabalho, a alocação de recursos e a capacitação dos policiais para garantir que o efetivo atual esteja sendo empregado de maneira eficaz. Também foi priorizado o compromisso de modernizar e aperfeiçoar a infraestrutura das unidades de segurança e defesa civil, os processos de gestão, a inteligência das Polícias Militar, Civil e Penal, e as operações, com a utilização de equipamentos e sistemas de tecnologia. Quanto às políticas públicas, foi destacada a importância de ampliar, em parceria com os órgãos estaduais e municipais competentes, as ações de educação de trânsito, em especial nas escolas.

No que se refere ao **Eixo Desenvolvimento Socioeconômico (Piauí Produtivo)**, evidencia a preocupação com o planejamento sustentável e inclusivo de longo prazo, realçando as potencialidades do pequeno e médio produtor e o potencial da grande indústria no Piauí. Uma das principais pautas trazidas pelos participantes foi a valorização do pequeno produtor e da agricultura familiar, e a importância de se investir em ambos. Assim, como compromissos mais ressaltados, tem-se a ampliação dos investimentos em tecnologia (tratores, implementos agrícolas, kits de irrigação, sementes, sistemas de abastecimento de água etc), melhorando a produtividade da agricultura familiar, bem como o fortalecimento das cadeias produtivas prioritárias do Piauí (mel, caju, ovinocaprinos, peixes, frutas, bovinos, aves, grãos etc). Quanto às novas políticas públicas, acentuou-se a importância de incentivar e fortalecer a economia solidária, o cooperativismo e o associativismo, além de consolidar o programa de regularização fundiária, incluindo as comunidades tradicionais (quilombolas, indígenas, entre outras). Já em relação ao **Eixo Desenvolvimento Econômico (Avança Piauí)**, os compromissos mais antepostos foram o fortalecimento da assistência técnica e tecnológica para aprimoramento de pequenos negócios e as principais cadeias produtivas, viabilizando a venda desses produtos, além das ações de gestão para implantação do sistema de registro, referenciamento e monitoramento de violações de direitos humanos (base de dados), bem como o incentivo à realização de eventos sobre empreendedorismo, desenvolvimento econômico e geração de trabalho, emprego e renda.

Por fim, no tocante ao **Eixo Infraestrutura, Inclusão Produtiva e Transição Energética**, os compromissos mais votados foram o fortalecimento da Infraestrutura Hídrica (barragens, adutoras, interligação de bacias, sistemas de abastecimento de água etc.), com o apoio do Governo Federal, bem como a garantia do mínimo de 75% de pavimentação poliédrica ou asfáltica nas zonas urbanas dos atuais 224 municípios do Estado. Em termos de ações de gestão, os participantes ressaltaram o compromisso de garantir todas as contrapartidas financeiras, fundiárias e administrativas para ampla adesão aos editais dos projetos federais de construção de casas populares, além da revisão do Plano Estadual de Habitação de Interesse Social – PEHIS. Quanto às políticas públicas, foi evidenciado o fortalecimento do programa de regularização fundiária urbana.

Como recomendações e perspectivas de aprimoramento em relação ao processo participativo de construção do PPA, mostra-se o necessário aprofundamento do caráter territorial a longo prazo, considerando as plenárias do PPA apenas como o ponto de partida para um controle social próximo e inclusivo e com *feedback* que devem ser estruturalmente utilizados para o aprimoramento das políticas públicas. Acredita-se que a metodologia empregada e o processo de construção e a priorização de compromissos devem ser do conhecimento de todos os cidadãos piauienses, que podem monitorar as ações estratégicas do Estado. Adicionalmente, foi discutida a importância da disponibilização de uma plataforma digital para recebimento de sugestões e a principalidade para a ampliação da transparência do processo, diminuindo ainda mais as distâncias e mitigando questões logísticas dos participantes.

3 DIMENSÃO ESTRATÉGICA

3.1 Diagnóstico Socioeconômico

3.2 Visão de Futuro

3.3 Eixos Estratégicos e seus atributos

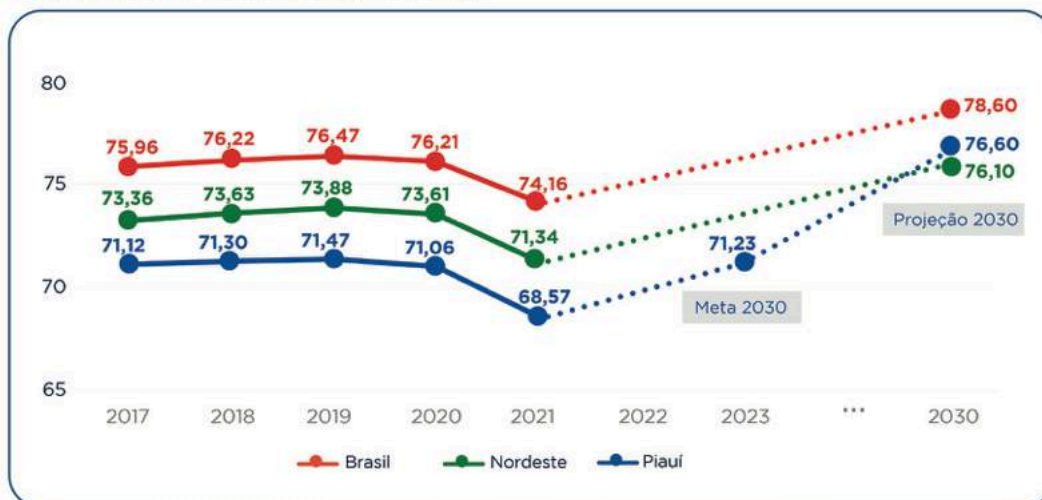


3.1 Diagnóstico Socioeconômico

EIXO 1 – SAÚDE E BEM-ESTAR

O Eixo Saúde e Bem-Estar é norteado pelo Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 3, e os programas e ações relacionados a esse compromisso possuem como finalidade o bem-estar físico e mental dos piauienses, oferecendo acesso universal aos serviços de saúde de diferentes níveis de complexidade em todo o território. Assim, o foco é reduzir os riscos à saúde, aumentando a expectativa de vida da população. Entre os anos de 2017 e 2019, a expectativa de vida dos piauienses apresentou uma progressão contínua, passando de 71,12 para 71,47 anos. No entanto, a pandemia da COVID-19 trouxe um desafio estrutural nesse aspecto, ocasionando declínio no índice – principalmente em 2021, período no qual foi registrado 68,57. Em 2023, é esperada a evolução da expectativa de vida do piauiense para 71,23 anos.

Expectativa de vida (em anos)

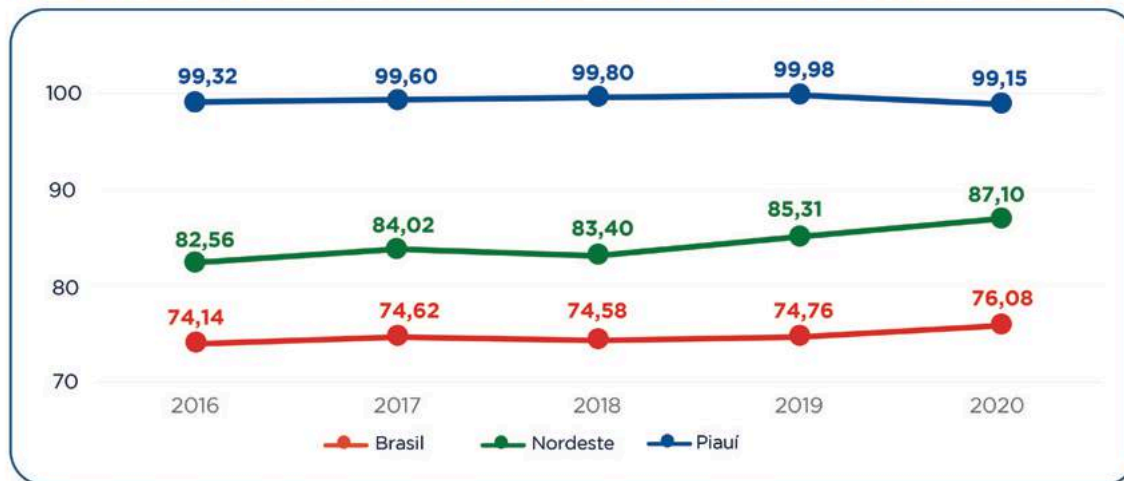


Fonte: Dados do IBGE e de registros administrativos, conforme especificados nos metadados disponíveis em: <http://atlasbrasil.org.br/acervo/biblioteca>.

Elaboração: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FJP, 2022.

A longevidade dos piauienses depende de uma rede de serviços abrangente, integrada e inclusiva. Nesse sentido, a **Atenção Básica** é o conjunto de ações de saúde no âmbito individual, familiar e coletivo, que envolve promoção, prevenção, proteção, diagnóstico, tratamento, reabilitação, redução de danos, cuidados paliativos e vigilância em saúde. A ampla cobertura da Atenção Básica é a forma altamente eficaz e eficiente de agir sobre as principais causas de problemas de saúde e riscos ao bem-estar, bem como de lidar com os desafios emergentes que ameaçam a saúde e o bem-estar no futuro. De 2016 a 2022, a cobertura da Atenção Básica no Estado chegou a 99%, comparativamente superando os índices de cobertura da Região Nordeste (87,10%) e do Brasil (76,08%).

Cobertura populacional estimada pelas Equipes de Atenção Básica (%)



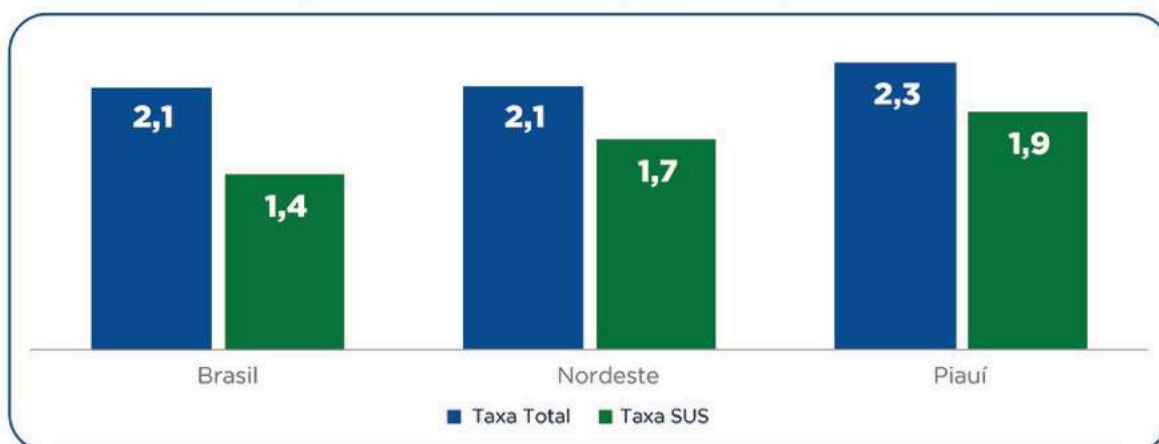
Fonte: Ministério da Saúde 2021. Secretaria de Atenção Primária à Saúde (SAPS).

A importância da Atenção Básica pode ser verificada conjuntamente com as demais redes de atendimento à população, como serviços de abastecimento e coleta. Nos últimos anos, o Piauí vem apresentando declínio na mortalidade atribuída às fontes de água e saneamento inseguros, bem como à falta de higiene, fixando em 4,9 por 100 mil habitantes em 2021. Realidade observada também na Região Nordeste quanto no Brasil. Apesar dos avanços, o Estado tem enfrentado forte incidência de Dengue, cujo número de casos vem superando os índices verificados para a Região Nordeste e para o Brasil, fato que reforça a importância de atendimento próximo às famílias e às comunidades.

Em relação aos serviços de média e alta complexidade, cruciais para o combate às doenças e atendimentos de emergência, de acordo com os dados da Secretaria de Atenção Primária à Saúde (SAPS) e do Ministério da Saúde (2021), os estabelecimentos de alta complexidade em área hospitalar por Território de Desenvolvimento (TD) estão concentrados em 71%, no TD Entre Rios. Sete TDs ainda não possuem esses equipamentos. Tal fato ocasiona a necessidade de que muitos cidadãos tenham de se dirigir a outros TDs em busca de atendimentos especializados. Assim, há avanços e também desafios territoriais a serem considerados na priorização de serviços.

A taxa de leitos por habitante também é um importante indicador que denota a capacidade no atendimento de emergência e recuperação de enfermidades. No Piauí, a capacidade instalada é de 2,3 por mil habitantes. No entanto, quando se observa separadamente a taxa coberta pelo SUS, essa capacidade cai para 1,9. Destaca-se que é uma taxa maior quando comparada aos índices apresentados no Brasil e no Nordeste, mas que ainda representa demanda importante dos piauienses, com impacto direto na preservação da vida e bem-estar social.

Taxa de Leitos (por mil habitantes) em março de 2023



Fonte: Ministério da Saúde 2021. Secretaria de Atenção Primária à Saúde (SAPS).

O alinhamento entre a Atenção Básica e a rede de alta complexidade é crucial para redução das despesas totais em Saúde, mas também no atendimento eficiente da população, reduzindo as internações hospitalares. Há um desafio a ser enfrentado tendo em vista que, de acordo com dados apresentados pela Secretaria Estadual de Saúde, o percentual de internações por condições sensíveis à Atenção Básica era de 24,54%; enquanto, em 2020, o registrado foi de 19,68%, mostrando decréscimo substancial, situação que demanda atuação integrada do poder público.

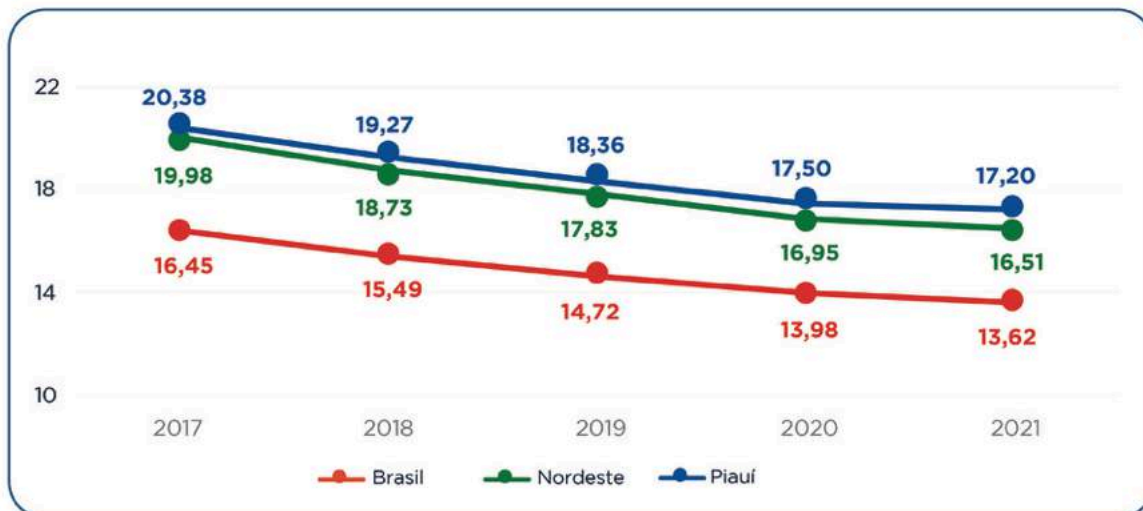
A qualidade de vida e a longevidade dos piauienses também têm como base o cuidado integral e holístico oferecido às mães e às crianças piauienses. Nesse aspecto, destacam-se diferentes indicadores que se integram à conjugação de esforços de saúde pública: taxa de mortalidade materna, realização de pré-natal, percentual de nascidos de mães entre 10 e 19 anos, taxa de mortalidade na infância, taxa de mortalidade infantil e taxa de mortalidade neonatal. Para verificar os avanços e os desafios desses indicadores para o Piauí, é sempre importante avaliar a posição do Estado em relação ao Nordeste e ao Brasil, verificando em quais ações específicas devem ser empreendidos mais esforços e também em quais aspectos o Estado possui especificidades não verificadas em outras regiões. No geral, o Estado vem apresentando avanços com a ampliação da rede de serviços e cuidado, mas ainda está abaixo das médias regional e nacional para indicadores importantes, fato que demanda atuação integrada e constante no planejamento de curto, médio e longo prazo.

No que se refere à taxa de mortalidade materna, observa-se o decréscimo, entre 2018 e 2022, passando de 84,87 para 82,77 para cada 100 mil nascidos – mesmo com o retrocesso verificado no período sanitário crítico da pandemia, o esforço empreendido pela rede de saúde em todo o quadriênio se refletiu positivamente. A mortalidade materna é o falecimento da mulher durante a gestação ou até 42 dias após o término da gestação, independentemente da duração da gravidez, devido a qualquer causa relacionada com/ou agravada pela gravidez ou por medidas em relação a ela, porém não devida a causas acidentais ou incidentais.

Também fundamental em termos de prevenção e/ou detecção precoce de patologias tanto maternas como fetais, a realização do pré-natal permite o desenvolvimento saudável do bebê e reduz os riscos à saúde da gestante. No Piauí, em 2019, a proporção de nascidos de mães que realizaram sete ou mais consultas de pré-natal cresceu, fixando-se em 65,87%, acompanhando a tendência da Região Nordeste (67,50%) e do Brasil (72,43%). A pandemia também afetou momentaneamente esses índices – principalmente em 2020 – no entanto, a taxa voltou a crescer nos anos subsequentes. Em 2022, por exemplo, atingiu-se a taxa de 69,66% no Estado, com o crescimento superior a 10% em relação a 2020 – sendo o maior crescimento no período em comparação à Região Nordeste e ao Brasil. No período, foi possível constatar também a redução significativa da ocorrência de sífilis congênita em menores de um ano de idade; em 2022, foram registrados apenas 118 casos, confirmando a importância da concentração de esforços de saúde durante o período pré-natal. Apesar dos avanços, ainda é necessário o trabalho de conscientização e ampliação dos atendimentos de pré-natal, visto que a taxa piauiense de mães que realizaram sete ou mais consultas ainda é comparativamente menor que as taxas do Nordeste e do país.

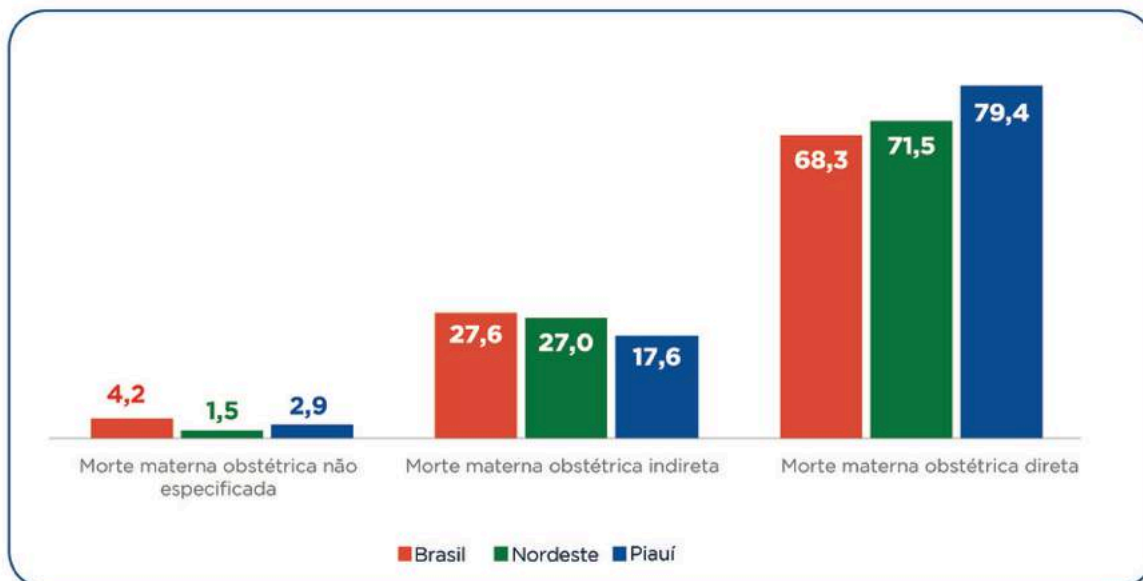
No que se refere ao percentual de nascidos de mães entre 10 e 19 anos, observa-se a queda constante no Piauí, saindo de 20,98 em 2017 para 17,20 em 2021, resultado, em grande parte, da redução de gravidez na adolescência. No Estado, a maioria das mortes maternas obstétricas ocorreu por complicações diretas, nas quais a motivação é oriunda do período da gestação, parto ou puerpério. Esse esforço converge com a meta 3.7 do ODS-3, que antevê, até 2030, assegurar o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo o planejamento familiar, informação e educação, bem como a integração da saúde reprodutiva em estratégias e programas nacionais.

Nascidos vivos de mães entre 10 e 19 anos (2017-2021) (%)



Fonte: SVS Ministério da Saúde.

Fases dos óbitos maternos em 2021 (%)



Fonte: SVS Ministério da Saúde.

Outro indicador social importante é a taxa de mortalidade na infância, representada pelo número de crianças que foram a óbito antes de completar cinco anos de vida para cada mil nascidos no período de um ano. Trata-se de um indicador que está destacado na meta 3.2 dos ODS, que é a de reduzir a mortalidade na infância para 25 mortes para mil nascidos. Em 2021, o Piauí apresentou o índice de 15,63, que representou a queda de 1,65 em relação a 2018. Em 2022, no entanto, foi observado o aumento dessa taxa no Estado para 16,6, realidade também vivenciada pelos outros índices geográficos – regional e nacional. Olhando especificamente para o Estado, verifica-se que esse desafio é ainda mais estrutural, visto que seis TDs⁷ evidenciam valor superior à média estadual de 2022. Nesse aspecto, confrontar tal realidade demanda abordagem abrangente e integrada, envolvendo medidas como melhorias no acesso a serviços de saúde de qualidade, educação sobre cuidados infantis, programação de vacinação e melhorias na nutrição e no saneamento básico.

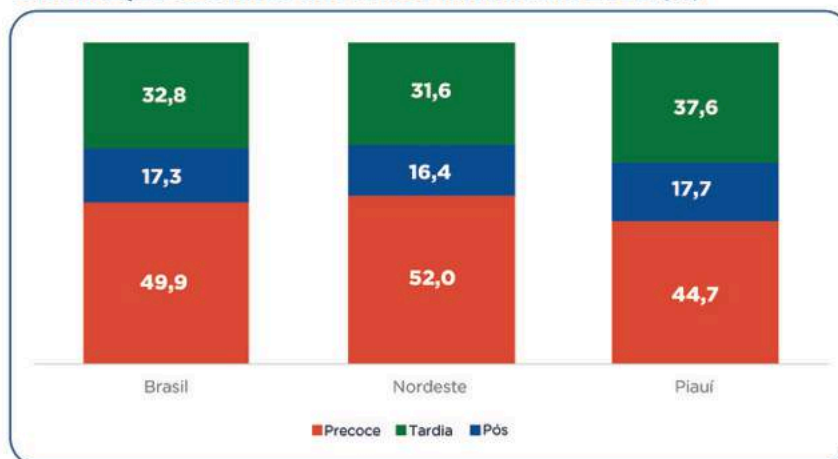
A qualidade dos serviços de Atenção Básica de saúde, saneamento básico e educação também pode ser constatada por meio da taxa de mortalidade infantil. No Estado, de acordo com a Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente do Ministério da Saúde, a taxa corresponde ao número de óbitos de menores de um ano de idade, por mil nascidos, em determinado espaço geográfico, no ano considerado. De 2017 até 2021, a taxa estava em regressão, saindo de 15,72% para 13,75%. Em 2022, no entanto, foi apurada a taxa de 15,80%, reforçando os desafios dos órgãos de saúde no período de adaptação de serviços e atendimento após o período crítico da pandemia.

Em termos de prevenção, é importante destacar os esforços para a vacinação de crianças menores de 2 anos. O Piauí apresentou a taxa de 86,6 em 2018, caindo para 73,3 em 2020, acompanhando as tendências regional e nacional. A recuperação da taxa de vacinação para esse grupo da população se deu nos últimos dois anos, no qual se verificou, em 2022, a taxa de 86,4, superando as proporções nacional e da Região Nordeste.

Por fim, completando a cesta de índices materno-infantil, verifica-se que a taxa de mortalidade neonatal apresentou o menor índice nos últimos cinco anos, sendo 9,31 em 2020. Entende-se por taxa de mortalidade neonatal, o número de óbitos de 0 a 28 dias de vida completos, por mil nascidos, em determinado espaço geográfico, no ano considerado. Esse compromisso está destacado na meta 3.1 dos ODS, voltada para a redução da mortalidade neonatal para, pelo menos, até 12 por mil nascidos. Embora o Estado já esteja atingindo a referida meta, ainda são necessários esforços conjuntos para a melhora no acesso a cuidados de saúde, nutrição, condições socioeconômicas e qualidade dos serviços obstétricos e neonatais.

⁷Vale dos Rios Piauí e Itauera, Carnaubais, Planície Litorânea, Serra da Capivara, Chapada do Vale do Itaim e Vale do Sambito apresentam valor superior à média estadual, que é de 18,60.

Distribuição das fases dos óbitos infantis em 2022 (%)



Fonte: SVS Ministério da Saúde
 Nota: Para o ano de 2022 os dados são preliminares.

Neonatal precoce (entre 0 a 6 dias) 2022



Neonatal tardia (entre 7 e 27 dias) 2022

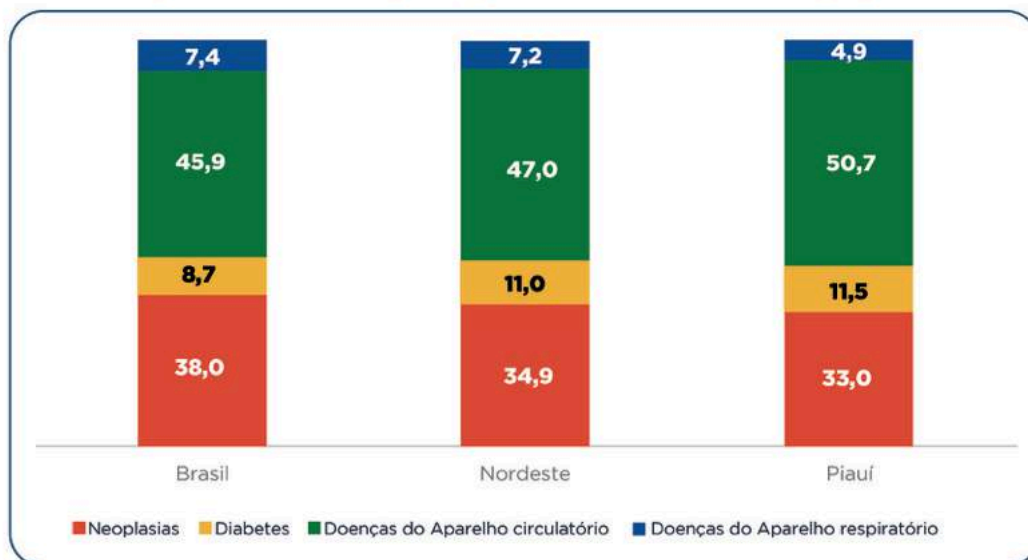


Pós-neonatal (entre 28 e 364 dias) em 2022



Outro grande desafio de saúde pública é a ocorrência de Doenças Crônicas Não Transmissíveis – DCNT – apresentar alta prevalência. Considerando a série histórica de 2018 a 2022, o Estado não registrou diminuição nesse índice – taxa de óbitos prematuros (de 30 a 69 anos), saindo de 273,93 para 275,86. Essas enfermidades se caracterizam por ter múltiplos fatores de risco, longos períodos de latência e origem não infecciosa. Adicionalmente, são doenças que se associam às deficiências e às incapacidades funcionais. Especificamente, as doenças do aparelho circulatório são as que mais acarretam óbitos, seguidas pelas neoplasias, que é o tumor derivado do crescimento anormal do número de células no organismo, mais conhecido como câncer. Tal realidade é observada também na Região Nordeste e no Brasil.

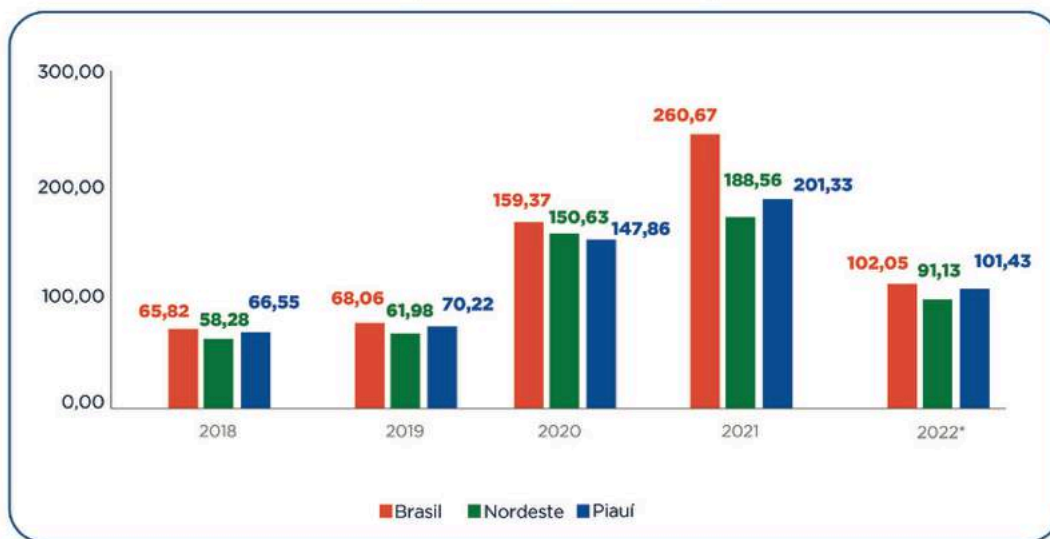
Distribuição dos óbitos por tipo de DCNT em 2022*(%)



Fonte: SVS Ministério da Saúde e IBGE - Projeção da População.
*Dados preliminares.

No que se refere às doenças transmissíveis – enfermidades que as pessoas adquirem a partir do contato com outros indivíduos –, o Piauí apresentou aumento significativo nos óbitos registrados para esse índice no período da pandemia da COVID-19, atingindo, em 2021, o índice de 201,37. No entanto, em 2022, observou-se importante avanço, verificando a taxa de 101,43, que superou a média brasileira.

Taxa de mortalidade Específica por Doenças Transmissíveis



Fonte: DataSUS e IBGE - Projeto da População

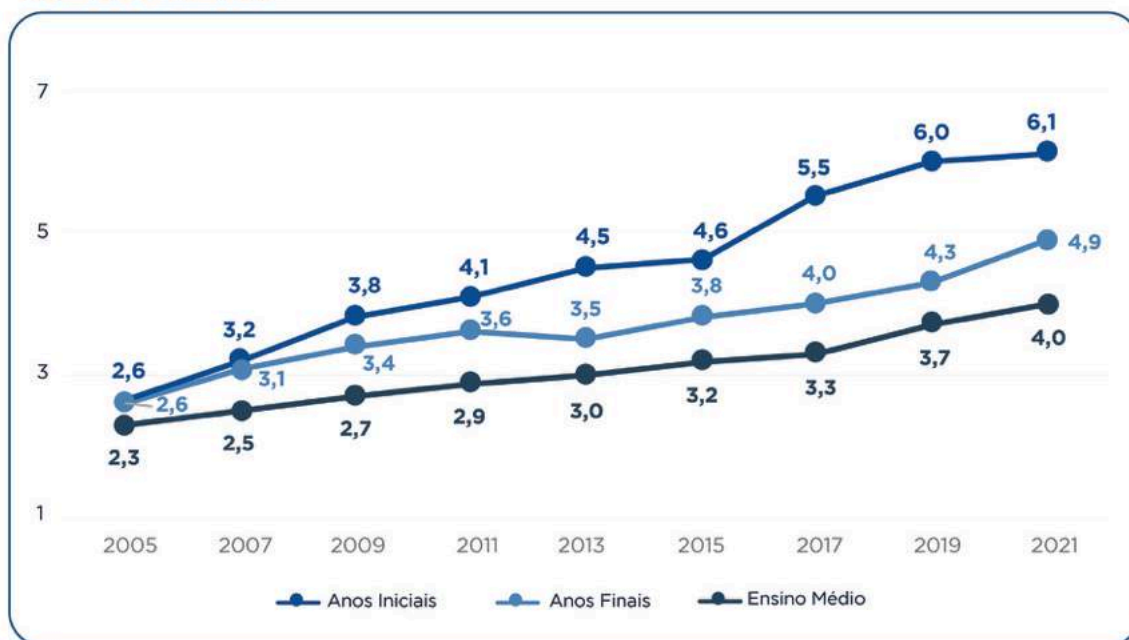
* Dados preliminares

EIXO 2 – EDUCAÇÃO INCLUSIVA E DE QUALIDADE

O Eixo Educação Inclusiva e de Qualidade é norteado por políticas e ações voltadas para o alcance do ODS-4, tendo como incitação a garantia do acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, promovendo oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. No Piauí, há grande destaque para o ensino de tempo integral e profissionalizante, observando a eficiência dos processos de aprendizagem.

Como indicador de impacto desse Eixo, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) é a ferramenta que monitora a qualidade da Educação brasileira com o cálculo de dois componentes muito importantes: a taxa de rendimento escolar (aprovação) e as médias de desempenho nos Exames aplicados pelo Índice Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP). Nos Ensinos Fundamental e Médio, o Piauí tem apresentado resultados satisfatórios para o IDEB, evidenciando crescimento gradativo e constante de 2005 a 2021.

Resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, de 2005 a 2021



Fonte: INEP. Resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) 2005 -2021.

Em relação ao Ensino Fundamental I, verifica-se evolução substancial do IDEB no Estado, saltando de 4,5 em 2013 para 6,1 em 2021, demonstrando crescimento superior ao registrado na Região Nordeste e no Brasil. No que se refere à rede pública total, o índice é de 5,3, em termos comparativos, ficou acima da Região Nordeste, porém ainda abaixo do nível registrado nacionalmente. Já em relação ao IDEB no Ensino Fundamental II, tanto na rede pública estadual quanto na rede pública total, registraram-se crescimentos satisfatórios nos últimos anos, sendo que, em 2021, o índice do primeiro ficou em 4,9, e do segundo em 4,8.

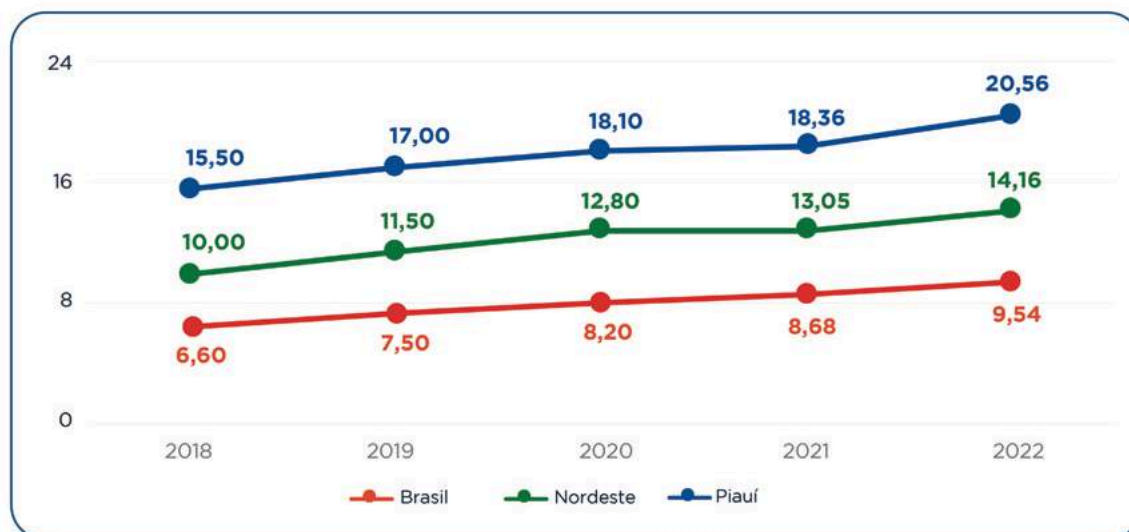
Olhando para o Ensino Médio da rede estadual piauiense, o IDEB registrou o índice de 4,0 em 2021 – nota superior à da Região Nordeste (3,8) e a do Brasil (3,9). O IDEB do Ensino Médio em 2021 atingiu a nota 5,3, enquanto o Nordeste e o Brasil atingiram notas de 5,1 e 3,9, respectivamente, representando forte indício de atenção governamental à rede pública.

De forma complementar, as taxas de rendimento escolar são fundamentais para a verificação e o acompanhamento da performance escolar. Assim, a taxa de reprovação dos Ensinos Fundamentais I e II (rede total) fixou-se em 4 em 2022, e vem apresentando tendência de queda, levando em consideração os últimos cinco anos. Já no Ensino Médio (rede total), a taxa de reprovação no Piauí apresenta números de destaque, chegando em 2022 ao percentual de 1,7%. Comparado aos índices apresentados no Nordeste e no Brasil, mostra-se a menor taxa.

O analfabetismo é outra medida estruturante para verificar a evolução da Educação no território. Entende-se por analfabetismo a incapacidade para compreender as ideias explícitas e implícitas de um texto e emitir juízo crítico sobre elas. No Piauí, a taxa de analfabetismo da população jovem e adulta foi de 14,80% em 2022, apresentando a queda de 0,67% em relação a 2018. Adicionalmente, o percentual de pessoas de 18 anos ou mais de idade com o Ensino Fundamental vem aumentando gradativamente, apresentando números positivos, chegando a 57% em 2021. Apesar dos avanços, o Piauí ainda requer melhorias para se igualar aos índices regional e nacional.

Tendência comprovada de qualidade de ensino, o Ensino Médio Integrado é modelo educacional que proporciona ao estudante a possibilidade de terminar o curso escolar com formação profissional, capacitado para o mercado de trabalho, ampliando as oportunidades. Nesse sentido, na rede pública estadual do Piauí, a participação das matrículas do Ensino Médio Integrado no total de matrículas do Ensino Médio saiu de 15,50% em 2018 para 20,56% em 2022, superando as realidades constatadas tanto na Região Nordeste, quanto no Brasil.

Participação das matrículas do Ensino Médio integrado no total de matrículas do Ensino Médio (Rede Pública Estadual) (%)



Fonte: INEP

Outro indicador que reflete o trabalho integrado para a educação inclusiva e de qualidade é a taxa de abandono escolar, entendida como o ato de deixar de frequentar as aulas sem terminar uma determinada série ou não concluir o ano letivo. No Piauí, verifica-se a queda nessa taxa tanto no Ensino Médio quanto no Ensino Fundamental. Em relação ao Ensino Médio, a taxa reduziu de 10,9% em 2017 para 5,2% em 2021, ficando abaixo dos índices regional e nacional. Já em relação ao Ensino Fundamental I (rede total), a taxa de abandono no Piauí fechou 2022 em 0,6%, evidenciando a queda de 0,4% pontos percentuais, em relação a 2018. De maneira semelhante, no Ensino Fundamental II (rede total), o quantitativo de abandono caiu de 3% em 2018 para apenas 2,1% em 2022.

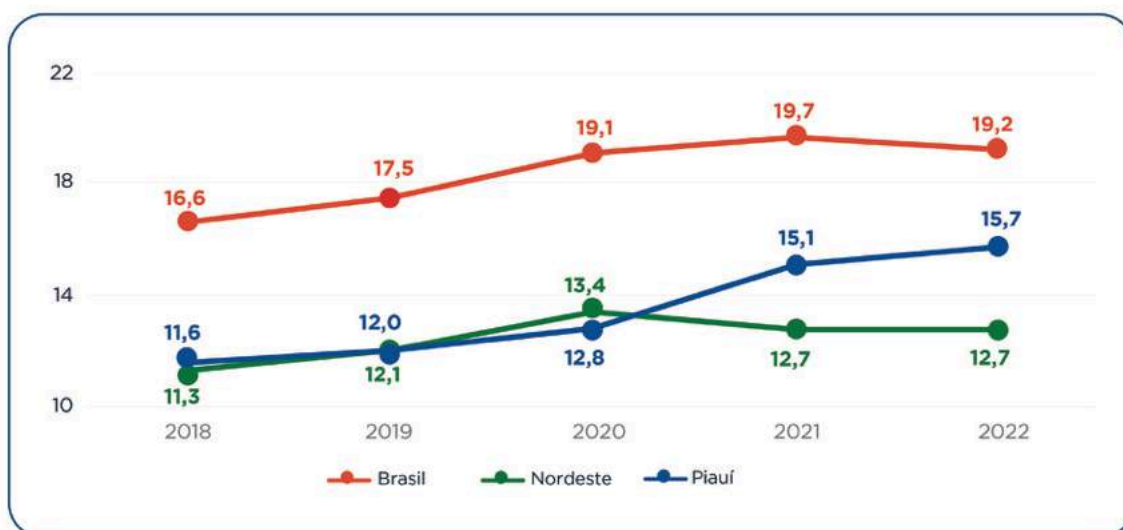
No que se refere à taxa distorção idade-série, que mostra o percentual dos alunos matriculados com idade pelo menos de 2 anos maior do que a idade esperada para aquela série, o Piauí também vem apresentando importante evolução, com queda das taxas nos diferentes níveis educacionais. No Ensino Fundamental I, por exemplo, o Estado apresentou a queda de 18,4% em 2018 para 8,9%, ficando acima da média nacional em 2022. No Ensino Fundamental II, por sua vez, a taxa de distorção idade-série também segue em declínio, saindo de 33,3% em 2018 para 24,7% em 2022. Considerando a rede total (instituições públicas e privadas), a taxa de distorção idade-série do Ensino Médio evidencia declividade. Em 2018, o percentual era de 36,5% e, em 2022, registrou apenas 31%. No geral, essa evolução demonstra aumento da qualidade na Educação piauiense, com esforços conjuntos no tocante à estrutura, ao material didático e ao acolhimento escolar.

Olhando para o Nível Superior, no Plano Piauí 2030, o Programa de Fortalecimento da Universidade Estadual do Piauí (UESPI) tem como objetivo contribuir para efetivação da

Instituição como indutora de pesquisas aplicadas para o Estado, focalizando a promoção e a geração de conhecimento e tecnologias para o desenvolvimento sustentável do Piauí. Nesse sentido, o número de bolsas de pesquisa concedidas pela UESPI/CAPES aos programas de pós-graduação *stricto sensu* progrediu substancialmente, saindo do total de 17 bolsas em 2016 para 33 bolsas em 2020, representando o aumento de 94%.

O indicador que afere a qualidade das Instituições de Ensino Superior é o Índice Geral de Cursos (IGC), que apresenta notas que vão de 0 a 5, sendo que o 0 indica a pior qualidade; e 5, a melhor. A UESPI, de 2015 a 2021, vem apresentando aumento gradativo, saindo de 2,43 para 2,70. Em termos de abrangência do Ensino Superior no Estado, o percentual de pessoas com 25 anos ou mais que apresentam Nível Superior completo vem prosperando anualmente, registrando em 2022 o índice de 15,7%, fato que em termos comparativos se mostra maior que o da Região Nordeste e abaixo da média brasileira.

Pessoas com 25 anos ou mais com nível superior completo (%)



Fonte: Microdados. IBGE - PNADC 2º Trimestre.

EIXO 3 – JUSTIÇA E SEGURANÇA

A segurança pública depende fundamentalmente do adequado aparato estatal – policiamento, equipamentos públicos para acolhimento e recebimento de denúncias e, principalmente, integração de diferentes forças – Polícias Civil e Militar, Poder Executivo, Judiciário e sociedade –, para que a honra, a dignidade, o patrimônio e, principalmente, a vida de cada cidadão seja protegida. Trata-se da área que demanda o olhar social e inclusivo, ao mesmo tempo que requer medidas protetivas eficientes, primando pela proteção dos direitos de todos os indivíduos, sem qualquer tipo de discriminação. De maneira geral, a segurança pública apoia e depende do efetivo funcionamento dos outros serviços oferecidos pelo Estado: assistência social, educação, saúde, trabalho, emprego e renda. Falhas ou ausências em alguns desses serviços afetam a qualidade de vida dos cidadãos em diferentes situações, ocasionando situações de insegurança.

Em termos de recursos orçamentários para oferecimento dos serviços na área, o financiamento é oriundo de recursos da União, Estados e Municípios. Importante mencionar que o maior contingente de servidores públicos está concentrado nas Polícias Cíveis e Militares brasileiras e cabe aos Governos estaduais custeá-los, garantindo também os equipamentos e a estrutura administrativa necessários para execução eficiente de suas atividades. No entanto, durante o período da pandemia, que concentrou esforços na superação da crise sanitária causada pela COVID-19 e suas variantes, as despesas com segurança pública no Estado do Piauí sofreram redução, o que ocasionou consequências que ainda estão sendo mitigadas pelo poder público: entre 2019 e 2020, a redução da despesa em proporção das receitas correntes foi de 6,8% para 5,2%. Em 2021 e 2022, houve recuperação dessa proporção, chegando a 5,5% do total de receitas correntes. No entanto, ainda sem recuperar o patamar do gasto aplicado até 2019.

É importante destacar a aprovação do Socorro Fiscal da União, durante a pandemia, Lei Complementar nº 173/2020, que acabou por congelar a expansão de despesas de pessoal, ocasionando a suspensão de concursos e a impossibilidade de movimentações de carreira. Uma vez que parte substancial dos recursos da área de segurança corresponde às despesas de pessoal, o fato de não poder reajustar salários ou realizar contratações por 2 anos fez com que o Piauí apresentasse redução de seu gasto na área, impactando diretamente a proteção e o atendimento dos cidadãos piauienses.

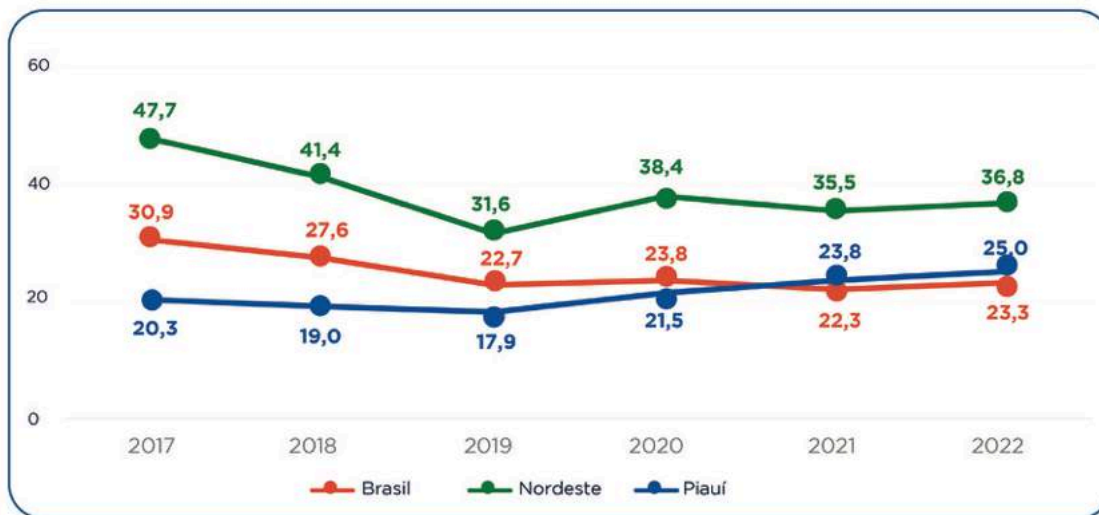
Segundo dados do Anuário da Segurança Pública de 2022, o Piauí apresentou a menor despesa em Segurança Pública entre os Estados do Nordeste. Em 2022, a despesa média dos nove Estados da região foi de R\$ 1,827 bilhão. Por outro lado, a despesa estadual piauiense totalizou aproximadamente R\$ 999 milhões. Tendo em vista o desenvolvimento do Estado em diferentes setores – socioeconômico, educacional, cultural etc –, pode-se dizer que a evolução orçamentária na área de segurança pública representa garantia de continuidade e desenvolvimento sustentado da sociedade piauiense.

Os indicadores do setor evidenciam que a segurança pública deve ser uma das áreas prioritárias de atuação do Estado, destacando a importância de políticas públicas integradas para o desenvolvimento socioeconômico inclusivo e a redução das desigualdades, uma vez que acontecimentos fatais – e não fatais – ainda incidem, principalmente sobre a população jovem (sobretudo os negros), mulheres, e demais grupos minoritários que demandam atuação próxima do poder público.

No Piauí, em geral, observam-se variações positivas e negativas de alguns índices, o que implica necessidade de maior atenção nos próximos anos. Entre os indicadores que apresentaram resultado positivo nos últimos anos, destaca-se o de Mortes Violentas Intencionais (MVIs), criado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e que engloba as vítimas de homicídio doloso (incluindo feminicídios e policiais assassinados), roubos seguidos de morte, lesão corporal seguida de morte e as mortes decorrentes de intervenções policiais, configurando os crimes que mais impactam na insegurança e no medo da população.

Observou-se redução na taxa de MVIs em âmbitos estadual, regional e nacional, de 2017 a 2019. O Piauí alcançou o menor valor registrado nesse período: 17,9 mortes por 100 mil residentes. Entretanto, a partir de 2020, houve aumento nesse indicador, com o índice estadual alcançando, em 2022, 25 mortes por 100 mil residentes, que ainda assim está abaixo da medida na Região Nordeste (36,8) e bem próximo da nacional (23,3).

Taxa de mortes violentas intencionais (MVIs)



Fonte: Anuário da Segurança Pública

Por sua vez, o número de homicídios dolosos, com destaque para a taxa de homicídios da população negra, e feminicídios representam desafios estruturantes para o Estado piauiense. O número de homicídios dolosos registrados no Piauí em 2022 foi de 785 vítimas fatais, representando um aumento de 6,2% em comparação com os casos de 2021 (736 homicídios dolosos).

De 2017 a 2021, observou-se aumento acentuado na taxa de homicídios por armas de fogo no Piauí, passando de 11,55 para 16,97 vítimas por 100 mil habitantes. O número total de homicídios também aumentou, passando de 376 em 2017 para 558 em 2021, representando o crescimento de 48%. É importante ressaltar que essa tendência diverge dos resultados do Brasil e do Nordeste, onde foi registrada a queda acumulada de 30% e 26%, respectivamente. Portanto, os dados destacam a importância de abordar as mortes causadas por armas de fogo como importante tema para análise e aplicações de políticas públicas, visando à reversão desse cenário adverso.

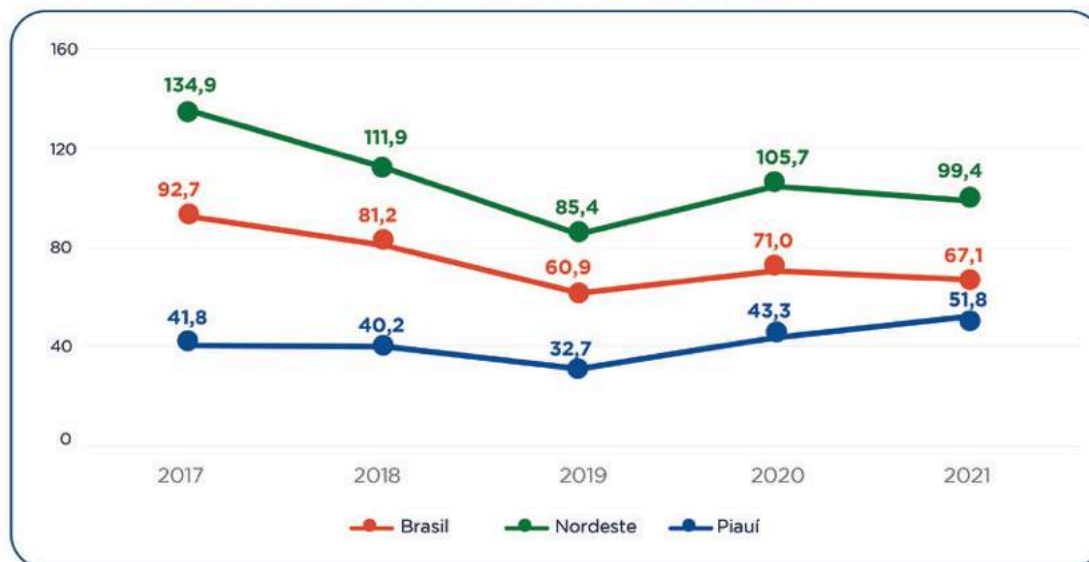
Taxa de homicídios por armas de fogo - por 100 mil habitantes



Fonte: Anuário da Segurança Pública.

No que se refere ao índice de homicídio de jovens negros, o indicador é calculado pelo número de homicídios que incidem sobre a população negra entre 15 e 29 anos, dividido pela população negra total desse grupo, multiplicado por 100 mil. Os dados mais recentes revelam aumento na taxa estadual, ainda assim o Piauí na série histórica apresenta números bem inferiores às médias regional e nacional em relação à taxa de homicídios da população negra e jovem.

Taxa de homicídios da população negra e jovem



Fonte: Microdados PNAD 4º trimestre* e DataSUS**

Notas:

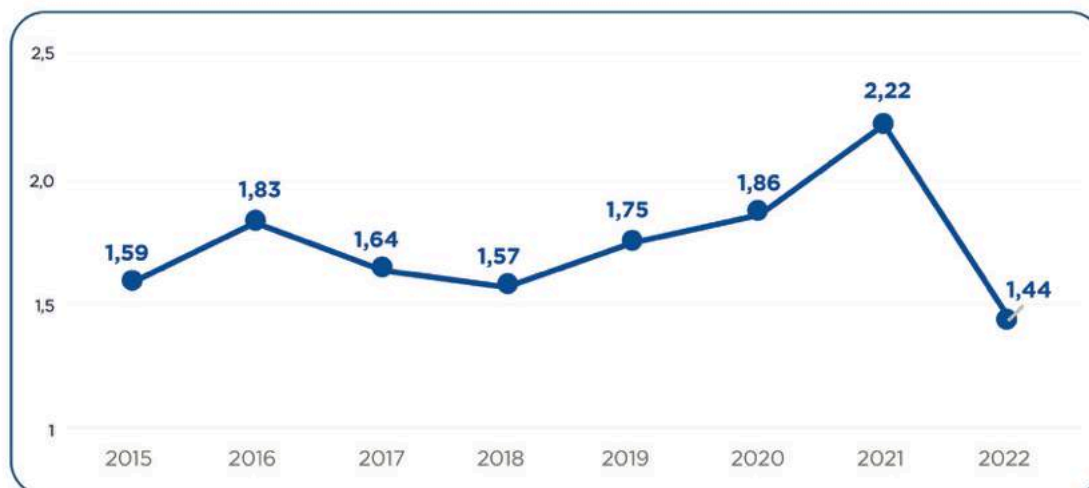
* Dados referentes a população negra e jovem para os anos de 2012 e 2021 foram coletados por meio dos Microdados da PNAD 2º trimestre, com uso do Software R.

** Dados referentes ao número de homicídios de jovens negros coletados no site do DataSUS de acordo com a metodologia.

Em relação à violência contra a mulher, por sua vez, observa-se que a pauta tem ganhado destaque nacional nos últimos anos. Nesse sentido, o relatório “Visível e Invisível: a Vitimização de Mulheres no Brasil”, divulgado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, aponta para os maiores níveis de vitimização por agressão e assédio desde 2017. No Piauí, os dados revelam que os feminicídios cresceram 6,1% em 2022, resultando em 1.437 óbitos. Não menos importante, o número de homicídios dolosos de mulheres, as agressões em contexto de violência doméstica e os registros de assédio sexual também apresentaram crescimento significativo, demandando atuação urgente e consistente por parte do Estado.

A proteção da mulher é função precípua da segurança pública a ser garantida pelo Poder público. Desse modo, o aumento da conscientização e os canais de denúncia alinhados com a atuação dos órgãos públicos de segurança ajudam a proteger essa importante parcela da população. Dessa forma, destaca-se que, no Estado, durante o período de 2016 a 2018, ocorreu redução nos casos de assassinato de mulheres em decorrência de violência doméstica e domiciliar ou por misoginia, em aversão ao gênero feminino, de tal forma que o indicador saiu de 1,83 para 1,57 feminicídios por 100 mil mulheres residentes.

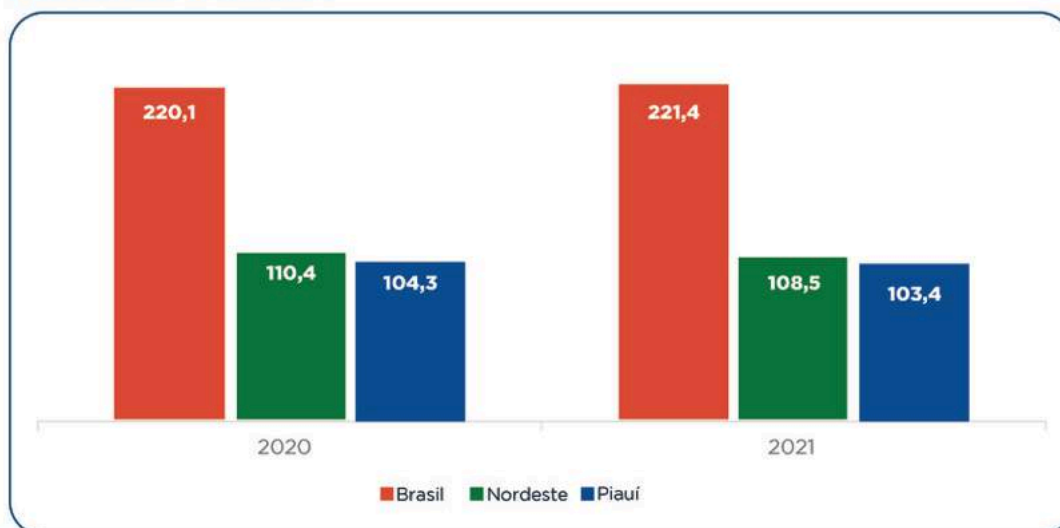
Taxa de Femicídio



Fonte: SSP-PI.

Quanto às taxas de crimes de lesão corporal contra mulheres no âmbito doméstico, que leva em consideração a quantidade de casos notificados para cada 100 mil mulheres, também se observa redução positiva no Piauí: em 2021, o índice estadual (103,4) apresentou redução de 0,9% pontos percentuais em relação a 2020, sendo bem inferior à taxa nacional (221,4) e também ao valor médio da região (108,5). Apesar do avanço, o olhar do poder público é de intensificação de esforços e integração para a proteção das mulheres, garantindo apoio socioeconômico, emocional e estrutura de justiça para mitigação dos atos de violência contra essa parcela da população.

Taxa de lesão corporal dolosa - violência doméstica por 100 mil habitantes mulheres

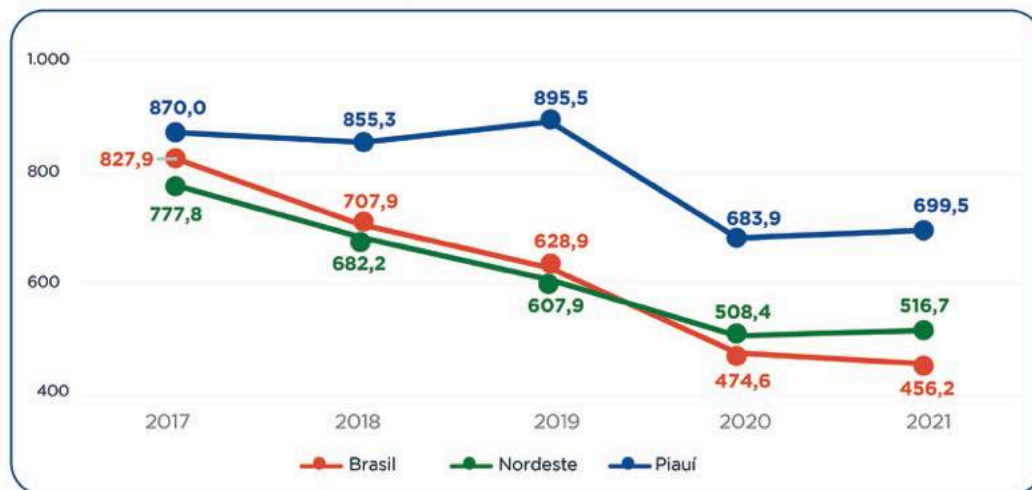


Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública.

Em relação às medidas judiciais que visam garantir a proteção de mulheres em riscos de sofrerem violências, os dados recentes evidenciam que houve aumento de tutelas de urgência em 2021 em relação a 2020: a quantidade de medidas protetivas concedidas no Estado (296,1) supera a cobertura média da região, que foi de 263,9, levando em relação à população de cada 100 mil mulheres residentes. Esse resultado indica melhora na rede de proteção e atenção às mulheres vítimas de violência assistidas pelo Estado.

Os crimes que afetam o patrimônio – crimes violentos patrimoniais, roubos e furtos – também sinalizam a importância de tratar segurança pública de forma conjunta com as políticas socioeconômicas e também com um sistema de justiça equitativo e tempestivo. A taxa de crimes violentos patrimoniais com uso de violência contra pessoas – que engloba todos os crimes classificados como roubo, exceto o roubo seguido de morte – aponta para a redução desse indicador de 2017 a 2020, passando de 870 para 699,5 por 100 mil residentes. Apesar dos avanços, os valores apresentados ainda excedem os níveis apresentados para o Nordeste e o Brasil.

Taxa de crimes violentos patrimoniais

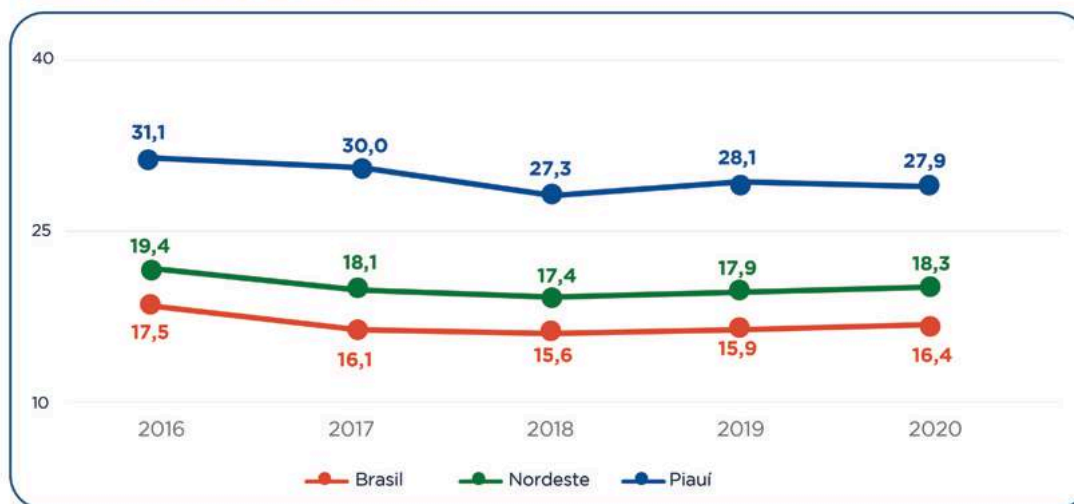


Fonte: Anuário da Segurança Pública.

Por sua vez, os roubos e os furtos tiveram crescimento nos anos recentes e demandam atenção prioritária do Estado, com ações que recuperem a sensação de segurança da população e mitiguem os danos físicos e os traumas psicológicos. Nesse aspecto, destaca-se a preocupação com os roubos a estabelecimentos comerciais, que cresceram 17,6% no Estado entre os anos de 2021 e 2022, passando de 1.097 para 1.295 casos. Já a taxa de roubo residencial estadual, embora se mantenha elevada, apresentou redução entre 2021 e 2022, passando de 42,9 para 39,8 ocorrências para cada 100 mil residentes. No entanto, chama a atenção para o fato de que esse valor é ainda superior às médias regional e nacional. Já no caso de roubos a transeunte – crime caracterizado por assalto a indivíduos que são abordados enquanto transitam em vias públicas com subtração de pertences de forma violenta –, observa-se o crescimento de 4,6% entre 2021 e 2022, passando de 14.238 ocorrências em 2021 para 14.946 no último ano.

Em relação à segurança no trânsito, as Regiões Norte e Nordeste vêm apresentando aumento da mortalidade, devido ao crescimento da frota de automóveis e motocicletas sem infraestrutura de segurança viária e gestão do trânsito. De 2017 a 2019, o Piauí apresentou redução mais intensa do que a apresentada pelo Nordeste e pelo Brasil, passando de 31,1 para 27,3 óbitos a cada 100 mil habitantes. De 2020 a 2021, a taxa estadual permaneceu em torno de 28 óbitos a cada 100 mil habitantes, bem acima da taxa do Brasil, de 11,5, e do Nordeste, de 9,8. Entre os casos verificados, o número de motociclistas que vão a óbito em acidentes de trânsito representa mais de 60% das vítimas entre todos os acidentes nas vias terrestres do Estado. Tal fato evidencia que a redução das mortes no trânsito requer esforço contínuo e abrangente com ações de educação e conscientização, melhoria na infraestrutura e aumento da fiscalização por parte das autoridades competentes.

Taxa de óbitos no trânsito



Fonte: DataSUS / População estimada IBGE.

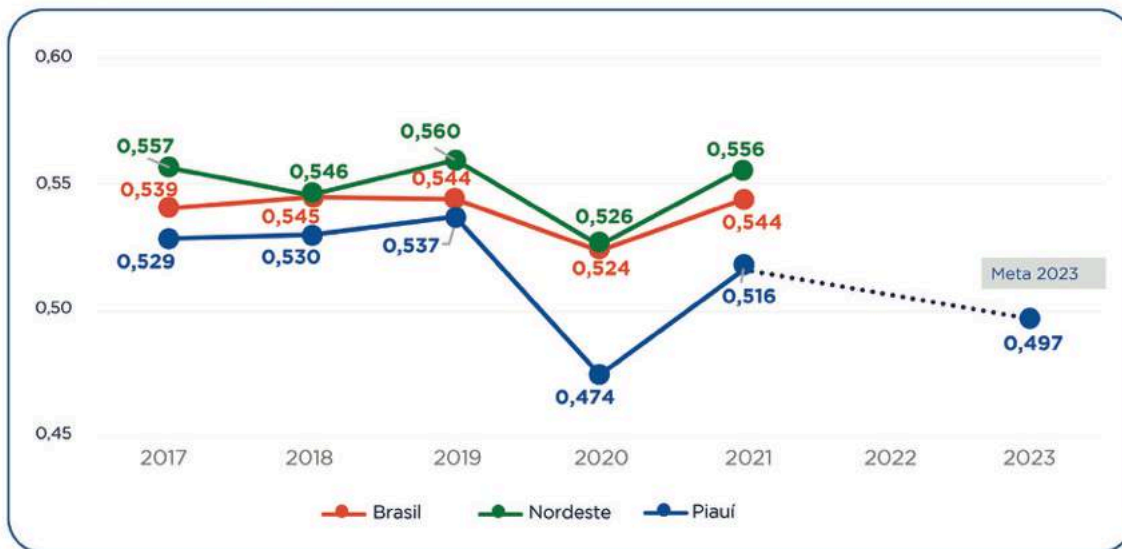
Por fim, é importante destacar as ações de tratamento, oferecimento de Justiça e recuperação dos detentos/reclusos no sistema prisional piauiense. O Estado apresenta redução significativa de presos provisórios. Entre 2017 e 2019, o percentual de presos provisórios reduziu de 60% para 45,7%. Durante o período da pandemia, entre 2020 e 2021, o percentual cresceu, chegando a 52,8%, mas em 2022 a trajetória de queda no percentual de presos provisórios continuou chegando a 43,3%. Outro desafio estrutural do Estado é a superlotação das unidades prisionais, que demanda atuação prioritária e investimentos no curto prazo, para que a proporção entre a quantidade de detentos/reclusos do sistema prisional esteja de acordo com o total de vagas dispostas no sistema penitenciário. Em 2022, o Estado alcançou o total de 5.875 presos para 4.260 vagas, registrando um déficit carcerário de 1.615 presos, sendo a razão presos/vagas = 1,4.

EIXO 4 - REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

Garantir o direito à cidadania, com o foco nos cidadãos mais vulneráveis, buscando a igualdade de oportunidades é o objetivo do Eixo Redução das Desigualdades. Especificamente, o ODS-1 visa acabar com a pobreza em todas suas formas, em todos os lugares até 2030. Trata-se de compromisso que configura foco prioritário de cobertura e ampliação de serviços por parte do Poder Público do Piauí. A desigualdade social é caracterizada pelo fato de que algumas pessoas têm acesso a mais oportunidades e recursos do que outras, podendo ser originada por diferentes fatores, destacando-se a renda, que interfere diretamente no acesso aos serviços, qualidade de vida e bem-estar dos cidadãos piauienses.

De maneira geral, como indicador de impacto do Eixo, tem-se o Coeficiente de Gini, utilizado para mensurar a distribuição de renda num determinado país, estado ou município, apontando para a discrepância entre os rendimentos daqueles mais ricos e dos mais pobres, com escala que pode variar de 0 a 1 – quanto mais próximo de 1, maior é essa desigualdade. No Piauí, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o índice evoluiu positivamente de 0,539 em 2017, para 0,516 em 2021, chamando atenção para o fato de que, em 2020, o coeficiente atingiu a marca de 0,474. Com o advento da pandemia da COVID-19 e a crise econômica nacional, o índice apresentou retrocesso, atingindo 0,516.

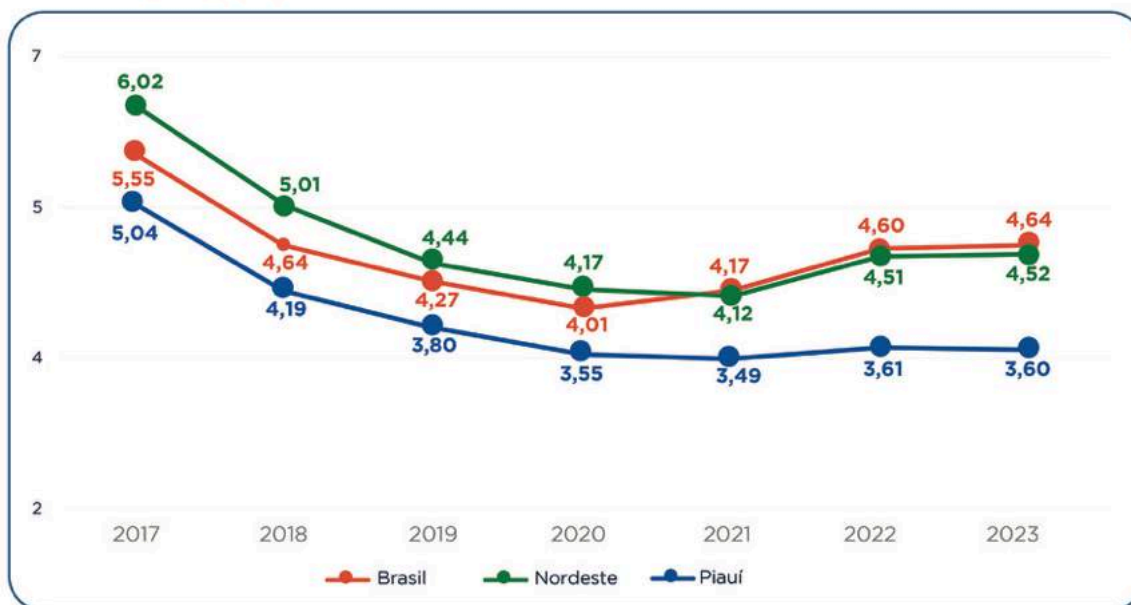
Coeficiente de Gini



Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica.

No Piauí, é possível observar maior inclusão social da população em situação de risco social, haja vista que o índice de famílias de comunidades tradicionais inscritas no CadÚnico – cadastro que permite o recebimento de diferentes benefícios sociais – vem aumentando de maneira expressiva de 2017 a 2023. No entanto, a maior concentração da população em situação de pobreza e extrema pobreza do Estado inscrita no CadÚnico até fevereiro de 2023, encontra-se no território Entre Rios, que abriga a capital piauiense, demandando melhor mapeamento de potenciais beneficiários em outros territórios. Segundo o IBGE, dados preliminares evidenciam que 47,19% da população piauiense encontra-se na extrema pobreza, e reduzir esse índice é desafio constante que requer esforço contínuo. O Piauí vem destacando-se no empreendimento de esforços nesse item, e a linha de pobreza apresentou importante queda entre 2017 e 2023, saindo de 5,04% para 3,6%, encontrando-se abaixo dos índices regional e nacional.

Pessoas em situação de pobreza (rendimento de R\$ 89,01 a R\$ 178,00) (%)



Fonte: SAGI/IBGE - Projeção da população.

Dados de 2023 referentes ao mês de fevereiro. Os demais anos correspondem a dezembro.

A transferência de renda é importante ação estatal na redução direta das vulnerabilidades sociais. Nesse aspecto, o Programa Bolsa Família/Auxílio Brasil e o Programa de Benefício Continuado são ações consistentes e com resultados comprovados em diferentes parcelas da população, sobretudo da população piauiense. Por meio desses programas, famílias, idosos e pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade econômica são beneficiados com o recebimento direto de renda, ganhando autonomia para acesso a produtos e serviços essenciais para subsistência e desenvolvimento. No Piauí, a cobertura desses programas apresentou evolução consistente, demonstrando a prioridade que o tema tem nas ações governamentais estaduais.

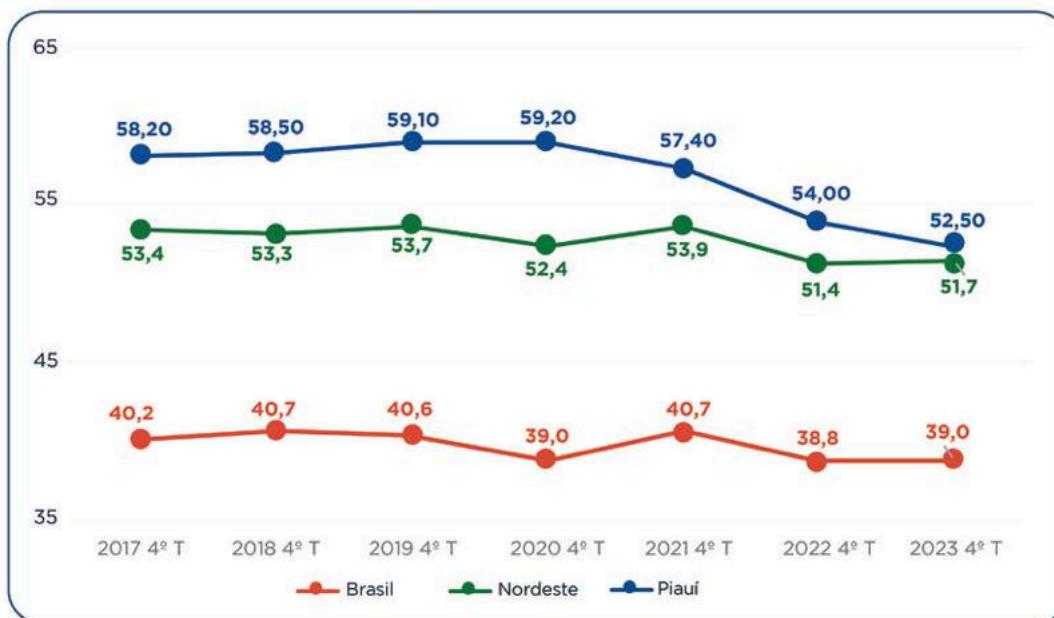
Sobre o mercado de trabalho, é importante observar o grau de formalidade das ocupações bem como as disparidades de oportunidades entre os grupos populacionais. No ODS-10, empoderar e promover a inclusão social, independentemente de cor ou raça, são pontos prioritários. Nesse aspecto, historicamente, o Piauí apresenta discrepância salarial entre homens e mulheres, ainda tendendo para rendimento maior do grupo masculino. Essa discrepância também se verifica na taxa de desocupação por gênero, em que a ala feminina é a mais afetada.

No entanto, mesmo diante do cenário que ainda apresenta desafios estruturais, o Piauí vem destacando-se comparativamente ao índice nacional, demonstrando os esforços contínuos das políticas nesse setor. Assim, o percentual do índice salarial entre os sexos vem modificando-se constantemente, e as mulheres nos últimos anos vêm assumindo papéis estruturantes no sustento do lar – entre eles, o de “chefe de família”, evidenciado pelo fato de o rendimento feminino, pela primeira vez, se apresentar superior ao rendimento dos homens: em 2021, as mulheres receberam, em média, 1.475 reais; e os homens, por sua vez, 1.464 reais.

No que se refere à informalidade no mercado de trabalho, normalmente é caracterizada pela negação de direitos no trabalho, insuficientes oportunidades de emprego de qualidade e proteção social desadequada. Tal fato gera graves consequências e acaba comprometendo o bem-estar da população.

A Taxa de Subutilização – que mede a proporção da força de trabalho que está desempregada ou trabalhando menos horas do que gostaria – apresentou queda substantiva no Estado: de 2017 a 2023, a taxa sofreu queda de 1,3 ponto percentual, movendo-se de 40,9% para 39,6%, em 2023. Paralelamente, o Piauí apresenta redução da taxa de informalidade das pessoas de 14 anos ou mais de idade, de 2017 a 2023. Esses resultados reforçam o desenvolvimento socioeconômico inclusivo por meio de ações governamentais prioritárias e encontra respaldo no ODS-8.

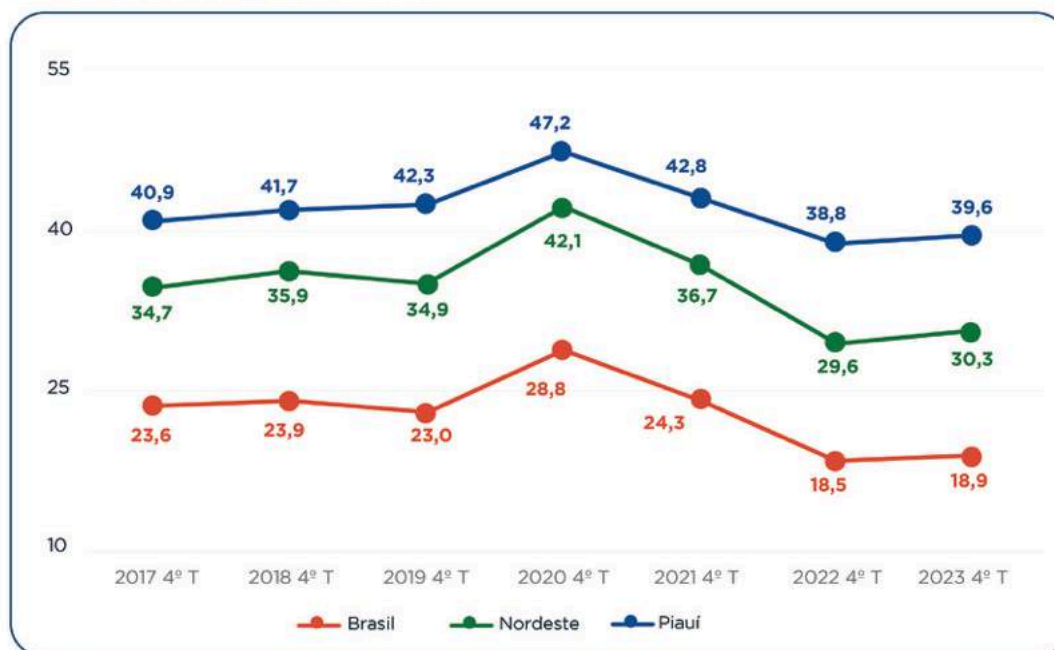
Taxa de informalidade* (%)



Fonte: IBGE-PNADC/T (2023).

*Considerando as pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência.

Taxa de subutilização* (%)



Fonte: IBGE-PNADC/T (2023).

*Considerando a força de trabalho, na semana de referência, das pessoas com 14 anos ou mais de idade.

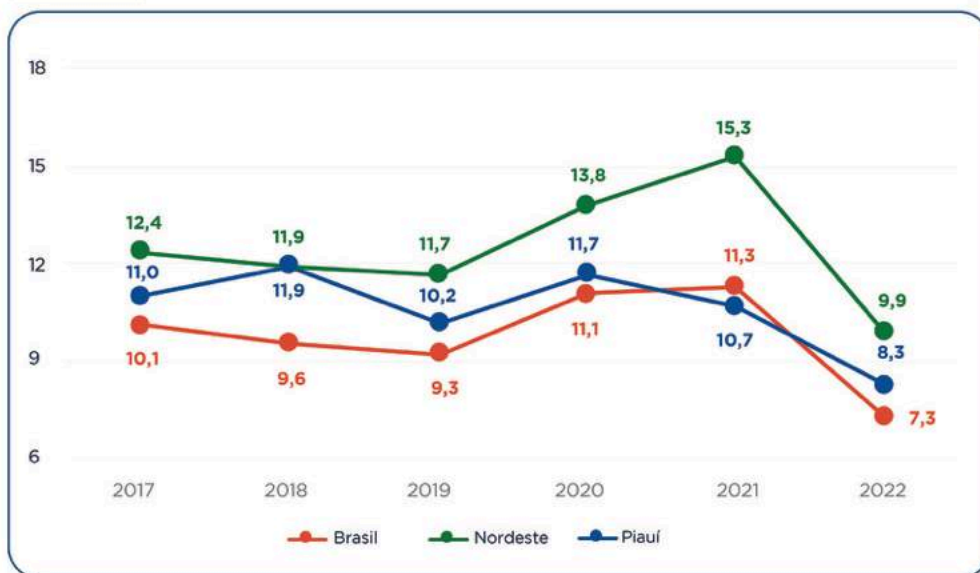
Quanto à renda equitativa da população, nota-se maior crescimento econômico e, conseqüentemente, redução na desigualdade. No Piauí, o coeficiente de variação saiu de 4,7% em 2017 para 11,5% em 2023, apresentando a maior alteração comparado à Região Nordeste e ao Brasil, mostrando que, nos últimos anos, o rendimento médio real dos residentes do Estado vem melhorando acentuadamente. Nesse aspecto, o empregador – figura que contrata pelo menos um trabalhador para a prestação de determinado serviço em troca de remuneração, ou não, com ajuda de trabalhador não remunerado de membro da unidade domiciliar – e as políticas públicas voltadas para impulsionar produtores e empreendedores têm papel estruturante nessa evolução. De acordo com o IBGE, no Piauí, o número de empregadores no 4º trimestre de 2021 era de 45 mil; um ano após, esse valor subiu para 61 mil.

Paralelamente, entre 2017 e 2019, o Estado apresentou evolução substantiva na taxa da população ocupada. Essa evolução foi afetada em 2020 pela pandemia da COVID-19, no entanto, as ações para retomada da economia já vêm revertendo esse cenário. Comparado à Região Nordeste e ao Brasil, o Piauí apresentou as maiores variações em termos de população ocupada, partindo de 1,7% em 2017 e atingindo 2,1% em 2023.

No que se refere à taxa de participação na força de trabalho – percentual de pessoas na força de trabalho em relação às pessoas em idade de trabalhar –, o Piauí, comparado à Região Nordeste e ao Brasil, possui o menor índice: o cenário nacional e o nordestino apresentam 61,6% e 53,6% de participação na força de trabalho no 1º trimestre de 2023, enquanto o Piauí ostenta apenas 53,3%. Quando se faz o recorte por cor e raça, verifica-se que a taxa de desocupação de indivíduos de cor preta ou parda no Estado apresentou o declínio de 5,4 pontos percentuais entre 2020 e 2023, saindo de 15,3% e atingido o coeficiente de 9,9%. Para os indivíduos de cor branca, a tendência também foi de declínio, com o índice partindo de 11,0% em 2017 para 8,3% em 2023.

Taxa de desocupação, por cor ou raça (%)

Branca



Parda/Preta



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2020-2021 (acumulado de quintas visitas), 2012-2019 (acumulado das primeiras visitas).

Para além do oferecimento de benefícios diretos e oportunidades para geração de emprego e renda, destacam-se – ainda para o recorte racial – a garantia e a promoção de direitos. Nesse aspecto, tem-se o levantamento dos casos de injúria racial – caracterizada pelas ofensas à dignidade ou decoro de alguém, utilizando-se elementos referentes à cor e à raça – como bom indicador. No Piauí, de 2020 a 2021, foi observado o aumento de 5,9 para 7,4 casos a cada 100 mil habitantes, realidade que reforça a implantação de políticas públicas que objetivam maior igualdade e empoderamento racial nos TDs do Estado.

EIXO 5 – INFRAESTRUTURA, INCLUSÃO PRODUTIVA E TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

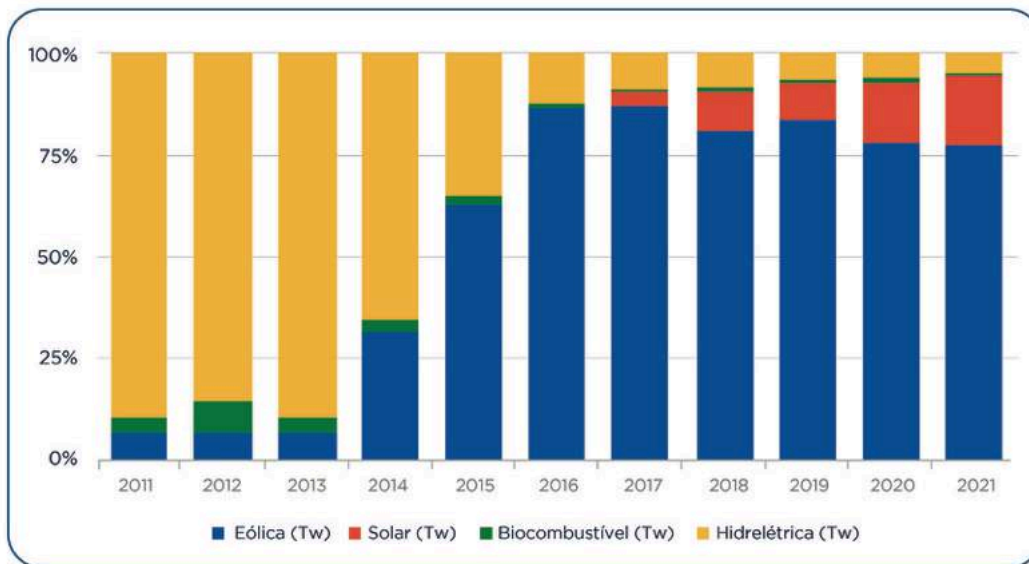
A evolução da qualidade da infraestrutura do Estado é resultado da ação conjugada de investimentos e parcerias com o setor privado, políticas para inclusão produtiva e impulsionamento de ações sustentáveis.

A extensão e a qualidade das rodovias são consideradas indicador estrutural para a infraestrutura, tendo em vista ser o modal rodoviário o principal para rota de produtos e mercadorias por todo o país. Segundo dados da Confederação Nacional de Transporte (CNT), o Piauí apresentou grande evolução no nível das rodovias pavimentadas classificadas como boas, considerando o período de 2018 a 2021, evoluindo de 34,4% para 40,0% do total, superando os índices do Nordeste (31,1%) e do Brasil (28,5%). Em 2022, a tendência foi de queda, registrando 31,4%, acompanhado de redução também nos índices da região e do país, para 25,4% e 25,5%, respectivamente. Ainda assim, o crescimento é expressivo e mantém o Estado com maior percentual de evolução. O mesmo crescimento não vem ocorrendo, no entanto, com a proporção das rodovias consideradas ótimas, havendo quedas nos níveis estadual, regional e nacional. Em 2021, o Piauí tinha o maior índice do comparativo (9,8%), mas, no ano seguinte, registrou a maior queda (7 pontos percentuais). Considerando o mesmo período, o Nordeste e o Brasil reduziram de 4,8% para 3,4% e de 9,7% para 8,5%, respectivamente.

No que se refere ao percentual de rodovias consideradas péssimas, de 2021 a 2022, observou-se que o Estado seguiu a tendência da região e apresentou desempenho desfavorável, com acréscimo no indicador, atingindo a marca de 9,7%, acima do percentual da Região Nordeste, que foi de 9,5%. No comparativo, houve melhora apenas em âmbito nacional, com a redução de 0,4 ponto percentual, de 6,9% para 6,5%. Por sua vez, as rodovias piauienses em condições regulares apresentaram a segunda maior participação (36%) com relação ao total, o que demonstra grande potencial para impulsionar o desenvolvimento econômico e rodoviário, pois necessitam de baixos custos de reforma e adequações. Assim, constata-se a importância de atenção à malha rodoviária piauiense, porque ela desempenha papel fundamental na infraestrutura e economia do Estado, já que impulsiona a economia e promove mobilidade de pessoas e integração social, caracterizando-se como pilar essencial para a prosperidade.

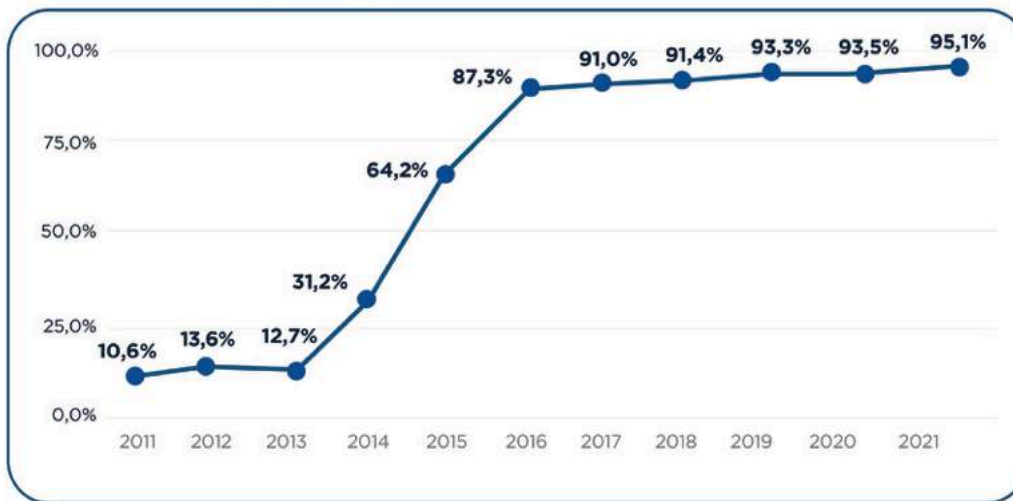
Igualmente estrutural para o desenvolvimento do Estado e tema central nas pautas econômicas em todo o mundo, tem-se a alteração da matriz energética. O Piauí tem aumentado significativamente sua participação na geração de energia renovável não convencional no Brasil. Dados da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) mostram que a exploração de energias solar e eólica ganhou maiores proporções, em especial, desde 2011, ano em que a participação de energia renovável não convencional era responsável por 10,6% do total produzido. Como resultado, avançou para 95,1%, em 2021, reduzindo a quantidade de energia gerada por hidrelétricas para apenas 4,9%.

Mudança da matriz de energia elétrica estadual



Fonte: Empresa de Pesquisa Energética. Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2023).

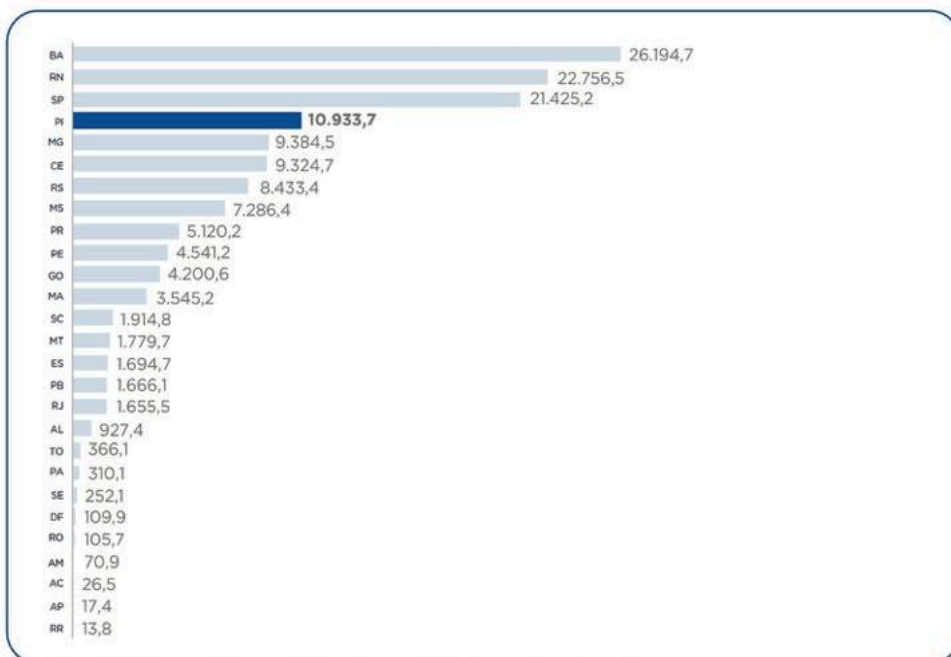
Participação de energia elétrica renovável não convencional na matriz energética piauiense



Fonte: Empresa de Pesquisa Energética. Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2023)

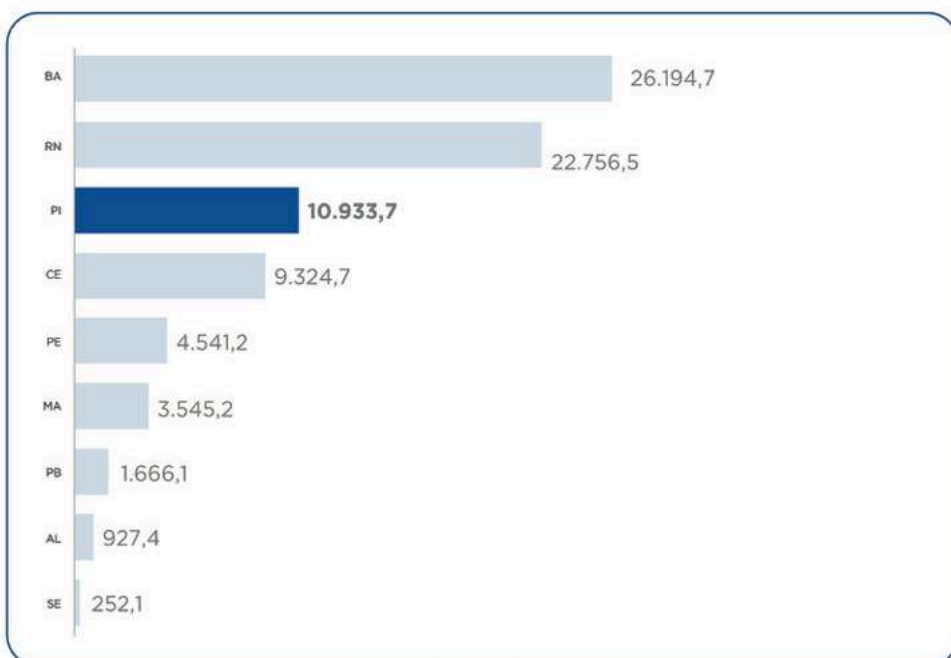
Esse avanço foi impulsionado, principalmente, pelo Piauí possuir o maior parque eólico em operação na América Latina, o Complexo Lagoa dos Ventos, e por ser o terceiro maior produtor de energia solar nacional, de acordo com a ANEEL. Dessa forma, no *ranking* dos Estados brasileiros de maior produção de energia elétrica não convencional, em 2021, o Piauí registrou uma produção que o colocou na quarta posição nacional, e terceira, se considerada apenas a Região Nordeste.

Ranking nacional da geração de energia elétrica renovável não convencional em 2021 (Tw)



Fonte: Empresa de Pesquisa Energética. Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2023).

Ranking regional da geração de energia elétrica renovável não convencional em 2021 (Tw)

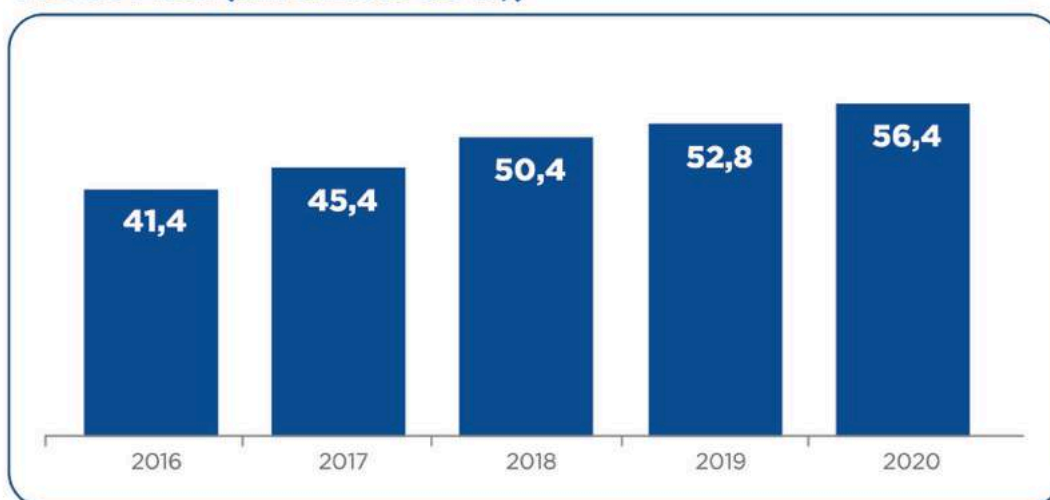


Fonte: Empresa de Pesquisa Energética. Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2023).

EIXO 6 - DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

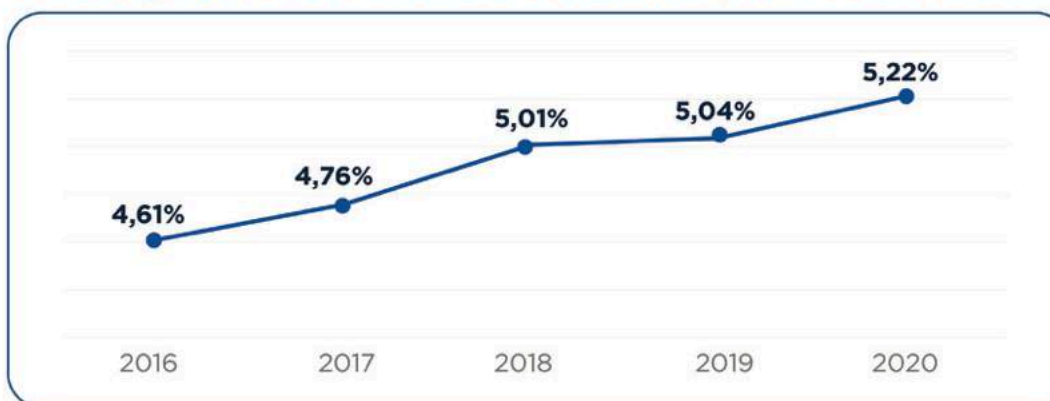
O Piauí é um Estado que se destaca nacionalmente na pauta de Desenvolvimento Econômico. De acordo com dados do IBGE, o Estado tem apresentado crescimento constante em seu Produto Interno Bruto (PIB) a preços correntes, alcançando o total de R\$ 56,4 bilhões, em 2020, o que representa o aumento de R\$ 15 bilhões em relação a 2016. Mesmo com o impacto socioeconômico gerado pela pandemia da COVID-19, que afetou negativamente o PIB em 2020, o Piauí continuou com a tendência de alta no tocante à participação proporcional no PIB da Região Nordeste.

PIB do Piauí (em bilhões de R\$)



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA

Participação do PIB do Estado do Piauí em relação ao PIB do Nordeste

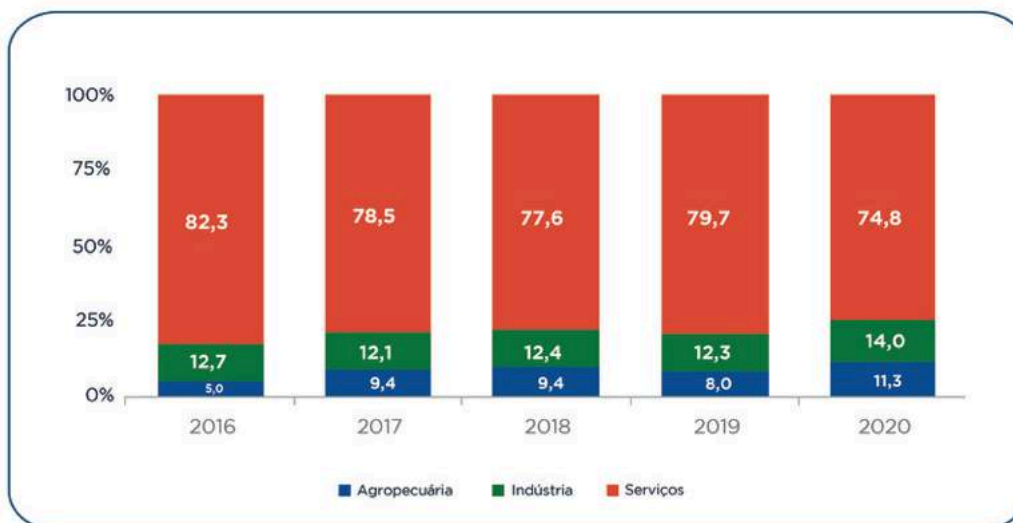


Fonte: Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA

Os resultados positivos apresentados possuem estreita relação com a geração de emprego e renda no território, principalmente com a queda da taxa de desocupação – indicador que mede a proporção da população economicamente ativa que está desempregada e efetivamente buscando emprego. De 2017 até 2022, o Piauí registrou queda para 9,5% nesse índice, acompanhado pela queda da taxa de informalidade, de 58,5% para 52,5%, no mesmo período. Embora os avanços sejam visíveis e a taxa de informalidade tenha diminuído de forma mais acentuada, comparativamente às taxas do Nordeste e do Brasil, esse item ainda configura desafio a ser superado com ações estratégicas e integradas entre setor público e setor privado. Nesse aspecto, é fundamental investir em oportunidades de emprego e promover políticas públicas que impulsionem a formalização dos trabalhadores, garantindo maior segurança e estabilidade financeira para a população. Tais ações tendem a atrair novos investidores, estimulando a produção comercial e, conseqüentemente, a geração de trabalho, emprego e renda. Somente com ações integradas será possível impulsionar ainda mais o crescimento econômico sustentável no Piauí.

O crescimento econômico do Piauí é evidenciado com a participação de diferentes setores (serviços, agropecuária e indústria) e, nos últimos anos, tem evidenciado uma diversificação econômica importante no que se refere à proporção da participação desses setores na economia total do Estado. No que se refere ao Valor Adicionado Bruto (VAB), que corresponde ao valor que cada setor acresce ao valor final de tudo o que foi produzido no Estado, dados do IBGE mostram que, em 2020, o Piauí registrou crescimento nominal consolidado de 7,3%, ultrapassando as taxas da Região Nordeste (3,4%) e do Brasil (3,7%). Analisando-se individualmente a participação de cada setor, o setor de serviços apresentou, de 2016 a 2020, uma redução de sua participação de 82,3% para 74,8%, redução expressiva quando comparada à evolução da participação do setor no VAB da Região Nordeste e do Brasil no mesmo período.

Participação das atividades no VAB do Piauí por setor (%)



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Os setores da agropecuária e da indústria apresentaram, respectivamente, o aumento de 6,2 e 1,3 pontos percentuais no VAB, e essa evolução merece ser destacada. Especificamente em relação à participação da agropecuária no PIB do Piauí, destaca-se que, em 2016, 5,1% do VAB piauiense era oriundo da agropecuária, enquanto que, em 2020, chegou a 11,3%. Já no Nordeste, o índice passou de 6,2%, em 2016, para 8,9%, em 2020, e no Brasil foi de 5,7% para 6,6%. Por sua vez, a participação da indústria na economia piauiense também avançou, de 12,7%, em 2016, para 14,0%, em 2020. Comparativamente, no mesmo período, houve redução de 19,5% para 19,1% na Região Nordeste, e aumento de 21,2% para 22,5% no país como um todo. Assim, tais avanços representam elevação expressiva e superam tanto o crescimento da Região Nordeste quanto o do Brasil. Importante destacar que o IBGE aponta que os dez municípios piauienses⁸ que possuem os maiores PIBs *per capita* estão fortemente envolvidos nos setores da agropecuária e da indústria.

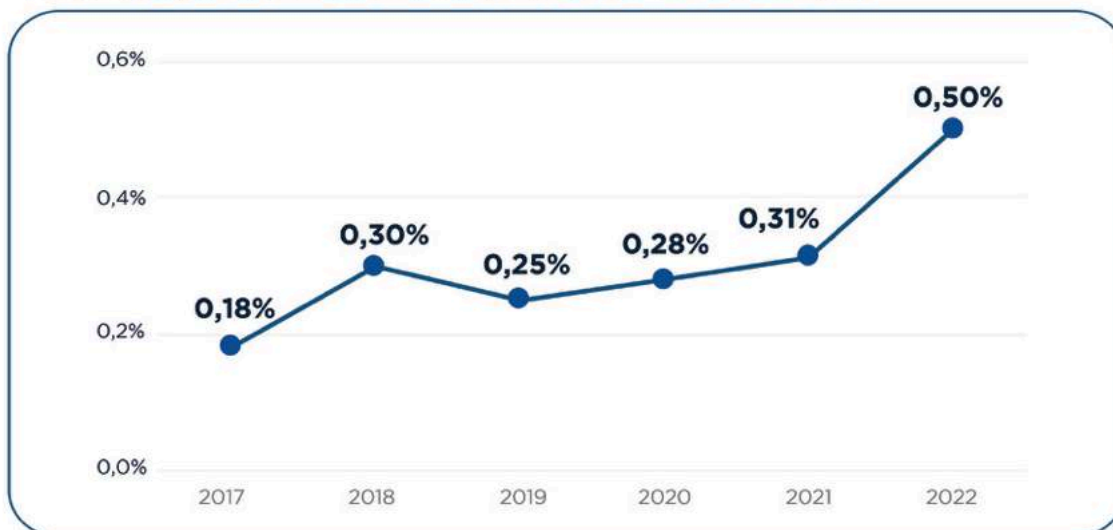
Na área industrial, por sua vez, as produções de energias solar e eólica vêm colocando o Piauí em posição de destaque no que se refere aos investimentos na exploração de fontes de energias renováveis. A conjugação de esforços nesse segmento tem por intuito tornar o Piauí o líder nacional, potencializando as oportunidades de negócios e destacando a tendência rumo a uma economia piauiense mais diversificada e inclusiva, que impulsiona o desenvolvimento por meio de políticas governamentais intersetoriais e sustentáveis. Dessa forma, tende-se a fortalecer e adensar as cadeias produtivas, especialmente para fomentar a fabricação de produtos com maior valor agregado.

No que se refere ao saldo da balança comercial, que é a diferença entre exportações e importações, segundo o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, o Piauí obteve cenário positivo em 2022, contrastando com a situação do Nordeste. O Estado registrou *superávit* de mais de US\$ 1,4 bilhão, impulsionado principalmente pelas exportações de tradicionais produtos de grande importância na economia estadual: soja, milho, tortas (bagaços) e outros resíduos sólidos da extração de óleo de soja, além do mel, que, juntos representaram 95% do faturamento das exportações piauienses no ano. A soja se destaca com participação de mais de 60% do total de exportações, mantendo-se como principal produto de exportação tanto para o Piauí quanto para o País.

Tais resultados evidenciam o crescimento da participação das exportações piauienses sobre o total do Nordeste e do Brasil. No contexto regional, entre 2019 e 2022, o Piauí avançou de 3,22% para 5,96%, desempenho que coloca o Estado como quarto maior exportador da região, atrás apenas de Bahia, Maranhão e Pernambuco. Já no âmbito nacional, o crescimento é ainda mais expressivo pois, no mesmo período, o Piauí dobrou sua participação, de 0,25% para 0,5%. Isso tem estreita relação com a expansão do agronegócio e do volume de exportação de *commodities*, além do aumento desses itens no mercado internacional. Assim, constata-se a importância de buscar maior diversificação nas atividades produtivas e econômicas, visando alcançar o ambiente ainda mais propício e atraente para uma variedade ampliada de investimentos.

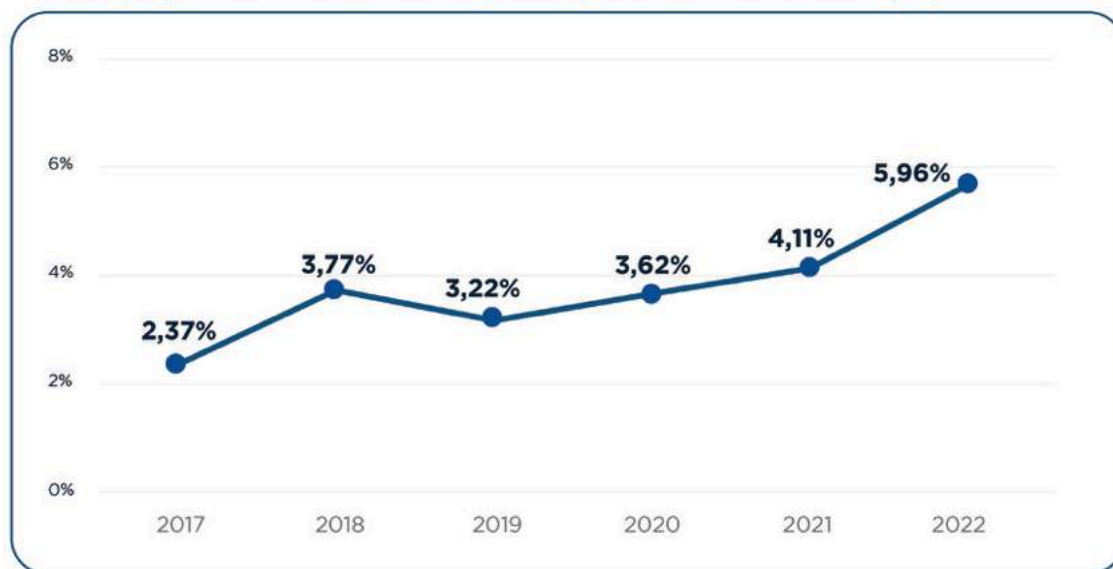
⁸Baixa Grande do Ribeiro, Uruçuí, Santa Filomena, Lagoa do Barro do Piauí, Currais, Ribeiro Gonçalves, Guadalupe, Bom Jesus, e Ribeira do Piauí.

Participação do Piauí nas exportações do Brasil (%)



Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (2023).

Participação do Piauí nas exportações do Nordeste (%)



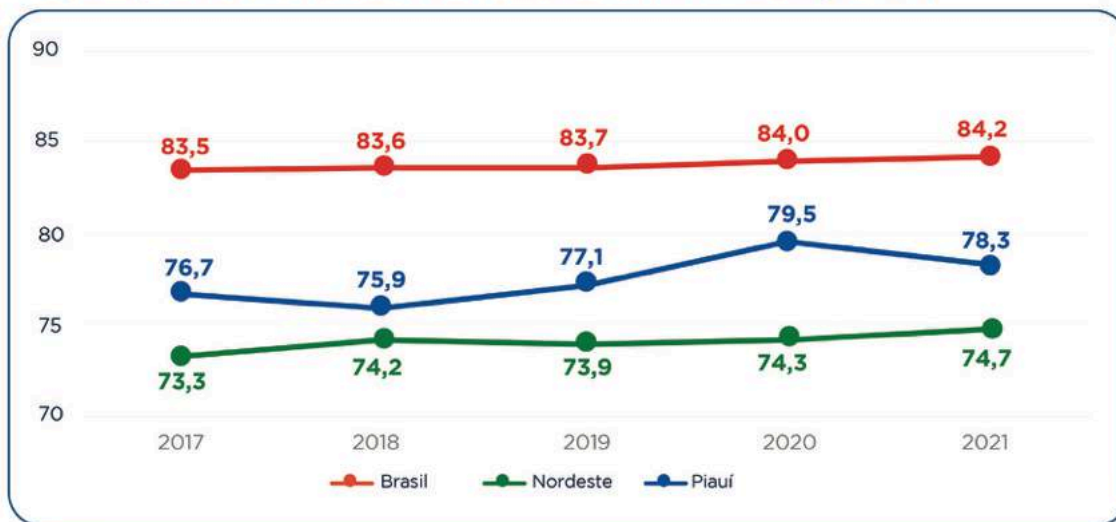
Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

EIXO 7 – MUDANÇAS CLIMÁTICAS, MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

O Eixo Mudanças Climáticas, Meio Ambiente e Recursos Hídricos direciona o desafio crucial do Estado de conter a degradação dos solos e das florestas, ao mesmo tempo que busca promover o aumento da disponibilidade de água potável e a preservação dos recursos hídricos. No âmbito do Plano Piauí 2030, o Programa de Gestão dos Recursos Hídricos do Piauí tem como missão principal garantir que todas as pessoas, em todas as localidades e em todas as épocas do ano, tenham acesso à água com padrões de qualidade adequados para suas necessidades. Para alcançar essa meta, o primeiro passo é garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos.

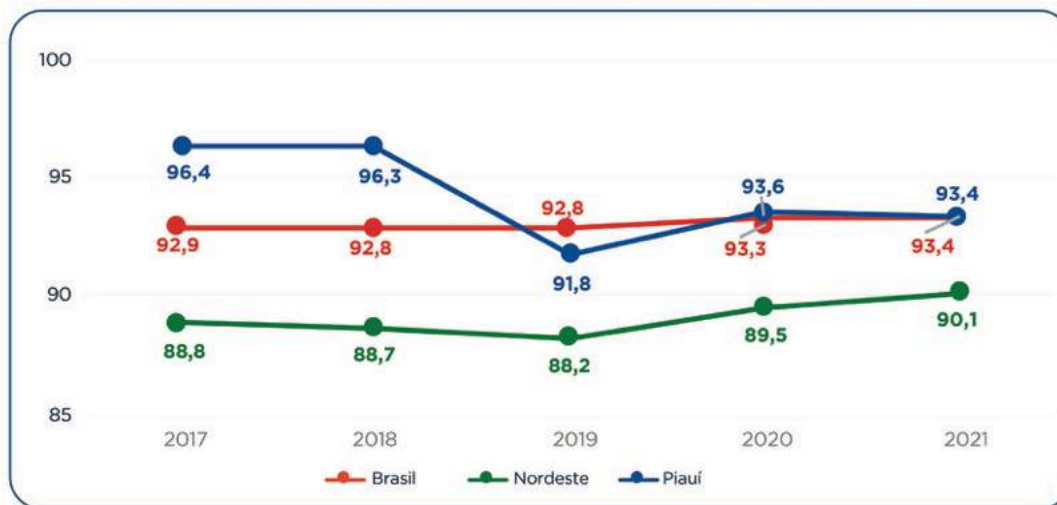
Nesse contexto, informações do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) revelam que, de 2017 a 2021, o Piauí registrou aumento na proporção da população com acesso ao abastecimento de água, saindo de 76,7% para 78,3%. Isso representa o acréscimo de 1,6 ponto percentual, superando o desempenho observado na Região Nordeste (1,4) e em todo o país (0,7). Apesar da evolução na cobertura, o abastecimento da área urbana sofreu queda de 96,4% em 2017 para 93,4% em 2021, o que chama a atenção para a importância de trabalho contínuo nessa área. Assim, apesar da evolução em números gerais, o abastecimento total ainda é desafio a ser superado com atuação prioritária por parte do Estado.

População total atendida com abastecimento de água (%)



Fonte: SNIS.

População urbana atendida com abastecimento de água (%)

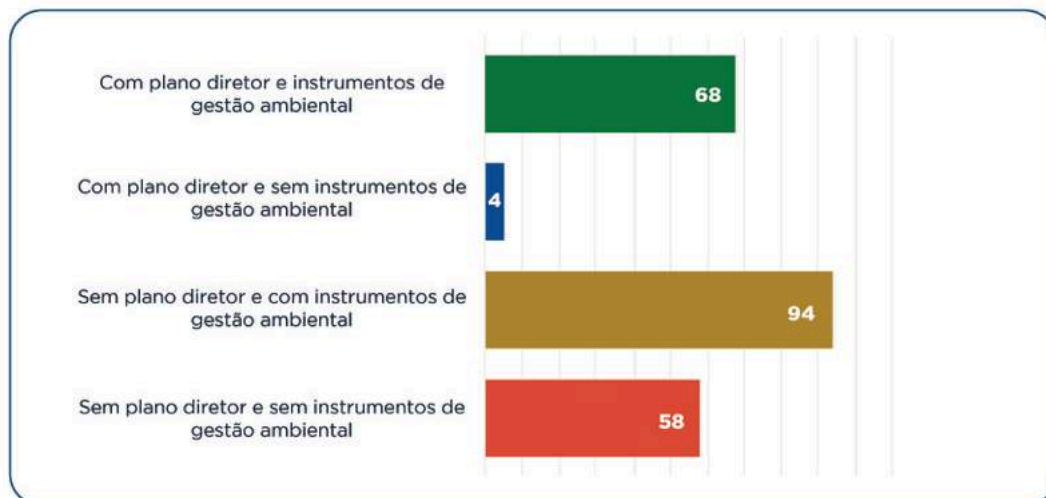


Fonte: SNIS.

A preocupação em ampliar a cobertura percentual da população com abastecimento de água e com esgotamento sanitário tem grande importância, pois são fundamentais para a saúde da população, tendo em vista que um sistema de esgoto eficiente melhora a qualidade de vida. Adicionalmente, o tratamento adequado do esgoto evita contaminações, preservando o meio ambiente e os recursos hídricos, garantindo a disponibilidade de água para diversos setores econômicos. Logo, investir nessa infraestrutura é essencial para promover crescimento sustentável no Estado. Esse compromisso se vincula ao ODS-6, e o Piauí segue empreendendo esforços para melhorar os índices que se relacionam com essas questões. Como resultado, entre 2017 e 2021, o Estado registrou bom desempenho no nível de tratamento de esgoto, atingindo o índice de 87,1%, superando o Nordeste e o Brasil, que registraram, respectivamente, 77,9% e 80,9%, em 2021. No que se refere ao nível de coleta de esgoto, embora o Estado tenha sido o único a apresentar crescimento percentual, o desempenho (16,9%) foi menor que o da Região (36,2%) e do País (43,4%).

Enquanto instrumento de planejamento estruturante para o oferecimento de diretrizes para o desenvolvimento urbano sustentável, o Plano Diretor e os instrumentos de gestão ambiental desempenham papel fundamental para os municípios. Por meio do Plano Diretor, tem-se a garantia da preservação dos recursos naturais, alinhando qualidade de vida e planejamento eficiente, o que contribui para o crescimento ordenado que respeita as particularidades de cada Região. Sessenta e oito municípios piauienses já implementaram tanto Planos Diretores quanto instrumentos de gestão ambiental com o propósito de fomentar o desenvolvimento sustentável e preservar o meio ambiente. Outros 94 municípios ainda não possuem Plano Diretor, mas utilizam instrumentos de gestão ambiental. De maneira mais crítica, 58 municípios, equivalente a aproximadamente 25,9% do total, ainda não adotaram nem o Plano Diretor tampouco os instrumentos de gestão ambiental, evidenciando a necessidade de conscientização sobre a importância do planejamento urbano em todo o território do Estado.

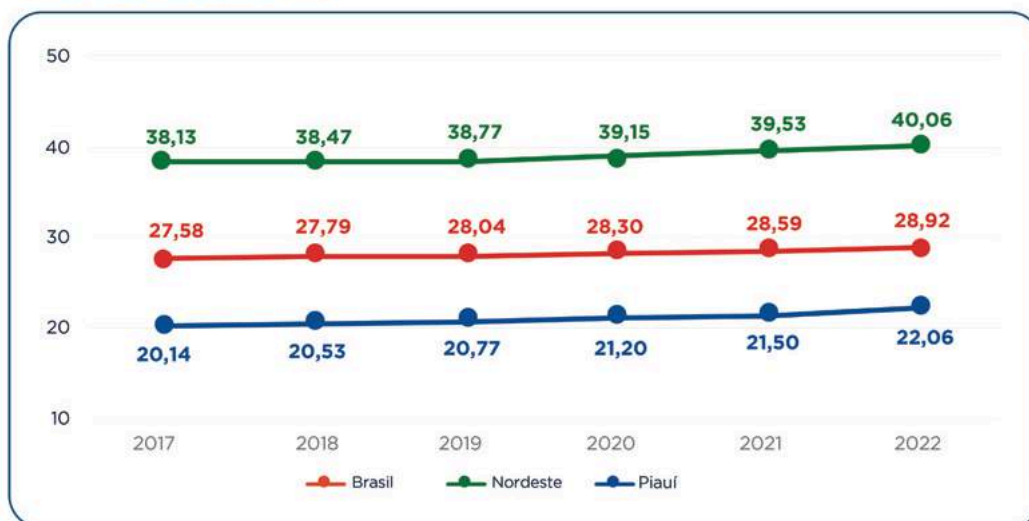
Quantitativo de municípios piauienses em relação ao plano diretor e instrumentos de gestão ambiental



Fonte: Munic. / IBGE (2021)

No que se refere à conservação e à sustentabilidade ambiental, o índice de desmatamento também tem grande relevância, pois é a ferramenta utilizada para monitorar, compreender e abordar a perda da cobertura florestal. De acordo com dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), em 2022, a situação foi preocupante em todo o território nacional: o Piauí registrou 22,06% de área desmatada - aumento expressivo do indicador nas últimas duas décadas, passando de 2.376.432,75 hectares, em 2000, para 5.554.177,59 hectares, em 2022. No Nordeste, por sua vez, a área desmatada representou 40,06% de seu território, 62.185.444,82 hectares, no mesmo ano. Já a média nacional, abrangeu o desmatamento de 28,92% da área total, 246.107.297,97 hectares. Assim, os números destacam a importância de abordar o desmatamento como importante questão de conservação e sustentabilidade ambiental.

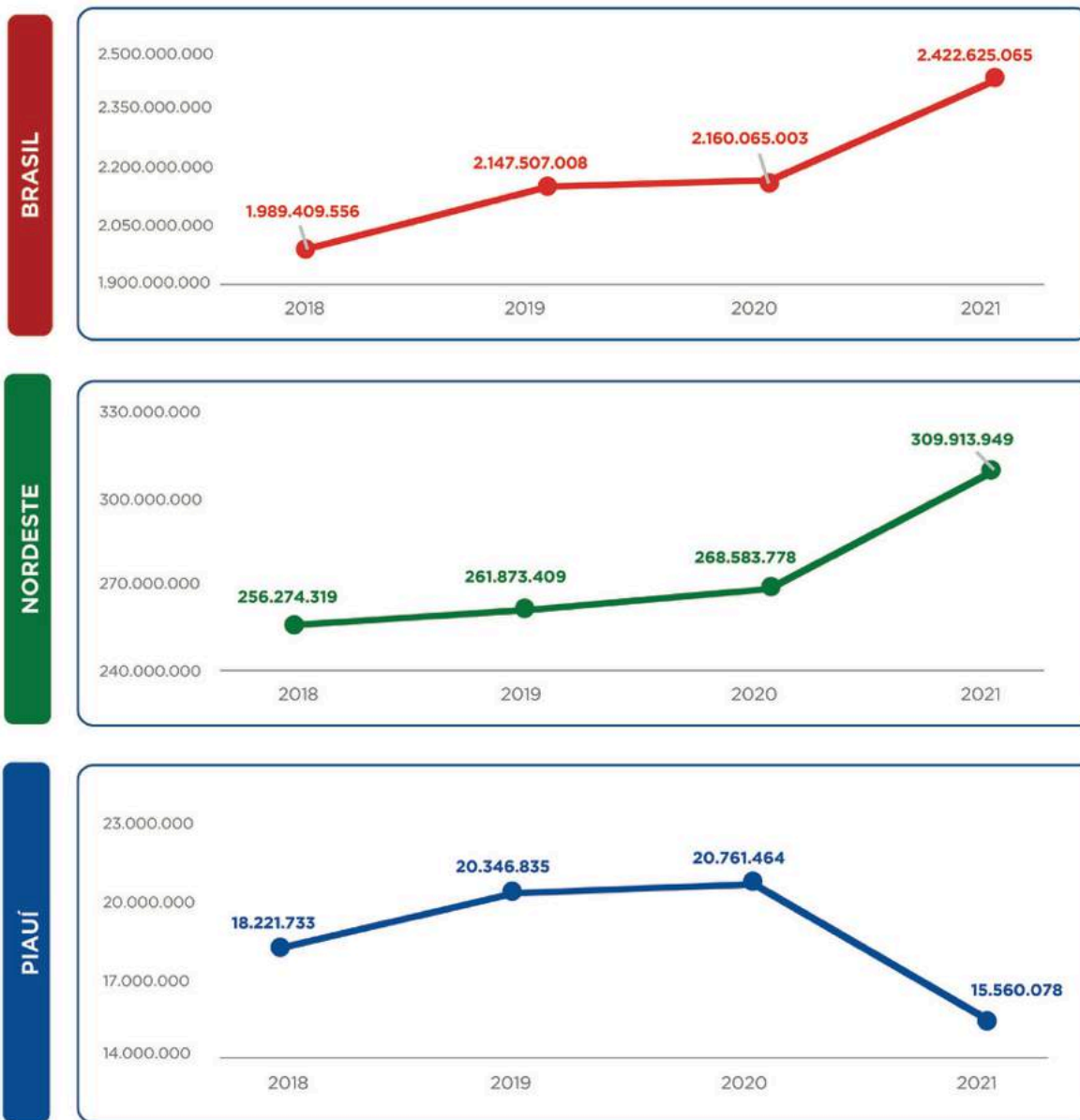
Área desmatada (%)



Fonte: PRODES (INPE)

Em relação à poluição e à qualidade do ar, de 2018 a 2021, houve aumento nas emissões de dióxido de carbono (CO₂) tanto no Brasil quanto no Nordeste. Dados do Sistema de Estimativa de Emissão de Gases (SEEG) mostram que, no país, as emissões subiram de 1,9 bilhão para 2,4 bilhões de toneladas, enquanto o Nordeste registrou o aumento de 256 milhões para 309 milhões de toneladas. O Piauí seguiu essa tendência de crescimento regional e nacional, com acréscimo de 18 milhões para 20 milhões de toneladas de CO₂, de 2018 a 2020. No entanto, em 2021, ocorreu redução significativa nas emissões no Estado, caindo para 15 milhões de toneladas. Esse declínio pode ser atribuído principalmente às mudanças no uso da terra e das florestas, que apresentaram diminuição expressiva de suas emissões, especialmente entre 2020 e 2021, passando de mais de 11 milhões de toneladas para pouco mais de 6,3 milhões de toneladas. Isso contribuiu significativamente para a redução geral das emissões, que, no mesmo período, apresentaram queda de aproximadamente 5 milhões de toneladas. Dessa forma, entende-se que o Estado procura abordar as dificuldades de maneira progressivamente estratégica, visando encontrar soluções duradouras para os desafios ambientais.

Evolução das emissões de CO2 - em CO2E (t) GWP - AR5



Fonte: SEEG.

EIXO 8 – GESTÃO POR RESULTADOS

O Eixo Gestão por Resultados corresponde aos programas e às ações empreendidas para a melhoria dos serviços públicos em todo o território do Estado do Piauí. Abarca a necessária estrutura fiscal que viabiliza o pagamento de despesas essenciais e realização de investimentos, bem como a discussão sobre sistemas e métricas para atingimento dos resultados por todos os órgãos que compõem a estrutura do Estado: Poder Executivo, Administração Indireta (autarquias, fundações e empresas públicas), bem como os demais Poderes independentes - Assembleia Legislativa do Estado do Piauí (ALEPI), Defensoria Pública, Ministério Público, Tribunal de Contas e Tribunal de Justiça.

O foco primordial do Eixo Gestão por Resultados é viabilizar a execução dos serviços públicos, promovendo a inovação e atendendo as mais variadas demandas dos cidadãos piauienses. Para isso, alguns pilares são fundamentais: sustentabilidade fiscal, transformação digital e integração dos instrumentos de planejamento. Assim, têm-se ações estruturadas que servem de subsídio para que os órgãos finalísticos da Saúde, Educação, Assistência Social, Habitação, entre outros possam exercer suas atividades com excelência.

A Gestão por Resultados é a metodologia que vem se consolidando no planejamento estratégico do Estado. Ela visa trazer uma série de mudanças na estrutura da administração pública, almejando melhor otimização dos recursos e gerência das informações para tomada de decisões por parte do Poder Público. Esse modelo de gestão é guiado pelo estabelecimento de indicadores de desempenho e configura preocupação constante com o monitoramento e a avaliação dos serviços e políticas públicas, ganhos de eficiência e efetividade, além de promover maior transparência e engajamento social para as ações da gestão pública que afetam diretamente todos os cidadãos.

Nesse sentido, a busca pela gestão fiscal eficiente é imperativa para a boa gestão por resultados, e é fundamentada pela busca do equilíbrio entre as receitas e as despesas públicas. Tal equilíbrio caracteriza a solidez fiscal que permite ao Estado a capacidade de alocar recursos para atender aos reais interesses da sociedade com tempestividade e eficiência. Entende-se que o desequilíbrio nas contas impacta a capacidade do Governo de atuar de maneira sustentável a longo prazo, uma vez que inviabiliza a realização de investimentos, a execução de contratos, bem como o próprio pagamento da remuneração dos servidores públicos estaduais que atuam diretamente no atendimento aos cidadãos, ou mesmo indiretamente, na gestão de programas e sistemas essenciais para o bom funcionamento da estrutura do Estado.

Embora a gestão fiscal seja crucial para que o Governo honre os compromissos, entende-se que ela não deve ser um fim em si mesmo – o objetivo é sempre a prestação de serviços de excelência para os cidadãos, com apoio e confiança dos agentes econômicos. O Governo deve estar atento às demandas urgentes da sociedade, conectando essas demandas com políticas econômicas estruturadas para médio e longo prazo. Nesse aspecto, quando a população, a iniciativa privada, as organizações da sociedade civil e demais instituições confiam na capacidade do Estado de cumprir suas obrigações financeiras e garantir a sustentabilidade de seus investimentos, ocorre melhora significativa no ambiente de

negócios, com impactos socioeconômicos em todo o território do Estado.

No que tange à evolução da sustentabilidade fiscal do Estado, o indicador de capacidade de pagamento (CAPAG), utilizado pelo Tesouro Nacional desde 2016, avalia a situação fiscal dos Entes Subnacionais que buscam obter novos empréstimos com garantia da União e sua nota é composta por três indicadores: endividamento, poupança corrente e índice de liquidez. Esses indicadores medem o grau de solvência, a relação entre receitas e despesas correntes e a situação de caixa, respectivamente, para avaliar a saúde fiscal do Estado ou município. A classificação varia de A a D, em que a classificação A representa as melhores condições, e a classificação D representa maior risco de inadimplência.

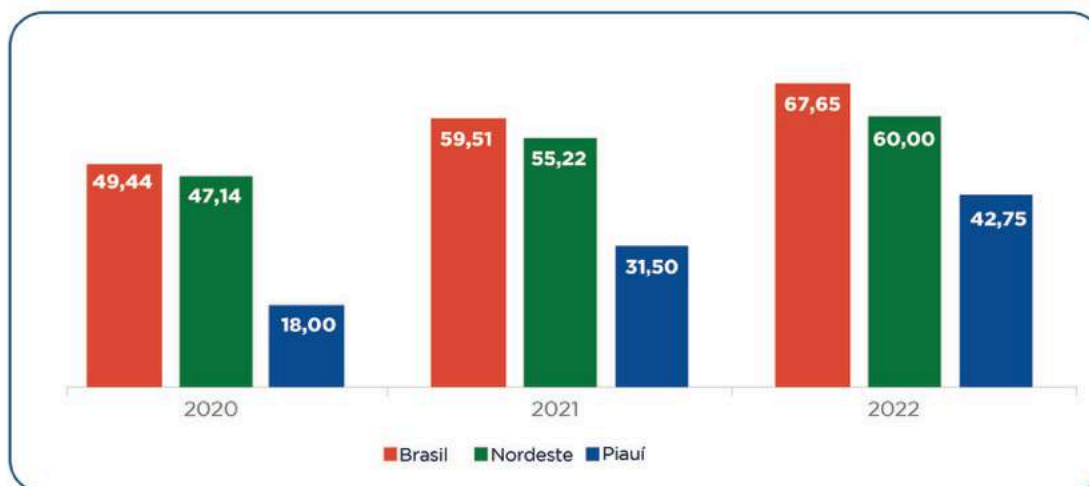
De 2018 a 2022, o Piauí melhorou sua classificação de C para B. Esse salto na nota CAPAG permite ao Estado realizar maior quantidade de operações de crédito, o que representa financiamento para atender às necessidades de infraestrutura, investimentos em serviços públicos e outras despesas de longo prazo. De acordo com o Boletim de Finanças dos Entes Subnacionais, o Piauí foi o Estado com maior aumento percentual na relação entre as receitas com operações de crédito e receita corrente líquida do Estado, indo de 2,4% para 13,2%, entre 2021 e 2022.

Além da sustentabilidade fiscal, que permite a execução e a ampliação de políticas públicas aos piauienses, a transformação digital é outro pilar para a gestão por resultados e permite ao Estado maior capacidade de ofertar serviços públicos digitais e também viabilizar o monitoramento das atividades pelos cidadãos. A modernização digital nos órgãos públicos conta com legislação recente, a Lei nº 14.129/2021, conhecida como Lei do Governo Digital, que traz princípios, regras e instrumentos para o aumento da eficiência da administração pública, especialmente por meio da desburocratização, inovação, transformação digital e participação do cidadão. Com apoio da legislação e também com a implementação de iniciativas modernizadoras no Estado – novos sistemas, adaptação tecnológica de equipamentos públicos e novos protocolos de atendimento à população – é possível obter a otimização dos processos e a melhoria da qualidade dos serviços prestados.

Importante indicador referente à transformação digital é o índice de Oferta de Serviços Públicos, criado em 2020 pela Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Tecnologia da Informação e Comunicação (ABEP-TIC). O ABEP-TIC avalia como os Governos estaduais e o Distrito Federal disponibilizam os serviços essenciais por meio de plataformas digitais. Nesse aspecto, o Piauí atualmente está com 17,28 pontos percentuais abaixo da média da Região Nordeste e 24,9 pontos percentuais abaixo da média nacional, o que reforça a importância de ter a transformação digital como premissa de atuação em todo o território estadual.

Embora ainda não tenha atingido o patamar almejado em termos de soluções inovadoras para os piauienses, o esforço recente tem gerado impactos significativos: entre 2020 e 2022, o Piauí cresceu 24,75% no índice, revelando que as metas de serviços digitais vêm sendo uma das grandes prioridades da gestão nos últimos anos.

Índice ABEP-TIC de oferta de serviços públicos digitais dos governos estaduais e distrital



Fonte: Comitê Técnico Diretivo Avaliador (2022).

Nota: Para oportunizar uma comparação adequada, as pontuações de 2022 deste gráfico foram calculadas com base na metodologia das edições de 2020 e 2021.

Por fim, em termos de integração dos instrumentos de planejamento, o Piauí ocorre tanto no aspecto temporal – planejamento de curto, médio e longo prazo – como na integração de todos os órgãos estaduais para atingimento dos resultados, olhando com sensibilidade para as urgências e conectando-as com programas estruturantes para os piauienses. O Estado tem como planejamento norteador o Plano Piauí 2030, que inova ao articular o planejamento estadual com o movimento internacional que privilegia os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Adicionalmente, os demais instrumentos de planejamento – Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual – estão vinculados com os compromissos do Piauí 2030 e se articulam como planos de curto e médio prazo que materializam essa visão de futuro do Estado por meio de programas, ações e despesas concretas com políticas públicas essenciais aos piauienses.

3.2

VISÃO DE FUTURO

“

Ser o Estado brasileiro reconhecido pela excelência dos serviços públicos com transformação digital, pela redução das desigualdades e pelo crescimento econômico inclusivo e sustentável. ”



3.3

Eixos estratégicos e seus atributos

EIXO 1 | SAÚDE E BEM-ESTAR



OBJETIVO ESTRATÉGICO

Cuidar do bem-estar físico e mental do piauiense, ofertando e garantindo o acesso universal aos serviços de baixa, média e alta complexidade de saúde por todos os territórios, bem como reduzir os riscos à saúde da população.

DESAFIO ESTRATÉGICO

Elevação da expectativa de vida da população piauiense.

INDICADOR DE IMPACTO

Expectativa de vida

PROGRAMA

Piauí Saudável
Piauí com mais Cultura, Esporte e Lazer

EIXO 2 | EDUCAÇÃO INCLUSIVA E DE QUALIDADE



OBJETIVO ESTRATÉGICO

Assegurar a educação pública, inclusiva de qualidade, com ênfase na universalização do ensino de tempo integral e profissionalizante, observando a eficiência dos processos de aprendizagem.

DESAFIO ESTRATÉGICO

Melhoria na qualidade do ensino.

INDICADOR DE IMPACTO

Ideb

PROGRAMA

Piauí Educação

EIXO 3 | JUSTIÇA E SEGURANÇA



OBJETIVO ESTRATÉGICO

Promover a paz e reduzir a violência com ações de prevenção, repressão e ressocialização, a partir de uma rede integrada de atuação governamental e da construção de instituições eficazes e responsáveis.

DESAFIO ESTRATÉGICO

Redução do número de mortes violentas (homicídios).

INDICADOR DE IMPACTO

Nº de homicídios por 100 mil habitantes

PROGRAMA

Piauí Seguro

EIXO 4 | REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES



OBJETIVO ESTRATÉGICO

Garantir o direito à cidadania, com o foco nas populações mais vulneráveis, resguardando a igualdade de oportunidades.

DESAFIO ESTRATÉGICO

Redução da concentração de renda.

INDICADOR DE IMPACTO

Índice de Gini

PROGRAMA

Piauí Inclusivo

EIXO 5 | INFRAESTRUTURA, INCLUSÃO PRODUTIVA E TRANSIÇÃO ENERGÉTICA



OBJETIVO ESTRATÉGICO

Integrar os territórios de desenvolvimento, melhorando a qualidade de vida dos piauienses e gerando competitividade para os pequenos e grandes negócios através dos investimentos dos modais prioritários para mobilidade de pessoas e escoamento da produção, geração e distribuição de energia elétrica limpa e saneamento básico ambiental.

DESAFIO ESTRATÉGICO

Ampliação e qualificação da oferta de energia elétrica e da capacidade logística do Estado.

INDICADOR DE IMPACTO

Qualidade das rodovias (ótima e boa); Capacidade Instalada de Energia Elétrica (MW)

PROGRAMA

Piauí Integrado

EIXO 6 | DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO



OBJETIVO ESTRATÉGICO

Reforçar o papel do Estado como indutor de políticas públicas que incentivem o crescimento econômico sustentável, promovendo o adensamento das cadeias produtivas, o aumento das oportunidades de trabalho, emprego e da renda de forma equitativa pelos territórios de desenvolvimento.

DESAFIO ESTRATÉGICO

Criação de oportunidade de trabalho, emprego, renda e empreendedorismo.

INDICADOR DE IMPACTO

Taxa de desocupação (IBGE)

PROGRAMA

Piauí Produtivo
Avança Piauí

EIXO 7**MUDANÇAS CLIMÁTICAS, MEIO AMBIENTE
E RECURSOS HÍDRICOS****OBJETIVO ESTRATÉGICO**

Promover ações de políticas que contribuam para o esforço global de combate às mudanças climáticas e à escassez de recursos hídricos, por meio de gestão de solo, de florestas e das águas, do combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca, da gestão urbana e sustentável, e da prevenção de riscos e desastres.

DESAFIO ESTRATÉGICO

Deter a degradação do solo e das florestas e promover o aumento da oferta de água potável e a conservação dos recursos hídricos.

INDICADOR DE IMPACTO

% da população com acesso à água e esgotamento urbano.

PROGRAMA

Piauí Verde

EIXO 8**GESTÃO POR RESULTADOS****OBJETIVO ESTRATÉGICO**

Promover a excelência dos serviços públicos com foco na transformação digital, no fortalecimento da administração pública inovadora e na melhoria da experiência do cidadão.

DESAFIO ESTRATÉGICO

Ampliação do portfólio de serviços públicos digitais à disposição do cidadão.

INDICADOR DE IMPACTO

Oferta de serviços públicos digitais.

PROGRAMA

Gestão, Inovação e Transformação Digital
Previdência Social do Servidor
Ministério Público por todo o Piauí
Gestão Eficiente Orientada para Garantia dos Hipossuficientes e das Pessoas em Situação de Vulnerabilidade
Governança e Aprimoramento das Ações do Poder Legislativo
Controle Externo em Defesa da Sociedade
Justiça e Cidadania

4 DIMENSÃO TÁTICA

4.1 Programas e seus objetivos, diretrizes e indicadores



4.1

Programas e seus objetivos, indicadores e diretrizes

0100 - PIAUÍ SAUDÁVEL

Multissetorial Temático



O **Programa Piauí Saudável** busca reduzir a incidência dos principais problemas e agravos de saúde enfrentados pelo cidadão piauiense, ampliando e qualificando o acesso da população aos serviços públicos, com uso intensivo de tecnologia e adoção de medidas de fortalecimento da gestão, pensadas para otimizar o atendimento e a distribuição dos recursos, dentro de um sistema regionalizado e hierarquizado. Objetiva também apoiar os municípios para o fortalecimento da atenção primária, mediante adoção de estruturas eficientes e resolutivas no cuidado básico, que permitam a redução da demanda por serviços mais complexos nas urgências e emergências e o aumento da efetividade quanto à proteção da saúde das pessoas.

O Estado tem como missão coordenar e implementar ações e serviços para o fortalecimento da gestão do SUS, apoiando os municípios na efetivação das políticas públicas na área da saúde, em consonância com as especificidades locorregionais, visando à melhoria da qualidade de vida da população. Para que os resultados sejam alcançados no quadriênio

2024-2027 e a gestão estadual do SUS seja mais democrática, inclusiva, eficiente, eficaz e efetiva, busca-se qualificar os gastos em saúde para atendimento às necessidades prioritárias da população, de acordo com a legislação e as normas vigentes, com foco na redução das desigualdades sociais, pautada na regionalização e na constante incorporação de inovações tecnológicas, ampla participação social e respeito aos direitos humanos.

No período de 2016 a 2020, a cobertura populacional estimada pelas equipes de atenção básica vem sendo referência, atingindo índice de 99%. Esse número representa significativa superioridade em relação à cobertura na Região Nordeste, superando-a em 12,05% e também em relação à média nacional, em que a diferença é ainda mais destacada, com o aumento de 23,07%. A cobertura da atenção básica abarca ações de promoção e de manutenção da saúde, ações para prevenção de agravos e de realização de diagnósticos, tratamentos e reabilitações. A ampliação e a manutenção de uma taxa da cobertura da atenção básica são essenciais para a redução de internações e de mortes evitáveis.

O Piauí vem implementando ações para os cuidados com a primeira infância. Isso se traduz de maneira concreta na oferta de serviços, que desempenha papel essencial na implementação de políticas de saúde e de bem-estar durante a gestação, com particular atenção ao pré-natal. Tais políticas permitiram a redução da taxa de mortalidade materna entre 2018 e 2022 de 84,87 para 82,77 para cada 100 mil nascidos vivos. Além disso, as taxas de mortalidade neonatal e infantil atenderam às metas de longo prazo estabelecidas nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Vale ressaltar que os investimentos nos primeiros anos de vida estão intrinsecamente ligados à saúde física e emocional das crianças, desempenhando significativo papel na redução das desigualdades sociais. Crianças que recebem estímulos adequados têm maiores chances de alcançar seu potencial máximo, independentemente de sua origem social.

Nesse contexto, emerge o **Programa Piauí Saudável**, com o objetivo de reduzir a incidência de problemas de saúde e aprimorar o acesso aos serviços públicos. Isso será alcançado por meio do uso intensivo de tecnologia e da adoção de medidas para fortalecer a gestão, otimizando o atendimento e a distribuição de recursos dentro do sistema regionalizado e hierarquizado. Além disso, o programa pretende apoiar os municípios no fortalecimento da atenção primária, implementando estruturas eficientes e resolutivas no cuidado básico. Isso permitirá serviços mais complexos em situações de urgência e de emergência, além de aumentar a efetividade na proteção da saúde das pessoas.

PÚBLICO DE INTERESSE

Sociedade em geral

UNIDADES GESTORAS

Secretaria de Saúde

OBJETIVO

Contribuir para a efetivação da Atenção Primária em Saúde como coordenadora e ordenadora do cuidado, garantindo a equidade do acesso e fortalecendo as redes de atenção à saúde.

INDICADORES DE RESULTADO

- ▶ Cobertura Populacional estimada pelas Equipes de Atenção Básica
- ▶ Percentual de Internações por Condições Sensíveis à Atenção Básica

DIRETRIZES

- ▶ Fortalecer o acesso à Atenção Primária com ênfase na humanização, equidade e no atendimento às necessidades de saúde da população.
- ▶ Fortalecer a Rede de Atenção à Saúde (RAS) com ênfase na integralidade do cuidado às pessoas.
- ▶ Aprimorar a atenção à saúde para promover o cuidado integral a todos os ciclos de vida (criança e adolescente, adulto e idoso), com foco na saúde da mulher, das pessoas com deficiência e portadoras de necessidades especiais.
- ▶ Propiciar acesso, acolhimento e atenção às populações vulnerabilizadas (LGBTQIAPN+, população negra, indígenas, população em situação de rua e outras).

OBJETIVO

Garantir acesso da população, de forma regionalizada, a atenção especializada de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar, considerando a qualidade e segurança do paciente em todos os níveis de atenção e do cuidado, em consonância com as Redes de Atenção à Saúde (RAS), incorporando inovações tecnológicas.

INDICADORES DE RESULTADO

- ▶ Tempo de permanência em fila de espera para cirurgia eletiva
- ▶ Percentual de serviços de saúde, notificando regularmente (10 a 12 meses) eventos adversos no Sistema de Notificações para a Vigilância Sanitária (NOTIVISA)
- ▶ Número de novos leitos de saúde mental implantados e habilitados em hospitais gerais
- ▶ Proporção de leitos por habitante nas macrorregiões de saúde

DIRETRIZES

- ▶ Estruturar e/ou ampliar ações e serviços de média e alta complexidade (MAC), sistemas de apoio e de logística e inovações tecnológicas com descentralização da gestão e em consonância com a RAS, nas macrorregiões de saúde.
- ▶ Fortalecer e ampliar o processo de implementação de políticas públicas de: atenção hospitalar, ambulatorial especializada, assistência farmacêutica, laboratorial, hematológica e hemoterápica e de transplantes de órgãos, tecidos e células no âmbito do SUS.
- ▶ Promover e ampliar a adesão dos serviços de saúde, as práticas de segurança do paciente e de prevenção e controle de Infecções Relacionadas à Assistência à Saúde (IRAS) em consonância com a RAS.
- ▶ Fortalecer o Controle, Regulação e Auditoria para qualificar a RAS.
- ▶ Implementar mecanismos de monitoramento e avaliação contínua para o acesso regionalizado aos serviços de MAC, na melhoria da qualidade e efetividade.
- ▶ Ampliar e qualificar a Atenção Psicossocial de média complexidade, apoiado em um modelo de atenção à saúde mental aberto e de base comunitária, consonante com os princípios da reforma psiquiátrica.

OBJETIVO

Potencializar, modernizar e qualificar a gestão da saúde com disseminação dos novos modelos de gestão, inovação tecnológica e otimização de processos administrativos, gerenciais, financeiros, jurídicos e de fiscalização, além da valorização dos servidores, bem como fortalecimento da parceria com o controle social com foco na redução das desigualdades.

INDICADORES DE RESULTADO

- ▶ Proporção de municípios do Estado do Piauí com o instrumento de planejamento - Relatório Anual de Gestão (RAG) regularmente alimentado no Sistema Digital (DIGISUS)
- ▶ Número de unidades hospitalares/especializados no âmbito do SUS do Estado com sistema (TAPE) de Prontuário eletrônico implementado

DIRETRIZES

- ▶ Desenvolver a cultura de gestão de custos, fomentando a captação de recursos e aplicação com equidade nas regiões de saúde, conforme ações previstas nos instrumentos de planejamento.
- ▶ Estruturar, fortalecer e aprimorar a regionalização com o funcionamento efetivo das 12 Coordenações Regionais de Saúde.
- ▶ Fortalecer e aprimorar o modelo de gestão, contemplando os processos de comunicação, informação, planejamento, monitoramento e controle interno, promovendo o acompanhamento das necessidades reais dos serviços e dos bens adquiridos.
- ▶ Ampliar as estratégias de diálogo entre os cidadãos e os gestores dos SUS, promovendo a qualidade da comunicação e a formação de laços de confiança e colaboração mútua, com fortalecimento do controle social e das atividades da Ouvidoria.
- ▶ Modernizar o parque de equipamentos em geral e de informática, fortalecendo o processo de informação, conhecimento e comunicação no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), por meio da inovação científica e tecnológica.
- ▶ Fomentar pesquisas para o SUS em consonância com as necessidades de saúde da população.

OBJETIVO

Reduzir a morbimortalidade materna, fetal e infantil, garantindo a equidade no acesso e a resolutividade da atenção à saúde em todos os níveis de cuidados.

INDICADORES DE RESULTADO

- ▶ Taxa de mortalidade materna global
- ▶ Proporção de Nascidos Vivos de Mães com 6 ou + Consultas de pré-natal
- ▶ Taxa de Mortalidade Neonatal
- ▶ Taxa de Mortalidade Infantil
- ▶ Taxa de detecção de sífilis congênita em menores de um ano de idade (por 1.000 nascidos vivos) por ano de diagnóstico

DIRETRIZES

- ▶ Fortalecer a governança do Plano de Enfrentamento da Mortalidade Materna e na Infância em todos os níveis de atenção (primária, secundária e terciária), contemplando a ampliação das maternidades e hospitais especializados nas macrorregiões de saúde.
- ▶ Organizar a Rede de Atenção materna e infantil, com ênfase na atenção à saúde sexual e reprodutiva, pré-natal, parto, nascimento e puerpério.

OBJETIVO

Reduzir os riscos sanitários e epidemiológicos por meio de ações articuladas, transversais e inovadoras de vigilância em saúde e laboratorial, com apoio aos municípios e participação do controle social nos diversos níveis de atenção e gestão.

INDICADORES DE RESULTADO

- ▶ Taxa de Óbitos Prematuros (de 30 a 69 anos) por Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT)
- ▶ Taxa de Mortalidade Específica por Doenças Transmissíveis
- ▶ Proporção de vacinas selecionadas que compõem o Calendário Nacional de Vacinação para crianças menores de 1 ano de idade (Pentavalente - 3ª dose, Poliomielite - 3ª dose, pneumocócica 10 valente - 2ª dose) e para crianças de 1 ano de idade (tríplice viral - 1ª dose) - com coberturas vacinais preconizadas
- ▶ Proporção de municípios com homogeneidade mínima de 80% entre as vacinas para crianças menores de 1 ano preconizadas pelo Plano Nacional de Imunização (PNI)

DIRETRIZES

- ▶ Integrar e articular as práticas e processos integrados de trabalho das vigilâncias epidemiológica, sanitária, alimentar e nutricional, saúde ambiental, saúde do trabalhador e dos laboratórios de saúde pública, preservando suas especificidades e respeitando a diversidade locorregional.
- ▶ Fortalecer as ações de imunização em articulação com a Atenção Primária à Saúde (APS), potencializando o alcance das metas estabelecidas pelo PNI.
- ▶ Intervir na gestão dos riscos e agravos à saúde, considerando seus determinantes e condicionantes tanto individuais como coletivos.
- ▶ Ampliar e fortalecer a capacidade estrutural e tecnológica da saúde para responder aos eventos/agravos conhecidos e inusitados/epidemias e pandemias de interesse/relevância em saúde pública.

OBJETIVO

Assegurar a saúde, qualificação e segurança do trabalhador, na perspectiva do trabalho decente e da qualidade de vida dos profissionais de saúde e dos usuários do SUS.

INDICADORES DE RESULTADO

- ▶ Número de profissionais qualificados para o exercício de suas funções do trabalho e no atendimento humanizado aos usuários da saúde
- ▶ Número de conselheiros qualificados acerca dos direitos e deveres no desempenho de suas funções como controle social na saúde

DIRETRIZES

- ▶ Garantir provimento das necessidades de capital humano qualificado, comprometido e fortalecido para o desenvolvimento das ações sob responsabilidade da gestão estadual do SUS e do Controle Social com foco no atendimento humanizado e fomentando estratégias para redução das iniquidades sociais em saúde.

0101 - PIAUÍ COM MAIS CULTURA, ESPORTE E LAZER

Multissetorial Temático



As políticas públicas voltadas para cultura, esporte e lazer são essenciais para a construção da sociedade que valoriza suas tradições e seu povo, e são uma conquista social e dever do Estado. Tais políticas além de promover saúde e melhora da qualidade de vida da população, possuem grande potencial para atuarem como ferramenta de inclusão social, no alcance do desenvolvimento integral do indivíduo e na sua formação para o exercício da cidadania.

A democratização do acesso às atividades culturais, esportivas e de lazer requer a ampliação e a modernização da infraestrutura colocada à disposição da comunidade, proporcionando o entretenimento e a integração social, que fortalecem os laços e constroem identidades coletivas. Existe uma vasta quantidade de modalidades esportivas e formas de expressões artísticas que requerem suporte para competir e se apresentar dentro e fora do Estado.

O Piauí vem se esforçando no reconhecimento e desenvolvimento de suas potencialidades, dando uma crescente atenção a projetos de apoio e incentivo à prática esportiva e na formação de atletas de alto rendimento, atividade que possui grande capacidade de contribuição para o desenvolvimento socioeconômico.

Nos próximos quatro anos, o **Programa Piauí com mais Cultura, Esporte e Lazer** desempenhará um papel cada vez mais significativo no incentivo a artistas, atletas e demais cidadãos piauienses no que concerne à prática de atividades que estimulam a criatividade, autoestima, competitividade, capacidade crítica e a promoção das mais diversas formas de expressão, capacitando-os a se tornarem agentes ativos na transformação de sua

própria realidade. Afinal, o acesso aos bens culturais, esportivos e de lazer não se limita ao entretenimento e é fundamental para o exercício da cidadania. Além disso, ao atuar como um processo formativo, o programa estimula o desenvolvimento do conhecimento, capacidade crítica, criatividade e promove novas formas de expressão, capacitando o cidadão piauiense a se tornar um agente ativo na transformação de sua própria realidade.

PÚBLICO DE INTERESSE

Atletas de Alto Rendimento, Alunos da Rede de Ensino Estadual, Associações, Federações, Educadores Físicos, Artistas, Artesãos, Produtores Culturais, Agentes e Gestores Culturais e Sociedade em geral.

UNIDADES GESTORAS

Secretaria de Estado dos Esportes, Secretaria Estadual de Cultura.

UNIDADES TRANSVERSAIS

Coordenadoria de Desenvolvimento dos Territórios, Coordenadoria de Enfrentamento às Drogas do Estado do Piauí, Secretaria da Educação.

OBJETIVO

Fortalecer o acesso e a produção cultural, descentralizando a circulação de bens e serviços e conteúdos culturais.

INDICADORES DE RESULTADO

- ▶ Número de projetos aprovados pelo Sistema de Incentivo Estadual à Cultura (SIEC) da Secretaria Estadual de Cultura

DIRETRIZES

- ▶ Promover e fortalecer as políticas que contribuam para melhorar a gestão e a capacidade da produção cultural por meio de incentivo, participação e divulgação dos trabalhos realizados, garantindo sua autossustentabilidade.
- ▶ Integrar as ações culturais no Estado de forma a garantir a realização, manutenção e participação em diversas áreas da cultura.
- ▶ Aprimorar políticas de incentivo à cultura, que tenham como ponto central a promoção, circulação, consumo e visibilidade aos bens e produções da cultura piauiense.

OBJETIVO

Fortalecer o esporte como fundamento econômico, profissional e educacional, para ampliar a quantidade e performance dos esportistas de alto rendimento no Estado e a participação de atletas piauienses em competições no nível local, estadual, regional, nacional e internacional.

INDICADORES DE RESULTADO

- ▶ Número de Bolsas-atletas implementadas pelo Governo do Estado do Piauí por ano

DIRETRIZES

- ▶ Potencializar e articular ações institucionais por meio de parcerias que garantam o acompanhamento sistemático dos atletas de alto rendimento.
- ▶ Estruturar o atendimento médico dos atletas, por meio de sistemas logísticos que envolvam todas as esferas governamentais.
- ▶ Direcionar ações de execução e fomento esportivo voltados à produção de resultados efetivos em nível esportivo e geração de emprego e renda por meio de obras estruturantes e desenvolvimento de pequenos, médios e grandes eventos esportivos.
- ▶ Garantir condições materiais, físicas e financeiras para os atletas e paratletas em todo o Estado.

OBJETIVO

Expandir, democratizar, qualificar e valorizar os espaços culturais e de lazer, promovendo a integração social e de suas potencialidades regionais para o desenvolvimento sociocultural do Estado.

INDICADORES DE RESULTADO

- ▶ Total de despesa pública estadual *per capita* gasta na preservação, proteção e conservação de todo o patrimônio cultural e natural (R\$/hab.)

DIRETRIZES

- ▶ Modernizar e garantir a sustentabilidade dos espaços culturais do Estado, de maneira acessível e inclusiva.
- ▶ Fortalecer e ampliar os pontos de cultura em todo o Estado do Piauí, por meio de divulgação, infraestrutura adequada, capacitação e parcerias institucionais.
- ▶ Expandir o acesso de pessoas com deficiência e com necessidades especiais nos ambientes culturais em todo o Estado.
- ▶ Fomentar o lazer, a promoção do bem-estar e da qualidade de vida a toda a população dos territórios de desenvolvimento do Estado.

OBJETIVO

Promover, disseminar e fortalecer a prática desportiva e o estilo de vida saudável no Estado de maneira inclusiva e acessível às pessoas com deficiência e com necessidades especiais.

INDICADORES DE RESULTADO

- ▶ Taxa de equipamentos esportivos por 10 mil habitantes

DIRETRIZES

- ▶ Ampliar, aprimorar e diversificar os programas e práticas esportivas, por meio do apoio ao esporte amador e às atividades de lazer.
- ▶ Promover a inclusão dos atletas paralímpicos nas mais variadas atividades desportivas dentro e fora do Estado.
- ▶ Promover, modernizar e revitalizar os espaços esportivos e de lazer em todo o Estado, com foco na inclusão e na acessibilidade.

Multissetorial Temático



A educação inclusiva e de qualidade é um ideal que tem motivado a atuação do Estado devido ao seu poder de transformação positiva na sociedade. Em meio às rápidas e profundas mudanças que moldam o cenário global, com transformações na produção e na estrutura social que refletem no mercado de trabalho, o Estado do Piauí enfrenta o desafio de assegurar a educação pública inclusiva de qualidade, promovendo o ensino em tempo integral e profissionalizante, observando a eficiência dos processos de aprendizagem.

Para acompanhar as metas de qualidade do ensino, um dos principais indicadores é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), calculado de forma a combinar o aprendizado e o fluxo escolar. O IDEB do Piauí, tanto nos Ensinos Fundamental I e II quanto no Ensino Médio, vem apresentando resultados positivos e um crescimento superior ao do Brasil e da região Nordeste, quando analisado o período de 2013 a 2021.

Os dados educacionais também apontam o Piauí com sucesso no alcance da universalização do acesso à Educação Básica, na implementação de programas de alfabetização para adultos e de incentivos à aprendizagem de disciplinas específicas. A distorção idade-série, que mostra o percentual de alunos em cada série com idade superior à recomendada, tem diminuído ao longo das últimas décadas, e as avaliações indicam melhoria nas notas tanto da rede pública de ensino quanto da particular. O Estado precisa atuar para expandir o percentual de pessoas de 18 anos ou mais idade com ensino fundamental e diminuir as taxas de abandono nos ensinos fundamental e médio, que ainda estão distantes das metas de longo prazo estabelecidas no *Plano Piauí 2030*. Esses índices estão ligados também a

questões sociais, ambientais e culturais as quais os alunos estão inseridos, o que evidencia o caráter transversal das ações da política educacional, que deve atuar e se preocupar além do ambiente escolar.

O **Programa Piauí Educação** prioriza a expansão do ensino em tempo integral, que permitirá aos alunos se concentrarem com maior foco no ambiente escolar a fim de que possam aprimorar suas habilidades e aptidões, tornando-os mais produtivos, o que em médio e longo prazo influenciará positivamente no crescimento e no desenvolvimento do Estado. Esse modelo colocará, de forma integrada, o ensino das disciplinas básicas nos dois turnos, o complemento de atividades extracurriculares em áreas como cultura e esporte, e também os ensinos profissional e técnico, envolvendo a expansão quantitativa e qualitativa da rede, modernização tecnológica, gestão inovadora focada em metas e indicadores, valorização dos servidores e atenção a grupos específicos. Além disso, estabelece ações para o atendimento especializado em todas as etapas do ensino dos estudantes do campo, indígenas, quilombolas e da educação especial, com metodologia e material didático adequado, respeitando sua cultura e organização social. Também busca que a oferta de ensino atinja as potencialidades econômicas específicas de cada território, com investimento na infraestrutura física e tecnológica adequada. O programa contempla ainda ações para a valorização dos profissionais da educação, com foco na seleção, formação, avaliação de desempenho e mecanismos de aprendizagem.

Dessa forma, o programa busca melhorar a qualidade de ensino, visando atingir melhor desempenho nos indicadores e com foco qualitativo na redução das desigualdades sociais e regionais, integrando as políticas educacionais para o alcance do ODS-4, Educação de Qualidade.

PÚBLICO DE INTERESSE

Alunos da rede pública estadual básica (regular, EJA, técnico-profissional) e do ensino superior.

UNIDADES GESTORAS

Secretaria de Educação, Universidade Estadual do Piauí, Fundação Antares.

OBJETIVO

Garantir o acesso e a permanência à educação para todos, com qualidade e equidade.

INDICADORES DE RESULTADO

- ▶ Taxa de Abandono (Ensino Médio - Rede Estadual)
- ▶ Taxa de Aprovação (Ensino Médio - Rede Estadual)
- ▶ Taxa de Abandono (Ensino Fundamental - Total - Anos iniciais e anos finais - Rede Estadual)
- ▶ Taxa de Aprovação (Ensino Fundamental - Total - Anos iniciais e anos finais - Rede Estadual)

DIRETRIZES

- ▶ Reformar e ampliar as escolas da rede estadual, garantindo melhoria da estrutura física, logística e tecnológica e o aumento da oferta de vagas de tempo integral.
- ▶ Adotar metodologias adequadas que promovam clima escolar pacífico e sadio, a cultura de paz, por meio de ações de combate ao *bullying*, à violência de gênero, ao racismo, à xenofobia, à gordofobia, à homofobia, ao etarismo e de todas as formas de preconceito nas escolas da rede pública, assegurando o protagonismo juvenil através das suas entidades representativas.
- ▶ Expandir e instrumentalizar a educação por mediação tecnológica como modalidade complementar ao ensino, garantindo o acesso e permanência de estudantes no ensino regular.
- ▶ Mobilizar os estudantes e a comunidade para participarem ativamente da vida escolar mediante ações que induzam a aproximação comunidade-escola e o protagonismo dos estudantes.
- ▶ Melhorar a oferta do serviço de transporte, alimentação escolar e serviços de saúde, inclusive atendimentos oftalmológicos e odontológicos, como forma de promover o acesso, a permanência e o êxito no desempenho da aprendizagem dos estudantes.
- ▶ Garantir acesso de estudante a programas de proteção e promoção da saúde das pessoas que menstruam.

OBJETIVO

Garantir a oferta com qualidade e equidade para todos os estudantes da educação especial, do campo, indígenas, quilombolas, com atendimento especializado, em todas as etapas de ensino.

INDICADORES DE RESULTADO

- ▶ Taxa de analfabetismo das pessoas com 15 anos ou mais de idade com deficiência

DIRETRIZES

- ▶ Garantir, expandir e aprimorar o atendimento educacional especializado em todos os níveis e modalidades de ensino para estudantes público-alvo da educação especial (com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades/superdotação), transtornos de aprendizagem (TDAH, dislexia, disgrafias), oriundos de comunidades indígenas, quilombolas, do campo, dentre outros.
- ▶ Ampliar o número de salas de recursos multifuncionais para o atendimento do ensino especial das escolas da rede estadual.
- ▶ Garantir material didático alinhado às diretrizes da SEDUC para os estudantes da Educação Especial, contemplando as necessidades dos estudantes segundo a sua categoria.
- ▶ Aumentar o número de escolas do campo, indígenas e quilombolas com currículos, metodologia e material didático adequado à sua cultura, seus saberes e seu modo de organização social e produtiva.
- ▶ Ampliar a oferta de Bolsas-Permanência para estudantes indígenas, quilombolas e do campo em situação de vulnerabilidade econômica.
- ▶ Promover a acessibilidade das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação à educação inclusiva por meio da aquisição de tecnologias assistivas (TA).

OBJETIVO

Melhorar a aprendizagem dos estudantes da rede estadual, de modo a promover avanços significativos dos índices educacionais.

INDICADORES DE RESULTADO

- ▶ Taxa de Distorção Idade-Série (Ensino Fundamental - Total - Anos iniciais e anos finais) da rede pública estadual de ensino
- ▶ Taxa de Distorção Idade-Série (Ensino Médio) da rede pública estadual de ensino

DIRETRIZES

- ▶ Melhorar a gestão pedagógica das escolas e capacitar os profissionais da educação quanto ao uso de metodologias inovadoras e diferenciadas, objetivando a melhor construção do processo ensino-aprendizagem.
- ▶ Adotar sistemas integrados de avaliação da aprendizagem, monitoramento e acompanhamento pedagógico, buscando elevar o nível de proficiência.
- ▶ Incentivar a participação de estudantes da rede em competições do saber, esportivas, maratonas profissionais e projetos integradores.
- ▶ Promover a recomposição e recuperação da aprendizagem por meio de processos avaliativos com vistas à correção do fluxo escolar, redução da evasão, do abandono e da distorção idade-série.
- ▶ Garantir a formação continuada de professores, com foco nos componentes curriculares, objetivando a elevação do grau de proficiência dos estudantes da Educação Básica.
- ▶ Garantir um ambiente acolhedor, que propicie acompanhamento multidisciplinar com atenção às necessidades cognitivas e socioemocionais do estudante.
- ▶ Criar e reestruturar bibliotecas, espaços de leitura, laboratórios e redes de informação.
- ▶ Implantação de ações de aprofundamento de estudos que contribuam para o melhor desempenho dos estudantes em exames de proficiência nacional.
- ▶ Garantir as condições de funcionamento e os materiais didático-pedagógicos adequados ao desenvolvimento e qualificação dos estudantes da rede estadual em todos os municípios.

OBJETIVO

Reduzir o analfabetismo da população de jovens, adultos e idosos do Piauí, para níveis compatíveis com a média nacional.

INDICADORES DE RESULTADO

- ▶ Taxa de analfabetismo das pessoas com 15 anos ou mais de idade

DIRETRIZES

- ▶ Fomentar políticas públicas permanentes de alfabetização, formação continuada, levantamento das demandas de atendimento e a busca ativa para o AJA, EJA e EJATEC.
- ▶ Instituir política de transferência de renda a estudantes analfabetos em situação de vulnerabilidade social, bem como articular o acesso destes estudantes a Programas Sociais já existentes.
- ▶ Promover o combate ao analfabetismo para as pessoas privadas de liberdade e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, em parceria com órgãos afins.
- ▶ Incentivar a criação de locais para acolhimento às crianças, filhas de mães/avós inseridas no processo de AJA, EJA e EJATEC, através da cooperação interfederativa.
- ▶ Garantir equipe pedagógica e de apoio nas GRES e nas escolas para acompanhamento das turmas anexas e salas externas, no âmbito da oferta de AJA, EJA e EJATEC.

OBJETIVO

Universalizar e fortalecer a oferta de educação profissional e tecnológica adequada às novas tendências do mundo do trabalho e às potencialidades regionais, de modo a instrumentalizar os estudantes para se tornarem protagonistas dos seus projetos de vida.

INDICADORES DE RESULTADO

- ▶ Participação das matrículas do Ensino Médio integrado no total de matrículas do Ensino Médio (Rede Pública Estadual)

DIRETRIZES

- ▶ Implementar a Política de Educação Profissional - PEEPT e seu respectivo sistema de monitoramento e avaliação, no âmbito da Rede Estadual de Ensino, instituída pela Lei Estadual nº 7.893 de 14 de dezembro de 2022.
- ▶ Promover ações de geração de oportunidades de trabalho e renda para estudantes da rede estadual de educação, em *interface* com o setor produtivo.
- ▶ Implementar ações de fomento ao empreendedorismo dos estudantes do ensino médio, com o estímulo ao desenvolvimento de competências que promovam projetos inovadores.
- ▶ Ampliar a oferta da educação profissional e tecnológica adequada às demandas e potencialidades econômicas dos territórios de desenvolvimento e arranjos produtivos locais, de forma prioritária em áreas estratégicas, tais como Turismo, Tecnologia da Informação, Agropecuária e Energias Renováveis.
- ▶ Fomentar a oferta do Itinerário de Formação Técnica profissional na forma concomitante intercomplementar com instituições de ensino autorizadas pelo Conselho Estadual de Educação, com vistas à otimização dos recursos de investimentos.
- ▶ Garantir laboratórios específicos para desenvolver as competências profissionais e socioemocionais inerentes ao perfil profissional.
- ▶ Criar Centros de Tecnologia e Inovação que conectem os estudantes da rede estadual com os ambientes de inovação.
- ▶ Financiar a produção científica e divulgação em eventos, pedagógicos e culturais, nas escolas da rede estadual de ensino como estratégia de divulgação da oferta de educação profissional e tecnológica.

OBJETIVO

Ampliar e adequar a oferta de cursos de graduação e pós-graduação da UESPI, UAPI e UAB, às novas tendências do mundo do trabalho e às potencialidades regionais, garantindo a permanência dos estudantes.

INDICADORES DE RESULTADO

- ▶ Nota da UESPI - Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC)
- ▶ Porcentagem de mestres e doutores no corpo docente da UESPI

DIRETRIZES

- ▶ Promover ações articuladas para a oferta do ensino - pesquisa - extensão.
- ▶ Aumentar a oferta de vagas e promoção do acesso a cursos prioritários de graduação, pós-graduação e extensão da UESPI, da UAPI e da UAB, que estejam sintonizados com as demandas regionais do mercado de trabalho.
- ▶ Garantir a melhoria da infraestrutura da UESPI e polos de educação a distância, a fim de proporcionar um ambiente adequado e propício para ensino, pesquisa e desenvolvimento acadêmico.
- ▶ Ampliar a oferta de cursos da UAPI conforme demanda dos territórios, utilizando ferramentas de mediação tecnológica, e desenvolver ações para expansão do programa UAPI no Piauí.
- ▶ Expandir o convênio com a UAB para a oferta de cursos, conforme demanda dos territórios, inclusive com o uso de ferramentas de mediação tecnológica.
- ▶ Promover e estabelecer parcerias com instituições nacionais e estrangeiras de Ensino Superior e pesquisa para fomento e expansão da oferta de cursos alinhados às demandas dos territórios de desenvolvimento do Estado, prioritariamente nas áreas de energias renováveis e tecnologias da informação.
- ▶ Melhorar o *déficit* de profissionais docentes da educação básica com formação adequada, através da oferta de cursos de licenciatura promovidos em parceria com instituições públicas de ensino superior.

OBJETIVO

Promover ações para a melhoria da seleção, formação e valorização dos profissionais de educação, incluindo premiação com base em resultados educacionais.

INDICADORES DE RESULTADO

- ▶ Percentual de docentes com nível superior que leciona no Ensino Fundamental (total - anos iniciais e anos finais) da rede estadual de ensino
- ▶ Percentual de docentes com nível superior que leciona no Ensino Médio da rede estadual de ensino

DIRETRIZES

- ▶ Desenvolver a formação articulada de docentes para melhorar os mecanismos de aprendizagem e suas tecnologias.
- ▶ Premiar e recompensar as escolas (gestores e professores), dos municípios e das GREs, com base nos resultados educacionais alcançados.
- ▶ Atração e seleção de profissionais adequados às necessidades da Rede Pública Estadual.
- ▶ Aprimorar os mecanismos de seleção, formação e avaliação de desempenho dos gestores escolares, constituindo Banco de Gestores, bem como incentivar sistemas de avaliação permanente de desempenho para esses profissionais da educação na rede estadual de educação.
- ▶ Incentivo aos sistemas permanentes de avaliação de desempenho para os profissionais de educação da rede estadual de educação.
- ▶ Impulsioneamento da qualificação profissional, visando a permanência dos docentes e profissionais técnicos administrativos da UESPI.

OBJETIVO

Implementar um modelo de gestão inovadora, democrática, participativa e colaborativa, integrando todas as unidades da Secretaria de Estado da Educação, redes municipais e comunidade escolar, fortalecendo o sistema estadual de educação.

DIRETRIZES

- ▶ Fortalecer a relação escola, família e comunidade, assegurando condições para efetivação da gestão democrática da educação.
- ▶ Modernizar os sistemas, processos, gestão de dados e ferramentas que auxiliam na gestão da educação estadual.
- ▶ Desenvolver uma gestão financeira e contratual eficiente, otimizando os recursos disponíveis.
- ▶ Institucionalizar e fortalecer a política em regime de colaboração entre a União, o Estado e os Municípios piauienses de modo a promover a assistência técnica e financeira aos municípios por meio de ações articuladas.
- ▶ Promover sistemas permanentes de avaliação de desempenho para os profissionais da educação na rede estadual de educação.
- ▶ Desenvolver a transformação digital no âmbito da política estadual de educação.
- ▶ Aperfeiçoar a governança da política estadual de educação, com iniciativas inovadoras que envolvam a melhoria dos fluxos, processos e rotinas de trabalho, dentre outros.
- ▶ Melhorar a infraestrutura física e tecnológica das unidades gerenciais da SEDUC.

OBJETIVO

Incentivar, expandir e qualificar as atividades de pesquisa e extensão nas diversas áreas do conhecimento, levando em consideração o caráter multidisciplinar e inclusivo, atendendo às demandas dos territórios de desenvolvimento sustentável.

INDICADORES DE RESULTADO

- ▶ Percentual da população piauiense com ensino superior ou equivalente

DIRETRIZES

- ▶ Fomentar articulações com órgãos nacionais e internacionais de pesquisa, tecnologia, inovação, visando intercâmbio e fomento.
- ▶ Fortalecer a infraestrutura de laboratórios, bibliotecas e redes de informação para promoção de ciência, tecnologia e inovação.
- ▶ Incentivar as pesquisas de campo e a inclusão de conteúdos voltados para quilombolas, comunidades indígenas, do campo e público-alvo da educação especial.
- ▶ Promover o fomento da atividade de pesquisa e extensão nos territórios de desenvolvimento sustentável por meio de programas, projetos e ações institucionais nos órgãos realizando uma interação entre os agentes do sistema educacional, ciência e tecnologia.
- ▶ Construir espaços para unidades vocacionais tecnológicas relacionados às potencialidades dos territórios de desenvolvimento sustentável, aproximando os estudantes dos diferentes níveis de ensino.

OBJETIVO

Estruturar e ampliar o sistema público de comunicação, potencializando-o como instrumento capaz de produzir e transmitir conteúdos voltados para a informação, cultura e educação da população.

DIRETRIZES

- ▶ Aperfeiçoar e ampliar o sinal audiovisual, por meio de infraestrutura digital e ferramentas de acessibilidade comunicacional.
- ▶ Implementar a acessibilidade comunicacional no sistema público de comunicação com vistas à eliminação de barreiras que impedem a transmissão de informações para todos.

0103 - PIAUÍ SEGURO

Multissetorial Temático



As políticas de justiça, segurança pública, defesa social e trânsito são pilares fundamentais para garantir o bem-estar e a proteção dos cidadãos, promovendo uma sociedade mais segura, justa e resiliente. Tais políticas estão alinhadas com o ODS-16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes. A segurança pública é de responsabilidade compartilhada, assim, é importante que o Governo, a comunidade e os indivíduos trabalhem juntos para reduzir a violência e a criminalidade, e criar o ambiente mais seguro para todos.

O principal objetivo do **Programa Piauí Seguro** é reduzir as mortes violentas, medidas pela taxa de homicídios. Até 2020, o indicador piauiense estava abaixo das médias regional e nacional. No entanto, entre 2019 e 2021, aumentou de 17,4 para 23,3 assassinatos por 100 mil habitantes, o que colocou a média do Piauí acima da nacional a partir de 2021, ainda assim, se mantendo como o melhor índice no Nordeste.

Apesar dos avanços e significativos investimentos realizados no Estado, ainda persistem desafios a serem superados, é o que se observa por meio de índices negativos, relacionados à taxa de roubo em residências e veículos, taxas de crimes patrimoniais, feminicídio, violência no trânsito, *déficit* carcerário, entre outros.

Para mitigar os desafios existentes, as ações para o próximo quadriênio englobam diversas frentes. No âmbito da Justiça, as políticas visam garantir o funcionamento eficiente do Sistema Judiciário, assegurando o acesso igualitário, garantindo o alcance de sistema

prisional mais seguro, reduzindo o *déficit* de vagas, fortalecendo as políticas de alternativas penais e monitoração eletrônica, e ampliando o acesso às políticas de reintegração social. É fundamental fortalecer e ampliar as políticas voltadas para os egressos do sistema prisional, com o objetivo de evitar a reincidência criminal e romper o ciclo vicioso do crime.

Na área da Segurança, as políticas têm como foco a proteção da população e o combate à criminalidade. Isso envolve ações como o fortalecimento e a ampliação de policiamento ostensivo e preventivo, a integração e a ampliação das forças policiais, a ampliação de ações relacionadas à formação cidadã, os projetos socioculturais e as ações educativas, o aparelhamento e a modernização da infraestrutura física, tecnológica e processual, assim como a valorização e a promoção do bem-estar dos profissionais de segurança.

No tocante à segurança no trânsito, ainda há desafios a serem superados para melhorar a segurança viária no Piauí, para todos os usuários das vias, sejam motoristas, ciclistas ou pedestres. Isso fica evidenciado pela Taxa de Óbitos no Trânsito no Estado, que, em 2020 e 2021, permaneceu em torno de 28 óbitos a cada 100 mil habitantes, o que é 11,5 vezes maior do que a taxa nacional e 9,8 vezes maior do que a taxa regional. Algumas das principais políticas adotadas para melhorar a segurança no trânsito incluem: integração entre órgãos federais, estaduais e municipais de segurança e de trânsito, para ampliar a fiscalização; ações de educação e conscientização sobre a importância do respeito às leis de trânsito, incentivando o uso de cinto de segurança, o respeito aos limites de velocidade e a não combinação de álcool e direção; e ampliação e garantia da manutenção da sinalização viária.

As políticas de Defesa Civil são essenciais para garantir a segurança da população em situações de emergência, bem como para a construção de uma sociedade mais resiliente diante de desafios naturais e adversidades. Entre as principais políticas de Defesa Civil, destacam-se ações com o propósito de preparação, prevenção, resposta e recuperação de desastres naturais ou emergências, buscando proteger a população, reduzir danos e minimizar os impactos causados por esses eventos.

As ações construídas para o próximo quadriênio apontam o esforço direcionado para garantir a segurança e a proteção da população, promovendo a ordem social, respeitando os direitos humanos, e reduzindo os índices de criminalidade e de violência na sociedade.

PÚBLICO DE INTERESSE

População do Estado do Piauí

UNIDADES GESTORAS

Secretaria da Segurança Pública, Secretaria da Justiça, Polícia Militar do Piauí, Delegacia Geral da Polícia Civil, Corpo de Bombeiros Militar, Secretaria de Defesa Civil e Departamento de Trânsito do Piauí.

OBJETIVO

Ampliar a capacidade de atuação em ações preventivas, emergenciais, assistenciais e recuperativas do Sistema de Defesa Estadual, Segurança Pública, Justiça e demais órgãos estaduais e municipais, com vistas a garantir maior grau de resiliência e minimizar o impacto frente aos eventos críticos (desastres e sinistros) em geral.

INDICADORES DE RESULTADO

- ▶ Taxa de bombeiros por 100 mil habitantes
- ▶ Número de municípios com Coordenadorias Municipais de Defesa Civil (COMDECs) formalizadas

DIRETRIZES

- ▶ Aprimorar e garantir a gestão de riscos, priorizando ações integradas de prevenção (fiscalização, programas sociais, ações educativas e outras), da estruturação dos sistemas de defesa e da preparação para desastres, estimulando a autoproteção e formação dos cidadãos.
- ▶ Aperfeiçoar em conjunto com os órgãos federais, estaduais e municipais ações de assistência emergencial às pessoas vitimadas, do restabelecimento de serviços essenciais e da recuperação dos cenários atingidos por desastres, sinistros, períodos de estiagem, queimadas e/ou enchentes.

OBJETIVO

Fortalecer e aprimorar a Gestão Integrada do Sistema Estadual de Segurança, Defesa Social, Justiça e Trânsito.

INDICADORES DE RESULTADO

- ▶ Número de protocolos integrados no sistema Estadual de Segurança, Justiça, Defesa Social e Trânsito
- ▶ Número de registros e denúncias nas ouvidorias relacionadas ao atendimento ao público

DIRETRIZES

- ▶ Desenvolver protocolos e metodologias operacionais integradas, bem como consolidar o compartilhamento de informações entre as instituições do Estado e os poderes e esferas administrativas.
- ▶ Ampliar, aparelhar e modernizar as infraestruturas físicas, tecnológicas e operacionais dos órgãos e das unidades de segurança, defesa social, de trânsito e do sistema prisional.
- ▶ Garantir a qualidade de atendimento ao público do Sistema Estadual de Segurança, Justiça, Defesa Social e Trânsito.
- ▶ Fortalecer o Sistema Estadual de Gestão Integrada de Riscos.

OBJETIVO

Fortalecer o desenvolvimento e a oferta de políticas voltadas à população privada de liberdade e potencializar as políticas de alternativas penais, monitoramento eletrônico e apoio ao egresso, promovendo um processo de reintegração social com respeito à dignidade da pessoa humana e cidadania, com foco na redução da violência, da criminalidade e do *déficit* carcerário.

INDICADORES DE RESULTADO

- ▶ *Déficit* de vagas
- ▶ População prisional inserida em atividade educacional
- ▶ População prisional inserida em atividade laboral (trabalhando)

DIRETRIZES

- ▶ Ampliar a oferta de ensino em suas diversas modalidades às pessoas privadas de liberdade, aos cumpridores de alternativas penais, monitorados eletronicamente e egressos do sistema prisional.
- ▶ Ampliar e modernizar as unidades penais e demais estruturas dos órgãos estaduais de justiça e segurança, bem como expandir e interiorizar as centrais integradas de alternativas penais e dos núcleos de monitoração eletrônica de pessoas.
- ▶ Fortalecer e ampliar estratégias que visem o aprimoramento e o desenvolvimento de trabalho e renda no sistema prisional.
- ▶ Ampliar e aperfeiçoar o acesso à saúde básica das pessoas privadas de liberdade, a fim de reduzir enfermidades e a mortalidade no sistema prisional.
- ▶ Promover programas de assistência à pessoa privada de liberdade, fortalecendo o vínculo e participação da família e sociedade.
- ▶ Promover políticas de atenção à mulher e grupos específicos, no âmbito do sistema prisional (LGBTQIA+, idosos, indígenas, estrangeiros, etc.).

OBJETIVO

Fortalecer ações integradas de segurança no trânsito, reduzindo o número de infrações e, conseqüentemente, os índices de acidentes com vítimas e/ou com danos materiais, com foco em motociclistas e jovens condutores, tendo em vista a garantia da segurança nas rodovias e vias públicas no Estado.

INDICADORES DE RESULTADO

- ▶ Taxa de óbitos no trânsito
- ▶ Taxa de óbitos no trânsito por motocicletas
- ▶ Taxa de óbitos de jovens no trânsito

DIRETRIZES

- ▶ Ampliar, em parceria com os órgãos estaduais e municipais competentes, ações de educação para o trânsito, inclusive no ambiente escolar, com ênfase nos motociclistas, pedestres e condutores de ciclomotores.
- ▶ Promover a integração entre órgãos federais, estaduais e municipais de segurança e de trânsito, no sentido de abranger e ampliar a fiscalização em todo o Estado do Piauí.
- ▶ Ampliar ações de regularização de condutores, de veículos automotores e empresas prestadoras de serviços no Estado.
- ▶ Ampliar e garantir a manutenção da sinalização viária vertical, horizontal, semafórica e de dispositivos auxiliares de segurança nas vias urbanas dos municípios piauienses.
- ▶ Fomentar a municipalização de trânsito nas cidades do Estado, com foco na regulamentação.

OBJETIVO

Ampliar e fortalecer as ações de segurança pública para prevenir e reduzir danos ao patrimônio e violência contra pessoas, com foco na violência de gênero, racial, étnica, religiosa, à pessoa idosa, crianças, adolescentes e pessoas com deficiência (PcD).

INDICADORES DE RESULTADO

- ▶ Taxa de feminicídio (a cada 100 mil mulheres)
- ▶ Taxa de homicídios da população negra e jovem (a cada 100 mil habitantes negros e jovens)
- ▶ Taxa de crimes violentos patrimoniais
- ▶ Taxa de Mortes Violentas Intencionais (MVI)

DIRETRIZES

- ▶ Priorizar a proteção à vida com foco na redução de Mortes Violentas Intencionais (MVI).
- ▶ Garantir a manutenção e ampliação dos programas sociais desenvolvidos pelos órgãos e unidades de segurança, contemplando as ações relacionadas à formação cidadã, projetos socioculturais e ações educativas.
- ▶ Fortalecer a atuação das Áreas Integradas de Segurança Pública (AISP) com inclusão de atividades de inteligência, investigações especializadas, atendimento a grupos vulnerabilizados e polícia científica.
- ▶ Ampliar, aparelhar e modernizar a infraestrutura física, tecnológica e processual das unidades de segurança pública, de forma a agilizar a resolução de demandas.
- ▶ Fortalecer e ampliar ações de policiamento ostensivo e preventivo.

OBJETIVO

Fortalecer as ações de combate às organizações criminosas, visando a desarticulação de redes ilícitas, a redução do tráfico de drogas, a criminalidade organizada e a garantia da segurança da população.

INDICADORES DE RESULTADO

- ▶ Quantidade de prisões da Delegacia de Repressão ao Crime Organizado (DRACO)
- ▶ Quantidade de prisões da Delegacia Especializada de Prevenção e Repressão a Entorpecentes (DEPRE)

DIRETRIZES

- ▶ Intensificar as operações integradas, preventivas, repressivas e de inteligência, com foco no enfrentamento das organizações criminosas.
- ▶ Aperfeiçoar os sistemas e os meios de denúncia para o enfrentamento do crime organizado, da corrupção e da lavagem de dinheiro.
- ▶ Estimular a articulação e a cooperação entre o sistema de inteligência da Segurança Pública, Justiça, Defesa Social e Trânsito, com os setores de inteligência da iniciativa privada, em conformidade com a legislação aplicável à proteção de dados.

OBJETIVO

Promover a valorização e o bem-estar dos profissionais de Segurança, Justiça, Defesa Social e Trânsito, visando à melhoria da qualidade de vida.

INDICADORES DE RESULTADO

- ▶ Taxa de adoecimento dos profissionais de Segurança, Justiça, Defesa Social e Trânsito
- ▶ Taxa de absenteísmo

DIRETRIZES

- ▶ Garantir a ampliação dos programas sociais de acesso à habitação, preparação para a aposentadoria e demais programas de educação financeira e incentivo a novos conhecimentos e habilidades.
- ▶ Promover capacitação continuada dos profissionais, bem como a preparação para a readaptação em eventuais ocupações na estrutura administrativa.
- ▶ Priorizar a saúde integral e assistência social aos agentes de segurança pública, bem como sua valorização pessoal.
- ▶ Ampliar os quadros efetivos dos órgãos que compõem o sistema de segurança, reduzindo o *déficit* de profissionais.

Multissetorial Temático



A questão da desigualdade social é tema amplamente debatido em todo o mundo e, a partir dele, buscam-se soluções para reduzir as diferenças e promover a inclusão de grupos vulneráveis. Diante disso, a redução das desigualdades é um dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, e o Piauí está comprometido com esse desafio. Exemplo disso é o *Plano Piauí 2030*, que apresenta conjunto de políticas voltadas para a redução das desigualdades.

A desigualdade social está relacionada com vários fatores, entre eles: a distribuição de renda, a segurança alimentar, a educação de qualidade e a igualdade de oportunidades – formando fenômeno complexo que se manifesta de diversas formas e, por isso, são necessárias múltiplas políticas na abordagem da questão. Assim, é compreensível que são inúmeros os desafios que o Piauí deve enfrentar para alcançar a sociedade mais inclusiva e justa, representando melhorias na qualidade de vida da população em situação de vulnerabilidade social, de modo a atingir as metas estabelecidas neste PPA.

Nesse sentido, o **Programa Piauí Inclusivo** prevê iniciativas para elevar a renda *per capita* de famílias, ações que promovam a igualdade de gênero, respeitando as diferenças étnico-raciais e sociais, políticas de geração de emprego etc. Para atingir esse resultado, temos o objetivo estratégico de “garantir direito à cidadania, com foco nas populações mais vulneráveis, resgatando a igualdade de oportunidades”, e como desafio estratégico a “redução da concentração de renda”, que tem como indicador de impacto o Índice de Gini.

Quanto ao índice de Gini, esse mede o grau de concentração de renda, variando numericamente de zero a um – quanto mais próximo a zero, representa menores níveis de desigualdade. No Piauí, houve redução expressiva da desigualdade social até o ano de 2020, quando o índice caiu para 0,474, menor que os números do Nordeste e do Brasil, e se estabelecendo abaixo da meta do PPA (2020-2023), que é 0,497. Contudo, devido à pandemia da COVID-19 e à crise econômica nacional, em 2021, o Estado registrou o coeficiente de 0,516.

A cobertura do *Programa Bolsa Família* no Piauí passou de 41,68% em 2020, para 48,23% em 2022, ainda distante da meta estabelecida para 2023, que é de 40%. Cabe ressaltar que, por mais que uma ampla cobertura assistencial represente a eficiência dos programas em resguardar tal população, esse dado também alerta para o número elevado de pessoas em situação de vulnerabilidade econômica no Estado.

Outro fator crucial na busca pela redução das desigualdades é a garantia de direitos humanos, com ênfase na inclusão social, na acessibilidade e na proteção social para os grupos mais vulneráveis, combatendo os casos de violações de direitos. Salienta-se, assim, a taxa de registros de injúria racial, que passou de 5,9 casos para cada 100 mil habitantes em 2020, para 7,4 casos para cada 100 mil habitantes em 2021. Quanto aos dados referentes à feminicídio, o Piauí, no ano de 2021, atingiu 2,22 casos por 100 mil mulheres residentes e, em 2022, registrou 1,44 feminicídios a cada 100 mil mulheres residentes.

Assim, o desafio continua e, para enfrentá-lo ao longo dos próximos 4 anos, o Estado formulou objetivos que enfatizam a promoção e a garantia de direitos, o desenvolvimento de políticas públicas voltadas às populações em situação de vulnerabilidade social, para a geração de trabalho, emprego e renda, assim como a inclusão social, a segurança alimentar, a prevenção do uso de drogas e ressocialização.

Logo, o empenho aqui feito é no sentido de que, até o final deste quadriênio, ocorra redução das desigualdades em todos os aspectos do cenário social, de modo a garantir a sociedade com mais equidade, por meio da promoção da inclusão social e a construção e a manutenção de programas de assistência social para a população em situação de vulnerabilidade social, tais como: LGBTQIA+, pessoa idosa, pessoa com deficiência, jovens, população negra, população em situação de rua, população carcerária, povos originários, comunidades tradicionais, mulheres, migrantes, catadores de material reciclável, população rural e povos de terreiro.

PÚBLICO DE INTERESSE

População em situação de vulnerabilidade social

UNIDADES GESTORAS

Coordenadoria da Juventude, Coordenadoria de Enfrentamento às Drogas e Fomento ao Lazer, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Inclusão da Pessoa com Deficiência e Secretaria de Mulheres.

OBJETIVO

Aprimorar a organização e gestão descentralizada do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, para aperfeiçoar a proteção social das populações vulneráveis.

INDICADORES DE RESULTADO

- ▶ Número de pessoas que recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC)
- ▶ Cobertura do Bolsa Família

DIRETRIZES

- ▶ Aprimorar o apoio financeiro aos municípios por meio do cofinanciamento dos serviços socioassistenciais do SUAS e acompanhar os municípios no cumprimento das normativas, prestando apoio técnico na implantação e organização dos serviços.
- ▶ Ampliar e aprimorar a educação permanente com base nos princípios e diretrizes da Política de Educação do SUAS, por meio da capacitação continuada e do acesso à informação.
- ▶ Fortalecer áreas estratégicas da gestão do SUAS, por meio da gestão do trabalho, da vigilância socioassistencial, da regulação do SUAS e das instâncias de controle social.
- ▶ Fortalecer a relação do SUAS de Garantia de Direitos (SGD) através de definições de atribuições.
- ▶ Implementar o atendimento da proteção especial no SUAS como enfrentamento às diversas formas de violência contra população vulnerável e grupos populacionais tradicionais específicos.
- ▶ Estimular e apoiar técnica e financeiramente Organizações da Sociedade Civil - OSCs na prestação de serviço de Assistência Social.
- ▶ Ampliar e aprimorar os serviços da rede SUAS para as pessoas com deficiência e idosos, garantindo o atendimento interdisciplinar.

OBJETIVO

Fortalecer e ampliar as políticas de geração de trabalho, emprego e renda voltadas para a qualificação, inserção e manutenção no mercado de trabalho, priorizando a população em situação de vulnerabilidade e risco social, respeitando suas pluralidades.

INDICADORES DE RESULTADO

- ▶ Taxa de desocupação
- ▶ Rendimento médio mensal real
- ▶ Taxa de informalidade
- ▶ Porcentagem de pessoas com deficiência inseridas no mercado formal de trabalho

DIRETRIZES

- ▶ Desenvolver iniciativas que estimulem a emancipação, autonomia e empoderamento das mulheres e suas pluralidades nas diversas áreas de atuação no mundo do trabalho.
- ▶ Promover ações para redução das desigualdades, da divisão sexual e étnico-racial do trabalho, por meio de programa de equidade de gênero, raça e diversidade.
- ▶ Desenvolver e garantir o acesso e a oferta de ações de qualificação profissional de acordo com a demanda do mercado e das vocações regionais e produtivas, incentivando o empreendedorismo e a economia solidária, com foco nos grupos: LGBTQIA+, pessoa idosa, pessoa com deficiência, jovens, população negra, população em situação de rua, população carcerária, povos originários, comunidades tradicionais, mulheres, migrantes, catadores de material reciclável, população rural e povos de terreiro.
- ▶ Aprimorar e ampliar a disponibilidade dos serviços de intermediação de mão de obra, por meio do fortalecimento da gestão do Sistema Nacional de Emprego, contribuindo com a inserção do trabalhador no mercado de trabalho, de maneira acessível e inclusiva, reduzindo o tempo entre a oferta e a procura.
- ▶ Fortalecer a Economia Solidária como alternativa de enfrentamento à pobreza, na geração de trabalho e renda e na promoção do desenvolvimento sustentável.
- ▶ Promover ações que priorizam o desenvolvimento integral das juventudes, a participação ativa nos espaços decisórios, no mundo do trabalho e nos processos de transformação digital.
- ▶ Garantir a inclusão das famílias vulneráveis no Cadastro Único e no Programa Bolsa Família e BPC.

OBJETIVO

Promover e garantir direitos humanos, inclusão social e acessibilidade para a população em situação de vulnerabilidade, assegurando proteção social básica e especial.

INDICADORES DE RESULTADO

- ▶ Taxa de registro de injúria racial
- ▶ Taxa de registro de racismo
- ▶ Taxa de registro de homicídio doloso LGBTQIA+
- ▶ Número de famílias de comunidades tradicionais inscritas no CadÚnico

DIRETRIZES

- ▶ Fortalecer o controle social por meio do estímulo à implantação e qualificação dos conselhos e outros mecanismos de direitos, com foco nos grupos: pessoa idosa, mulheres, pessoa com deficiência, jovens, LGBTQIA+, população negra e demais populações vulneráveis.
- ▶ Fortalecer e estruturar a rede de proteção social e integral de todas as populações vulneráveis, por meio da regionalização das unidades de acolhimento.
- ▶ Descentralizar o atendimento de unidades socioassistenciais e socioeducativas nos territórios do Estado.
- ▶ Fortalecer o controle social por meio do estímulo da implantação e qualificação dos conselhos e outros mecanismos de direitos: idoso, mulheres, pessoas com deficiência, juventude, LGBTQIA+, pessoas negras e demais populações vulneráveis.
- ▶ Reduzir, por meio de ações, as diversas formas de violência e violação de direitos humanos praticados contra as populações vulneráveis, LGBTQIA+, pessoa idosa, pessoa com deficiência, criança e adolescente, jovens, população negra, população em situação de rua, população carcerária, povos originários, comunidades tradicionais, povos de terreiro, mulheres, migrantes e população do campo.
- ▶ Ampliar e reestruturar serviços especializados de atendimento e enfrentamento às diversas formas de violência contra mulheres, criança e adolescente, jovens, LGBTQIA+, pessoa idosa, população negra, populações tradicionais e demais grupos vulneráveis, por meio da política de assistência social e direitos humanos.
- ▶ Garantir a acessibilidade arquitetônica, tecnológica e de mobilidade à pessoa com deficiência e mobilidade reduzida, em todo o Estado.
- ▶ Promover a autonomia, o protagonismo e o empoderamento da pessoa idosa, desmistificando os estigmas relacionados ao etarismo.
- ▶ Promover ações de desenvolvimento infantil integral na Primeira Infância, de modo a fortalecer as famílias no exercício de sua função de cuidado e educação de seus filhos, priorizando as necessidades específicas das populações negras, quilombolas e indígenas.
- ▶ Promover a integração das políticas públicas, assegurando os direitos sociais da pessoa com deficiência e com mobilidade reduzida.

OBJETIVO

Contribuir com a inclusão de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e risco social para acessar bens e serviços socioassistenciais.

INDICADORES DE RESULTADO

- ▶ Pessoas em situação de extrema pobreza (rendimento de R\$ 0,00 a R\$ 89,00)
- ▶ Pessoas em situação de pobreza (rendimento de R\$ 89,01 a R\$ 178,00)

DIRETRIZES

- ▶ Promover a inclusão das famílias não assistidas na rede de proteção social.
- ▶ Promover o acesso à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, pobreza extrema e vulnerabilidade social.
- ▶ Criar e manter Centros de Referência destinados ao acesso à cultura, esporte, lazer e profissionalização para as populações vulneráveis.
- ▶ Fortalecer o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional- SISAN.
- ▶ Fortalecer os programas estaduais de transferências de renda.

OBJETIVO

Implementar políticas intersetoriais de prevenção e enfrentamento ao uso excessivo de álcool, drogas lícitas e ilícitas, visando reduzir os danos e melhorar a qualidade de vida para as pessoas, famílias e comunidades.

INDICADORES DE RESULTADO

- ▶ Taxa de morbidade hospitalar do SUS (Transtornos mentais e comportamentais devido ao uso de álcool)
- ▶ Taxa de morbidade hospitalar do SUS (Transtornos mentais e comportamentais devido ao uso de outras substâncias psicoativas)

DIRETRIZES

- ▶ Fortalecer a Rede de Atenção Psicossocial, com ênfase na prevenção, enfrentamento e redução de danos à dependência de álcool, drogas lícitas e ilícitas.
- ▶ Promover a ressocialização da pessoa com dependência química e em conflito com a lei, com foco nos jovens e adolescentes, por meio do acesso à educação, geração de renda, empreendedorismo e demais políticas públicas que priorizem desenvolvimento intelectual e social.
- ▶ Ampliar ações de prevenção primária às drogas, fomentando os projetos voltados à vida saudável nas escolas.

Multissetorial Temático



O Piauí é um Estado de grandes extensões, logo a integração dos Territórios de Desenvolvimento é essencial para a melhoria da qualidade de vida dos piauienses e para a geração de competitividade para os pequenos e os grandes negócios. Por isso, temos feito grandes investimentos em modais, que proporcionam melhoria na mobilidade de pessoas, no escoamento da produção, na geração e na distribuição de energia elétrica limpa, e no saneamento básico ambiental.

Segundo o *Ranking* de Competitividade dos Estados, realizado pelo Centro de Liderança Pública (CLP), o Piauí avançou duas posições em relação ao ano de 2021 no desempenho da infraestrutura. A qualidade das rodovias e dos serviços de telecomunicações foram os indicadores que tiveram crescimento considerável, avançando onze e quatorze posições, respectivamente, ambos atingindo o 6º lugar do *ranking* nacional.

O Estado tem trabalhado para expandir o acesso à energia elétrica, tornando-a livre de oscilações e interrupções, e a custos acessíveis. Para isso, tem avançado na exploração de energias renováveis, como energia solar, eólica e exploração do hidrogênio verde. Atualmente, o Piauí possui o maior parque eólico em operação na América Latina, o Complexo Lagoa dos Ventos, localizado nos municípios de Lagoa do Barro do Piauí, Queimada Nova e Dom Inocêncio, abrangendo os Territórios Serra da Capivara e Chapada Vale do Rio Itaim. O parque conta com 230 turbinas em atividade, o que faz do Piauí o Estado brasileiro que mais cresceu na geração de energia eólica do país em 2022, com o aumento de 24,85%, tendo,

atualmente, a capacidade de produção de 3.527,25 MW em operação, segundo dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Além da energia eólica, a energia solar é outro grande potencial do Piauí. De acordo com dados da ANEEL, o terceiro Estado do país que mais produz energia solar é o Piauí, com a potência outorgada de 1.500,00 MW, e possuindo 28 empreendimentos em construção, os quais têm potencial de dobrar a capacidade de potência outorgada do Estado. Hoje, no município de São Gonçalo do Gurgueia, no Território da Chapada das Mangabeiras, encontra-se o maior parque solar em operação da América Latina, possuindo ao todo 2,2 milhões de painéis solares.

Outro grande potencial é o Hidrogênio Verde – H2V. Segundo a Associação Brasileira de Hidrogênio (ABH2), o Piauí possui grande capacidade para desenvolver esse tipo de combustível, por ser grande produtor de energias renováveis que são a base para a produção do combustível.

O avanço de outros serviços de infraestrutura, como rede de distribuição de água, tratamento de esgoto e coleta de águas pluviais, em regiões ainda carentes dessas estruturas é de extrema importância para o desenvolvimento socioeconômico do Estado. O Piauí tem avançado, significativamente, na distribuição adequada de água em todo seu território, sendo o Estado do Nordeste com maior e melhor índice de abastecimento de água. Conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), 91,50% dos domicílios do Estado contam com abastecimento de água ininterrupto. Isso impacta diretamente na saúde da população, pois a ingestão de água contaminada pode desencadear uma série de doenças de veiculação hídrica que não só afastam crianças e adolescentes da escola e profissionais do trabalho, como também podem levar à morte.

O Piauí vem prosperando nos modais de transporte ao longo dos anos, e grandes investimentos estão sendo capitalizados para essa área, propiciando cenário positivo para o Estado. Vale destacar, ainda, as externalidades positivas resultantes do avanço na qualidade e na quantidade de nossas rodovias, e ferrovias para o escoamento da produção e a geração de emprego e renda.

De modo geral, o **Programa Piauí Integrado** propõe, ao longo destes quatro anos, expandir e assegurar o acesso à água e ao saneamento básico dos municípios do Estado, ampliar os modais de transporte e as ações de mobilidade urbana por meio de infraestruturas físicas e tecnológicas, além de potencializar o uso sustentável de energias renováveis e garantir infraestrutura necessária para redução do *déficit* habitacional e integrar os Territórios de Desenvolvimento, melhorando a qualidade de vida do piauiense e gerando competitividade para os pequenos e os grandes negócios mediante investimentos nos modais prioritários para mobilidade de pessoas e do escoamento da produção, para a geração e a distribuição de energia elétrica limpa, e para o saneamento básico ambiental, sendo o Estado brasileiro reconhecido pela excelência dos serviços públicos.

Tendo em vista isso, o Piauí tem o horizonte positivo para os próximos quatro anos a partir de grandes oportunidades e investimentos em eixos fundamentais do Estado, entre eles, a infraestrutura. Concomitantemente, essa série de investimentos irá atrair recursos privados para o Estado, fomentando diversas áreas da economia indiretamente. Por fim, essa série de investimentos em infraestrutura no Estado e a atração de recursos privados possibilitarão atender os interesses da sociedade, crescimento econômico inclusivo e sustentável do Estado e redução das desigualdades.

PÚBLICO DE INTERESSE

Contribuintes, Servidores e Sociedade Piauiense

UNIDADES GESTORAS

Agência de Desenvolvimento Habitacional, Companhia Ferroviária e de Logística Do Piauí, Departamento de Estradas e Rodagens, Instituto de Águas e Esgotos do Piauí, Instituto de Desenvolvimento do Piauí, Secretaria das Cidades, Secretaria de Estado da Infraestrutura, Secretaria de Estado dos Transportes.

OBJETIVO

Ampliar, melhorar e monitorar as ações de mobilidade urbana e rural no Estado, de acordo com as potencialidades socioeconômicas de cada território do desenvolvimento.

INDICADORES DE RESULTADO

- ▶ Índice de interiorização da malha rodoviária estadual pavimentada

DIRETRIZES

- ▶ Fomentar, ampliar a mobilidade urbana e rural por meio da otimização de infraestruturas adequadas e com acessibilidade.
- ▶ Fomentar, ampliar a mobilidade urbana e rural por meio da otimização dos serviços de transporte adequados e com acessibilidade.
- ▶ Implementar e otimizar o sistema metroviário do Estado, por meio de infraestrutura física e tecnológica.
- ▶ Promover a integração dos modais de mobilidade em todo o Estado, por meio de infraestrutura física e tecnológica.

OBJETIVO

Expandir e assegurar o acesso ao saneamento básico no Estado, em consonância com as normas nacionais e da Organização Mundial de Saúde (OMS), com ênfase na sustentabilidade ambiental.

INDICADORES DE RESULTADO

- ▶ Porcentagem de domicílios com banheiro de uso exclusivo
- ▶ Porcentagem de municípios que não possuem sistema de drenagem

DIRETRIZES

- ▶ Implementar e ampliar módulos sanitários nas zonas urbanas e rurais do Estado.
- ▶ Implantar, ampliar e melhorar a infraestrutura e a qualidade dos serviços de abastecimento d'água dos municípios do Estado, com ênfase na sustentabilidade ambiental.
- ▶ Dotar o Estado e os municípios de planos de saneamento básico.
- ▶ Implantar, ampliar e otimizar os sistemas de esgotamento sanitário dos municípios do Estado.
- ▶ Implementar, ampliar e restaurar infraestrutura de microdrenagens e macrodrenagens nas áreas prioritárias do Estado.
- ▶ Ampliar e implementar políticas de aproveitamento de resíduos sólidos.

OBJETIVO

Implantar, ampliar, restaurar e conservar os modais rodoviário, ferroviário, hidroviário, portuário e aeroviário para o desenvolvimento econômico e social do Estado.

INDICADORES DE RESULTADO

- ▶ Qualidade das rodovias pavimentadas (ÓTIMO, BOM, REGULAR, RUIM E PÉSSIMO)

DIRETRIZES

- ▶ Ampliar e modernizar a malha ferroviária por meio de investimentos em infraestrutura física e tecnológica.
- ▶ Ampliar e modernizar a malha rodoviária por meio de investimentos em infraestrutura física e tecnológica.
- ▶ Estruturar, ampliar e monitorar o modal aeroviário do Estado.
- ▶ Fomentar o desenvolvimento portuário e hidroviário do Estado.
- ▶ Fortalecer o monitoramento em tempo real dos modais rodoviário, ferroviário, hidroviário, portuário e aeroviário do Estado.
- ▶ Elaborar e implementar o plano diretor e o plano de gestão da malha rodoviária estadual.
- ▶ Fortalecer o Programa Estradas Seguras, visando a manutenção da malha rodoviária estadual.
- ▶ Desenvolver um sistema de gestão de informação, contemplando todos os modais em uso no Estado.

OBJETIVO

Garantir a infraestrutura adequada e a regularização fundiária de unidades habitacionais para reduzir o *déficit* habitacional do Estado do Piauí.

INDICADORES DE RESULTADO

- ▶ *Déficit* habitacional

DIRETRIZES

- ▶ Promover a regularização e averbação fundiária de unidades habitacionais.
- ▶ Promover melhorias de unidades habitacionais de interesse social.
- ▶ Desenvolver projetos de construção de unidades habitacionais e urbanização com inclusão socioeconômica.
- ▶ Converter áreas degradadas e abandonadas em espaços habitacionais adequados para a população de baixa renda, por meio de ações de requalificação.

OBJETIVO

Potencializar o uso sustentável de energias renováveis do Estado, visando ao desenvolvimento socioeconômico aliado à transição energética.

INDICADORES DE RESULTADO

- ▶ Participação das fontes energéticas, de matriz não convencional, na geração de energia elétrica no Piauí
- ▶ Capacidade de energia instalada no Estado - Energia Eólica
- ▶ Capacidade de energia instalada no Estado - Energia Solar

DIRETRIZES

- ▶ Fomentar a busca por soluções inovadoras que permitam inserção de comunidades rurais e urbanas piauienses à energia elétrica renovável.
- ▶ Fomentar a infraestrutura necessária para ampliar as potencialidades de energias renováveis do Estado.
- ▶ Investir e fortalecer a exploração do hidrogênio verde do Estado, por meio da logística e infraestrutura necessária.

OBJETIVO

Reduzir a vulnerabilidade e fortalecer a resiliência da população do Estado às secas e escassez de água, melhorando as condições de saúde e qualidade de vida por meio de soluções de abastecimento de água.

INDICADORES DE RESULTADO

- ▶ Proporção de domicílios com rede geral de distribuição de água como principal forma de abastecimento de água na Zona Rural do Piauí
- ▶ Variação do número de ocorrências de doenças de veiculação hídrica

DIRETRIZES

- ▶ Implementar ações direcionadas aos recursos hídricos possibilitando a construção e/ou ampliação de novas estruturas.
- ▶ Promover o uso múltiplo e de qualidade dos recursos hídricos.
- ▶ Ampliar e melhorar sistemas de armazenamento e distribuição de água, por meio do uso de tecnologias eficientes de captação, armazenamento e distribuição de água, visando a redução do desperdício e o aumento da eficiência hídrica.
- ▶ Promover o reuso das águas por meio de políticas de conscientização.
- ▶ Criar e implementar projetos de aproveitamento de águas pluviais.

Multissetorial Temático



O **Programa Avança Piauí** integra políticas para o desenvolvimento econômico, as quais desempenham papel fundamental na promoção do crescimento sustentável, na redução da pobreza e na melhoria da qualidade de vida das pessoas. Essas políticas estão alinhadas com o ODS-8, que tem como desafio a promoção do trabalho, do emprego, da renda e do crescimento econômico.

Segundo estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV), o Piauí ocupa o nono lugar entre os 27 estados brasileiros na taxa média de crescimento anual do PIB de 1985 a 2019, com o percentual de 3,4%. Ainda de acordo com esse estudo, o Piauí teve o maior crescimento do PIB do Nordeste nesse período. Essa trajetória mostra o esforço contínuo do Estado em fortalecer sua economia e atingir o desenvolvimento sustentável em todas as áreas.

Os setores que se destacam são a agropecuária, a indústria, os serviços e o comércio, sendo a agropecuária um dos pilares fundamentais da economia piauiense. Para fortalecer esse setor, o Estado objetiva ampliar investimentos em tecnologia, pesquisa e infraestrutura, visando aumentar a produtividade no campo e estimular a produção de grãos, frutas, hortaliças e a pecuária.

Além disso, o Estado busca ampliar o investimento na exploração de fontes renováveis de energia, como as energias eólica e solar, com vistas a consolidar-se como uma das principais referências na produção de energia limpa no país. Entre 2021 e 2022, o Piauí cresceu 25,7% em geração de energias renováveis, o posicionando-o na segunda colocação nesse quesito dentre os estados brasileiros.

O turismo também é considerado como importante instrumento de desenvolvimento econômico e social, com potencial para gerar empregos, renda e receitas públicas. O Piauí

conta com 40 municípios no mapa do turismo e pretende aumentar esse número até 2027. O Estado é destino atrativo para visitantes de diferentes lugares por sua diversidade cultural, histórica e natural, incluindo parques nacionais, riquezas arqueológicas e festas tradicionais.

Além disso, o incentivo ao empreendedorismo e à inovação também tem sido a prioridade para fomentar a atração de investimentos e o crescimento das pequenas e médias empresas no Piauí. O programa contempla ações para ampliação, diversificação e facilitação do acesso ao crédito; implantação de parques empresariais e tecnológicos; fortalecimento e ampliação da infraestrutura e capacitação profissional; fomento ao empreendedorismo tanto em áreas rurais como urbanas; promoção ao crescimento do associativismo e do cooperativismo, dentre outras. Essas são algumas políticas contempladas por este programa para fortalecer o setor empresarial, estimular o surgimento de novos negócios e gerar maior renda tanto para o pequeno produtor rural quanto para o empreendedor urbano.

No âmbito do incentivo à pesquisa, à inovação e à tecnologia, o Estado visa implementar políticas para impulsionar a produção de conhecimento e a inovação em diversos setores da economia. Isso ocorre, dentre outras maneiras, através da oferta de bolsas de estudos para apoiar estudantes de graduação e pós-graduação em suas formações acadêmicas e científicas, valorizando e qualificando os recursos humanos do Estado.

Embora haja avanços, o Piauí ainda enfrenta grandes desafios para impulsionar o seu crescimento econômico. Portanto, o esforço aqui é direcionado para que, ao final desse quadriênio, as ações tomadas nos mais diversos setores de empreendedorismo reflita em melhora da qualidade de vida da população.

PÚBLICO DE INTERESSE

Micro e Pequenas Empresas, Empreendedores, Consumidores e Pesquisadores.

UNIDADES GESTORAS

Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Secretaria do Turismo, Secretaria Estadual de Mineração, Petróleo e Energias Renováveis, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí, Agência de Fomento e Desenvolvimento do Estado do Piauí S.A, Instituto de Metrologia do Estado do Piauí, Agência de Atração de Investimento Estratégicos do Piauí; Junta Comercial do Estado do Piauí, Companhia Administradora da Zona de Processamento de Exportação de Parnaíba.

OBJETIVO

Ampliar a atração de investimentos nos setores do agronegócio, mineração, indústria, comércio e serviços, com foco na geração de emprego e renda e no desenvolvimento econômico sustentável do Estado.

INDICADORES DE RESULTADO

- ▶ Taxa de participação do Piauí na geração de energia renovável de matriz não convencional
- ▶ Participação do PIB do Estado do Piauí em relação ao PIB do Brasil
- ▶ Participação do PIB do Estado do Piauí em relação ao PIB do Nordeste
- ▶ Participação das atividades no VAB do Piauí por subsetor (Indústria, Serviços e Agropecuária)

DIRETRIZES

- ▶ Implantar e estruturar parques empresariais e tecnológicos no Estado do Piauí.
- ▶ Diversificar, ampliar e aprimorar o acesso ao crédito em todo o Estado.
- ▶ Ampliar e fortalecer a infraestrutura do Estado.
- ▶ Intensificar e ampliar parcerias público-privadas como um instrumento indutor do desenvolvimento econômico do Estado.
- ▶ Estimular a ampliação de energia de fontes renováveis, da exploração mineral e do gás natural.

OBJETIVO

Fomentar a inovação, o desenvolvimento científico e tecnológico no Estado, para promover ganhos na produção e no bem-estar social, bem como na geração de emprego e renda.

INDICADORES DE RESULTADO

- ▶ Nível de ocupação
- ▶ Gasto público em C&T (ciência e tecnologia)
- ▶ Número de empresas assistidas pelo fomento à pesquisa

DIRETRIZES

- ▶ Apoiar o desenvolvimento da cultura empreendedora, por meio da elaboração de projetos e atividades, considerando as potencialidades do Estado.
- ▶ Promover a qualificação de recursos humanos, com vistas a atender as demandas do mercado de trabalho.
- ▶ Identificar e apoiar projetos inovadores por meio de parcerias entre instituições de ensino superior, de pesquisa, do Sistema S e instituições internacionais.
- ▶ Fomentar e apoiar a divulgação e produção de atividades de pesquisa científica, tecnológica e de inovação, em diversas áreas do conhecimento.

OBJETIVO

Promover um ambiente de negócios favorável à atração e manutenção de investimentos, e assegurar a qualidade dos produtos em circulação para a sociedade piauiense.

INDICADORES DE RESULTADO

- ▶ Tempo médio para abertura de empresas
- ▶ Taxa de informalidade
- ▶ Participação do Piauí nas exportações do Brasil
- ▶ Grau de Abertura (Importação + Exportação / PIB)

DIRETRIZES

- ▶ Apoiar o desenvolvimento da cultura empreendedora do Estado, por meio de ações de incubação.
- ▶ Fortalecer e aprimorar a integração entre as entidades inseridas no processo de registro empresarial no Estado.
- ▶ Simplificar, ampliar e modernizar o acesso aos procedimentos referentes ao Registro Empresarial, zelando pela segurança jurídica e proteção dos dados.
- ▶ Promover o controle da qualidade dos produtos do Estado.

OBJETIVO

Promover e fortalecer o desenvolvimento do turismo de forma sustentável e inclusiva, estimulando a criação e difusão dos produtos e destinos do Piauí.

INDICADORES DE RESULTADO

- ▶ Distribuição percentual dos gastos totais nas UF de destino
- ▶ Distribuição percentual das viagens nacionais realizadas pelos domicílios

DIRETRIZES

- ▶ Realizar ações de promoção e valorização dos polos turísticos do Estado, com divulgação nacional e internacional, e cooperação entre setores públicos e privados.
- ▶ Ampliar e fortalecer a infraestrutura turística em todo o Estado.
- ▶ Fomentar estudos, pesquisas e qualificação da cadeia turística do Estado.
- ▶ Ampliar linhas de crédito destinadas às cadeias turísticas do Estado.
- ▶ Fortalecer a produção e comercialização de produtos locais, valorizando o artesanato nos polos turísticos do Estado.
- ▶ Fomentar e fortalecer o turismo de base comunitária (Turismo Criativo) com sustentabilidade ambiental.
- ▶ Promover aos alunos da rede pública estadual acesso aos destinos turísticos do Piauí, por meio de programa de turismo escolar.

Multissetorial Temático



O **Programa Piauí Produtivo** visa reforçar o papel do Estado como indutor do desenvolvimento econômico, promovendo o adensamento das cadeias produtivas em conjunto do fortalecimento do agronegócio e da agricultura familiar. Essas políticas estão alinhadas com o ODS-8, que tem como desafio a promoção do trabalho, do emprego, da renda e do crescimento econômico.

Segundo o Censo Agropecuário/IBGE (2017), o Piauí possui 518.540 pessoas ocupadas em estabelecimentos da agricultura familiar no Piauí (449.313 trabalhadores com laços de parentesco com o produtor, 8.395 trabalhadores permanentes sem laços de parentesco com o produtor e 60.832 trabalhadores temporários sem laços de parentesco com o produtor). No Estado, 80,3% desses estabelecimentos e 38,6% das áreas ocupadas são com atividades agropecuárias ligadas à agricultura familiar, fazendo do Piauí o 4º Estado do Nordeste e 8º do país em ocupação com atividades desenvolvidas por esse tipo de agricultura. Isso mostra a importância dessa modalidade de produção no Piauí para a produção de alimentos, na ocupação da população nas diversas atividades que compõem esses núcleos familiares rurais e para a geração de riqueza.

Para fortalecer a agricultura familiar no Piauí, é fundamental implementar políticas que facilitem o acesso ao crédito, insumos e equipamentos agrícolas, bem como o acesso à água de qualidade, à infraestrutura básica e aos diversos mercados. Essas melhorias são essenciais para que a agricultura familiar possa elevar a qualidade de sua produção e atender às demandas dos mercados mais exigentes.

Para o quadriênio, o Governo prevê mais investimentos em ações que promovam a qualidade de vida e a melhoria de renda da população rural, garantindo segurança fundiária dos agricultores e o impulsionamento da economia piauiense. A regularização fundiária é um procedimento que contribui para a geração de emprego e renda no meio rural, dando maior segurança jurídica, infraestrutura social e produtiva às famílias. Essa política busca garantir e ampliar o acesso ao crédito e às inovações tecnológicas nos meios produtivos, permitindo a adoção de técnicas modernas e sustentáveis de produção e a implantação e ampliação de serviços de assistência técnica e extensão rural (ATER), proporcionando o crescimento da produção com maior qualidade e a difusão de conhecimento através de parcerias que envolvam o poder público, a sociedade civil, as empresas e os municípios.

O fortalecimento do agronegócio também é uma política fundamental para o Estado. Segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) de 2022, esse foi o setor que mais gerou empregos, registrando o aumento de 16,09% no estoque de empregos, enquanto a média dos setores agrupados ficou com 5,55%. Não obstante, o PIB agropecuário é o que tem maior crescimento nos últimos anos, chegando a 11,27% em 2020, demonstrando o potencial do Estado na produção animal e vegetal. A sanidade animal e vegetal é condição para garantir bem-estar, saúde, higiene e salubridade da produção, e qualidade e segurança na alimentação dos piauienses. Nesse sentido, a proteção agropecuária tem papel central na garantia da qualidade e da certificação dos produtos, bem como na devida orientação ao produtor rural quanto ao uso de agrotóxicos e defensivos agrícolas.

Dessa forma, o **Programa Piauí Produtivo** busca ao longo do quadriênio ampliar as ações de assistência técnica e extensão rural para as agricultoras e agricultores piauienses, melhorando a infraestrutura no campo, garantindo a sanidade vegetal e animal e expandindo a agropecuária, visando à oportunidade de mais trabalho e renda à população, respeitando as diversidades e as especificidades regionais.

PÚBLICO DE INTERESSE

Agricultores familiares e a sociedade em geral

UNIDADES GESTORAS

Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Piauí, Instituto de Terras do Piauí, Secretaria da Assistência Técnica e Defesa Agropecuária, Secretaria da Agricultura Familiar, Secretaria do Agronegócio e Empreendedorismo Rural, Secretaria da Irrigação e Infraestrutura Hídrica

OBJETIVO

Promover a sanidade animal, vegetal e a produção segura de alimentos, garantindo a proteção e a competitividade da agropecuária piauiense, bem como o acesso seguro e de qualidade dos produtos ao mercado consumidor.

INDICADORES DE RESULTADO

- ▶ Taxa de participação no efetivo dos rebanhos
- ▶ Propriedades fiscalizadas
- ▶ Percentual de melhoramento genético do rebanho (bovino/caprino/ovino/suíno) para pequenos e médios produtores do Estado do Piauí

DIRETRIZES

- ▶ Prevenir e controlar as doenças em animais com base nas normas zootossanitárias, visando o fortalecimento da agropecuária piauiense.
- ▶ Prevenir e controlar as pragas capazes de provocar danos à agricultura e seus produtos no Estado.
- ▶ Ampliar a Educação Sanitária aos produtores rurais e à sociedade.
- ▶ Fortalecer o controle em estabelecimentos, veículos e em produtos de origem animal e vegetal no Estado do Piauí.
- ▶ Assegurar a oferta de alimentos saudáveis e seguros à população, ampliando a certificação da produção animal e vegetal da agricultura familiar e agroindústria piauiense.

OBJETIVO

Ampliar o acesso dos agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais aos serviços permanentes e de qualidade da assistência técnica e extensão rural (ATER) para o fortalecimento da produtividade e da produção de alimentos saudáveis, proporcionando ampliação da renda, emancipação das famílias do campo, das águas e das florestas, e inclusão socioeconômica.

INDICADORES DE RESULTADO

- ▶ Valor das Aquisições da Agricultura Familiar para o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) nas instituições de ensino estadual do Piauí
- ▶ Percentual das Aquisições da Agricultura Familiar para o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) nas instituições de ensino estadual do Piauí
- ▶ Agricultores familiares atendidos com assistência técnica e extensão rural (ATER)

DIRETRIZES

- ▶ Fortalecer a relação com empresas, organizações da sociedade civil e municípios, ampliando o acesso aos serviços de assistência técnica e extensão rural à agricultura familiar em todo o Estado.
- ▶ Expandir a agroecologia na produção de alimentos saudáveis na agricultura familiar do Estado.
- ▶ Difundir as tecnologias sociais e as metodologias de convivência com o semiárido e cerrados como estratégias de produção de alimentos saudáveis e sucessão rural.
- ▶ Adequar os serviços públicos de assistência técnica e extensão rural por meio da inovação tecnológica, estruturação, territorialização e modernização da instituição oficial de ATER.
- ▶ Desenvolver habilidades e capacidades com a implantação de processo de formação com abrangência para técnicos, gestores, agricultores familiares, pequenos e médios produtores com foco no aprimoramento dos serviços de ATER.

OBJETIVO

Ampliar o acesso à terra, à água e à infraestrutura para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental da agricultura familiar, respeitando os biomas existentes.

INDICADORES DE RESULTADO

- ▶ Número de projetos financiados/implantados pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário (Total)
- ▶ Variação do número de agricultores familiares com acesso à terra pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNFC)
- ▶ Percentual da população rural atendida com abastecimento de água tratada
- ▶ Percentual de agricultores familiares em situação de extrema pobreza

DIRETRIZES

- ▶ Garantir a aquisição de terras por intermédio de programas e projetos de regularização fundiária.
- ▶ Estimular o processo de produção agropecuária com o uso de energias renováveis, garantindo fornecimento de energia de qualidade no meio rural.
- ▶ Garantir o acesso à água de qualidade para consumo humano e de produção com o uso das tecnologias apropriadas.
- ▶ Assegurar a regularização fundiária de terras, priorizando povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares.
- ▶ Fortalecer e ampliar a infraestrutura e as tecnologias de irrigação no meio rural com foco nos aspectos sociais, econômicos e ambientais.

OBJETIVO

Aumentar a produção, a produtividade, a diversidade de produtos da agropecuária e do extrativismo e o acesso ao mercado, visando à sustentabilidade, a promoção da igualdade de gênero, geração, raça e etnia, a segurança alimentar e o aumento da renda.

INDICADORES DE RESULTADO

- ▶ Taxa de participação na produção de produtos de origem animal
- ▶ Taxa de participação no valor da produção de produtos de origem animal
- ▶ Taxa de produção agrícola
- ▶ Número de agricultores familiares com acesso ao mercado institucional - Programa Alimento Seguro (PAS) e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

DIRETRIZES

- ▶ Ampliar a produção e produtividade do setor agropecuário por meio do acesso às tecnologias adaptadas à agricultura familiar e à realidade dos territórios.
- ▶ Ampliar a agroindustrialização da agricultura familiar por meio do acesso ao investimento em estrutura de beneficiamento, inovação tecnológica e certificação, com foco na inclusão social e econômica dos agricultores familiares.
- ▶ Fortalecer a base produtiva da agricultura familiar por meio da economia solidária, cooperativismo, associativismo e o empreendedorismo.
- ▶ Ampliar o acesso ao crédito rural e projetos produtivos com foco no desenvolvimento da agropecuária piauiense.
- ▶ Fortalecer os canais de comercialização da produção da agricultura familiar por meio da ampliação da aquisição dos seus produtos por parte do Estado e de instituições privadas.
- ▶ Ampliar a atração de investimentos no agronegócio piauiense por meio do aprimoramento de programas de incentivo e infraestrutura, tornando-o mais competitivo e sustentável.

OBJETIVO

Ampliar a produção, a produtividade e a diversidade de produtos agroindustriais, dando suporte à infraestrutura para empreendimentos do agronegócio.

INDICADORES DE RESULTADO

- ▶ Participação da agropecuária no Valor Adicionado Bruto

DIRETRIZES

- ▶ Implantar e ampliar a infraestrutura para o fortalecimento da produção e produtividade do agronegócio no Estado.
- ▶ Garantir a aquisição de terras por intermédio de programas e projetos de regularização fundiária.
- ▶ Ampliar a rede de capacitação técnica e a difusão de conhecimento e novas tecnologias voltadas para o setor agroindustrial.

Multissetorial Temático



O **Programa Piauí Verde** visa fortalecer o desenvolvimento sustentável, estruturado em políticas de promoção, preservação, restauração e recuperação do meio ambiente, alinhando-se aos ODS, diretamente relacionado aos ODS 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável), ODS 6 (água potável e saneamento), ODS 11 (cidades e comunidades sustentáveis), ODS 12 (consumo e produção responsáveis), ODS 13 (ação contra a mudança global do clima), ODS 14 (vida na água) e ODS 15 (vida terrestre), bem como a Visão de Futuro do Piauí 2030, além de levar em consideração o que preceitua o objetivo e o desafio estratégico: a escassez dos recursos hídricos, a oferta de água potável e a conservação dos recursos hídricos.

O Piauí tem buscado ações concretas de enfrentamento para esta situação, como a consecução de obras estruturantes para ampliação e oferta de água potável, uma vez que o acesso a esse bem é fundamental para a vida e o desenvolvimento econômico da região. Em 2018, 75,9% de sua população tinha acesso a esse recurso. Em 2021, esse índice subiu para 78,3%. Os dados demonstram que o Estado conseguiu avançar na cobertura de abastecimento de água ao longo dos anos, superando o percentual da Região Nordeste, que em 2021 representava 74,7% (SNIS, 2022). Quanto ao índice hidrométrico (m^3/ano), que avalia a fração percentual de ligações residenciais ativas, segundo a SNIS (2022), constatou-se que o Piauí, em 2021, possui índice hidrométrico (90,1%) maior do que a Região Nordeste e menor do que o nacional, registrando 87,2% e 91,5%, respectivamente.

Entre as várias atividades ocorridas no Estado, é necessário apontar que o crescimento populacional, urbano e econômico, tanto no que concerne às atividades extensivas como

agricultura, pecuária, exploração mineral e florestal, como àquelas ligadas aos grandes empreendimentos piauienses, seja realizado em consonância com às políticas de proteção e conservação ambiental, principalmente quanto ao índice de desmatamento da vegetação nativa no Estado.

Com relação à emissão de CO₂ no ambiente, segundo a SEEG (2021), as atividades agropecuárias e as mudanças nos usos da terra e das florestas foram responsáveis pela liberação de milhões de toneladas no meio ambiente. O Piauí tem trabalhado incessantemente para a redução dessas emissões na atmosfera, sobretudo na diminuição das mudanças no uso da terra, ocasionando a minimização da liberação desse gás, pois em 2021 houve a redução na emissão em torno de 15 milhões de toneladas.

No que concerne às queimadas, observou-se que, entre 2021 e 2022, a taxa variou negativamente em -11,60%. Isso mostra a preocupação do Estado em enfrentar o problema de forma estratégica, buscando soluções permanentes.

Portanto, é importante apontar que, para os próximos quatro anos, o Estado tem a preocupação de fortalecer a gestão dos problemas socioambientais, sobretudo com a escassez dos recursos hídricos e, a um só tempo, o interesse público (meio ambiente como bem comum), promovendo programas e projetos que venham constituir-se no espaço favorável à superação das necessidades da população, bem como favorecer, em larga medida, a superação dos limites, postos aos processos decisórios de formulação e de implementação de políticas públicas de mudanças climáticas, meio ambiente e recursos hídricos.

PÚBLICO DE INTERESSE

Sociedade piauiense

UNIDADES GESTORAS

Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos

UNIDADES TRANSVERSAIS

Instituto de Desenvolvimento do Piauí

OBJETIVO

Regularizar as Unidades de Conservação estaduais existentes e ampliar a proteção de áreas com características naturais relevantes.

INDICADORES DE RESULTADO

- ▶ Índice de efetividade de gestão das unidades de conservação estaduais

DIRETRIZES

- ▶ Garantir o cumprimento de todos os mecanismos legais para criação e gestão das Unidades de Conservação - UCs existentes e a serem criadas.
- ▶ Identificar áreas prioritárias com características naturais relevantes para conservação.

OBJETIVO

Desenvolver ações visando proteger, conservar e recuperar a flora, a fauna, o solo e os demais recursos naturais.

INDICADORES DE RESULTADO

- ▶ Índice de desmatamento ilegal
- ▶ Distribuição e/ou plantio de mudas

DIRETRIZES

- ▶ Aprimorar os meios de combate às infrações e às irregularidades ambientais.
- ▶ Instituir e executar a Política de Combate ao Desmatamento Ilegal.
- ▶ Garantir a melhoria contínua das condições operacionais das atividades relacionadas à Gestão Florestal do Estado.
- ▶ Garantir o processo de recuperação da vegetação, utilizando o plantio de espécies nativas.
- ▶ Implementar planos e projetos para a recuperação de Áreas Degradadas e/ou em processos de desertificação.
- ▶ Instituir e executar a Política Estadual de Proteção da Fauna Silvestre e de animais domésticos.

OBJETIVO

Garantir a sustentabilidade socioambiental, em consonância com as Políticas Nacional e Estadual de Meio Ambiente e Mudanças Climáticas, para fomentar o desenvolvimento socioeconômico do Estado.

INDICADORES DE RESULTADO

- ▶ Porcentagem de municípios com selo ambiental decorrente do ICMS Ecológico
- ▶ Zoneamento Ecológico-Econômico do Cerrado

DIRETRIZES

- ▶ Implementar programa de pagamento por serviços ambientais e promover a monetização de ativos ambientais e serviços ecossistêmicos.
- ▶ Fortalecer os instrumentos de promoção do ordenamento territorial com vista à regularização ambiental urbana e rural, garantindo o desenvolvimento sustentável.
- ▶ Fortalecer e executar planos para prevenção, mitigação e recuperação de eventos climáticos extremos.
- ▶ Fortalecer a Política Estadual de mudanças climáticas e combate à pobreza.
- ▶ Apoiar a descentralização da Gestão Ambiental nos municípios.
- ▶ Garantir a melhoria contínua das condições operacionais das atividades de fiscalização e licenciamento ambiental.

OBJETIVO

Aumentar e incrementar as ações preventivas, de monitoramento e combate, de forma integrada com as demais instituições públicas e privadas, para combater os focos de incêndios florestais, visando à defesa da vida e à proteção ambiental.

INDICADORES DE RESULTADO

- ▶ Índice de incêndios florestais ilegais

DIRETRIZES

- ▶ Promover a integração dos órgãos envolvidos nas ações de combate a incêndios florestais.
- ▶ Promover e ampliar as ações preventivas junto às comunidades, minimizando as queimadas irregulares e aumentando a defesa social.
- ▶ Fortalecer o sistema estadual de monitoramento de focos de incêndio.

OBJETIVO

Fortalecer a Política Estadual de Educação Ambiental, para difundir o uso sustentável de recursos hídricos, dos mananciais, o manejo apropriado dos resíduos e a conservação do meio ambiente.

INDICADORES DE RESULTADO

- ▶ Municípios com coleta seletiva
- ▶ Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) destinados a aterros sanitários controlados
- ▶ Índice de implementação da Educação Ambiental nas escolas Estaduais

DIRETRIZES

- ▶ Desenvolver e incentivar a educação ambiental e pesquisas científicas voltadas à conservação do meio ambiente.
- ▶ Incentivar alternativas para destinação final dos resíduos sólidos.
- ▶ Implementar e garantir que a dimensão ambiental integre a formação de professores e alunos em todos os níveis e disciplinas.
- ▶ Promover a sinergia entre os órgãos da administração pública estadual, visando à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais.
- ▶ Fomentar o ecoturismo como ferramenta de educação ambiental não formal.

OBJETIVO

Fortalecer a gestão hídrica do Estado e garantir o acesso à água com qualidade e quantidade para os usos múltiplos, de forma sustentável, em consonância com as Políticas Nacional e Estadual de Recursos Hídricos.

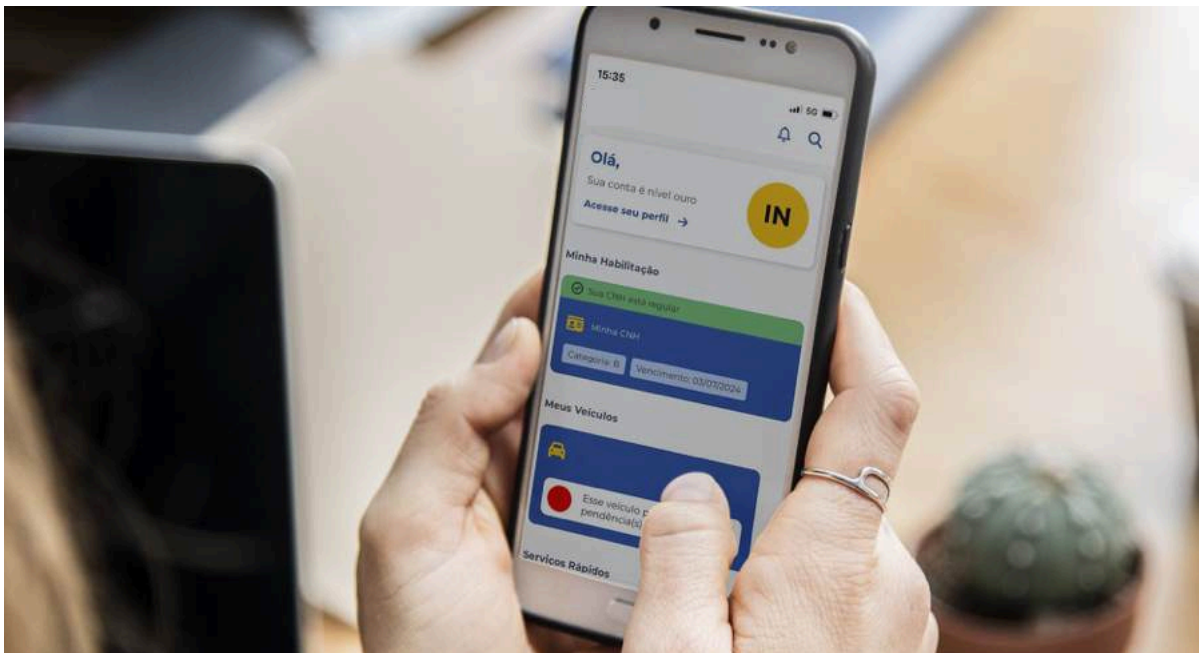
INDICADORES DE RESULTADO

- ▶ População atendida com rede de água
- ▶ População atendida com rede de esgoto
- ▶ Recuperação de nascentes e rios do Estado
- ▶ Variação do número de ocorrências de doenças de veiculação hídrica

DIRETRIZES

- ▶ Fortalecer e garantir a fiscalização e monitoramento dos recursos hídricos, incluindo segurança de barragens.
- ▶ Desenvolver e implementar o sistema estadual de gestão de recursos hídricos.
- ▶ Ampliar e modernizar a rede hidrometeorológica do Estado.
- ▶ Implementar e aperfeiçoar os instrumentos da política estadual de recursos hídricos.
- ▶ Proteger e melhorar a qualidade dos corpos d'água, por meio da conservação e preservação das nascentes, matas ciliares e recuperação das áreas degradadas.

Gestão



A Gestão pública por Resultados (GpR) atende às demandas do cidadão e otimiza o uso dos recursos disponíveis. Nesse contexto, mensurar resultados representa estabelecer indicadores de desempenho, metas e sistemas de monitoramento de forma a promover a constante melhoria dos índices de eficiência e efetividade das organizações públicas.

Além do desempenho, a gestão pública orientada por resultados é um importante instrumento de transparência e *accountability*. Tais instrumentos reforçam que o Estado não deve apenas entregar serviços públicos com eficiência, mas de forma aberta e democrática. Apesar de serem conceitos interligados, a transparência torna as decisões, as regras e outras informações produzidas no setor público visíveis à população em geral, enquanto a *accountability* representa a prestação de contas dos componentes da administração por seus afazeres. Essas características facilitam o controle e a participação social, colocando as políticas públicas em evidência para avaliação dos cidadãos, e aumentam a confiança das organizações públicas.

Diante disso, o **Programa Gestão, Inovação e Transformação Digital** tem o desafio de aperfeiçoar a estrutura governamental do Estado por meio da Gestão por Resultados, guiada por valores como eficiência e eficácia, juntamente com a participação da sociedade. Isso vai permitir ter o sistema de governança pública funcional com ambiente favorável para desenvolvimento econômico, ampliação das parcerias institucionais com outros entes como Municípios, Estados, União ou iniciativas civis e a modernização da gestão dos recursos, insumos e pessoas.

A administração pública estadual piauiense vem investindo de forma contínua na transformação digital para aprimorar sua estrutura governamental. O Estado potencializou sua capacidade de ofertar serviços digitais, mas seus índices de cobertura ainda estão baixos em comparação ao nível nacional. A ampliação de documentos disponibilizados nos *sites* oficiais do governo, a atualização diária das redes sociais dos órgãos, a emissão de certidões, alvarás, licenças e permissões de forma digital, a criação e o investimento de Parques Tecnológicos são algumas medidas que promoverão a transformação digital e permitirão a modernização da gestão estadual.

Esse direcionamento tem como base a gestão fundamentada no compromisso com investimentos públicos realizados com responsabilidade social e fiscal, orientada por resultados e com participação social. Essa concepção de gestão será construída com foco na transformação digital, o que possibilitará agilizar os processos, mas também exigirá investimentos na segurança da informação e infraestrutura adequada. Por fim, essa nova abordagem de gestão permitirá atender aos interesses da sociedade, com destaque para a prestação de serviços públicos com qualidade, efetividade e equidade, visando à redução de desigualdades e ao crescimento econômico e sustentável.

PÚBLICO DE INTERESSE

Sociedade piauiense

UNIDADES GESTORAS

Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Piauí, Agência de Desenvolvimento Habitacional, Agência de Fomento e Desenvolvimento do Estado do Piauí S.A., Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado do Piauí, Coordenadoria da Juventude, Coordenadoria de Comunicação Social, Coordenadoria Estadual de Enfrentamento às Drogas e Fomento ao Lazer, Corpo de Bombeiros Militar, Departamento de Estradas e Rodagem, Departamento Estadual de Trânsito, Empresa de Gestão de Recursos do Estado, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí, Fundação Piauí Previdência, Fundação Rádio e Televisão Educativa do Piauí, Fundação Universidade Estadual do Piauí, Gabinete Militar do Governo do Estado do Piauí, Instituto de Regularização Fundiária e do Patrimônio Imobiliário do Estado do Piauí, Instituto de Águas e Esgotos do Piauí, Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Piauí, Instituto de Desenvolvimento do Piauí, Instituto de Metrologia do Estado do Piauí, Junta Comercial do Estado do Piauí, Procuradoria-Geral do Estado do Piauí, Secretaria de Estado da Administração e Previdência, Secretaria da Agricultura Familiar, Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Direitos Humanos, Secretaria da Assistência Técnica e Defesa Agropecuária, Secretaria da Cultura, Secretaria da Defesa Civil, Secretaria da Educação, Secretaria da Fazenda, Secretaria da Infraestrutura, Secretaria da Irrigação e Infraestrutura Hídrica, Secretaria da Justiça, Secretaria da Saúde, Secretaria da Segurança Pública, Secretaria das Cidades, Secretaria das Mulheres, Secretaria das Relações Sociais, Secretaria do Agronegócio e Empreendedorismo Rural, Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Secretaria do Desenvolvimento Regional, Abastecimento,

Mineração e Energias Renováveis, Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Secretaria do Planejamento, Secretaria dos Esportes, Secretaria dos Transportes, Secretaria Para Inclusão da Pessoa Com Deficiência, Secretaria de Governo, Superintendência de Representação do Estado em Brasília, Vice-Governadoria do Estado.

OBJETIVO

Garantir o equilíbrio econômico e financeiro do Estado com foco na responsabilidade fiscal e social, assegurando a qualidade do gasto público.

INDICADORES DE RESULTADO

- ▶ Nota CAPAG do Estado

DIRETRIZES

- ▶ Aprimorar os processos de execução, planejamento e monitoramento das receitas e despesas públicas.
- ▶ Aprimorar as metodologias tecnológicas de fiscalização para inibir a sonegação e evasão fiscal.

OBJETIVO

Integrar e ampliar a oferta de serviços públicos, garantindo a eficiência, eficácia e efetividade na ação governamental com foco na governança, na transformação digital e na gestão por resultados.

INDICADORES DE RESULTADO

- ▶ Índice de Transparência e Governança Pública (ITGP)

DIRETRIZES

- ▶ Garantir a qualidade da oferta de serviços públicos, com foco na qualificação e modernização dos órgãos do Estado por meio da infraestrutura física e tecnológica acessível e inclusiva.
- ▶ Aperfeiçoar a governança e gestão por resultados, fortalecendo a integração, o planejamento e o monitoramento estratégico entre os órgãos e nos órgãos.
- ▶ Fortalecer, fomentar e implementar cooperação técnico-institucional entre os órgãos, poderes e instituições públicas e privadas nacionais e internacionais.
- ▶ Aperfeiçoar o atendimento ao público por meio de melhorias constantes na prestação dos serviços públicos, com foco na avaliação dos usuários e plataformas digitais.
- ▶ Promover regularização fundiária e a alienação de bens imóveis não essenciais à ação governamental, subordinados à existência de interesse público devidamente justificada.
- ▶ Aprimorar a comunicação institucional por meio das mídias sociais e da ampliação e modernização dos canais de atendimento.
- ▶ Ampliar instrumentos, mecanismos e espaços de participação social na construção, monitoramento e avaliação de políticas públicas.
- ▶ Melhorar a sistematização e divulgação de dados e estudos socioeconômicos e ambientais.
- ▶ Fortalecer os instrumentos relativos à sustentabilidade das aquisições públicas.

OBJETIVO

Aprimorar e fortalecer a política de gestão de pessoas para melhorar a qualidade de vida e de trabalho dos servidores públicos estaduais.

INDICADORES DE RESULTADO

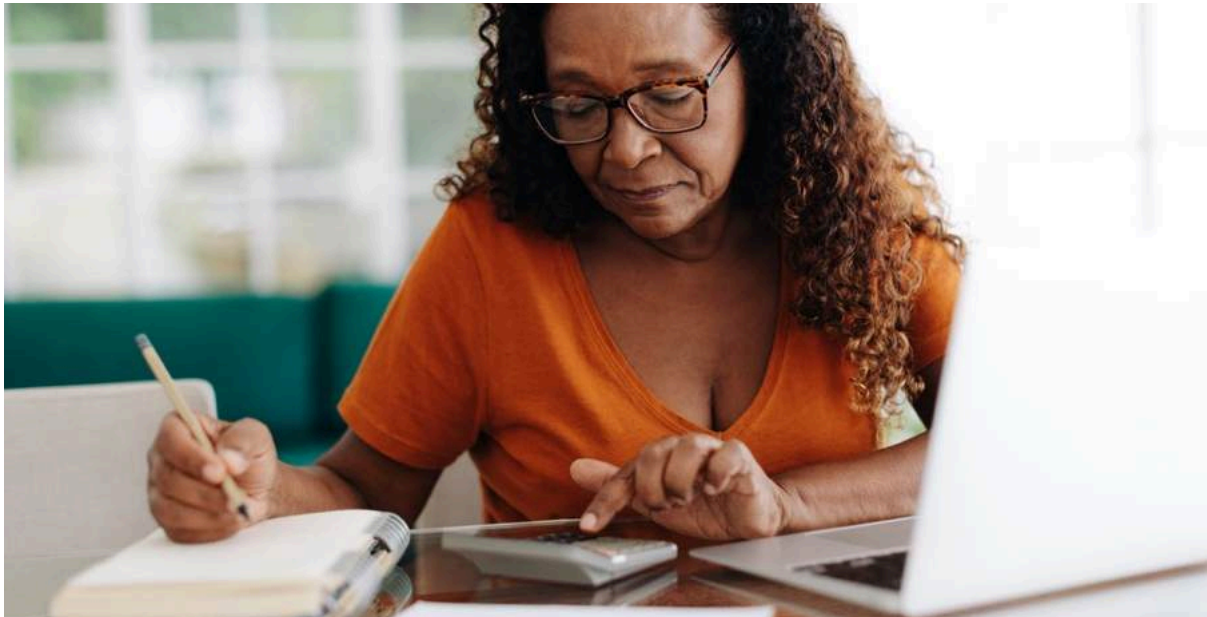
- ▶ Gestores Capacitados na Escola de Gestores
- ▶ Servidores Capacitados

DIRETRIZES

- ▶ Ampliar o corpo de servidores do Estado, garantindo inclusão e diversidade.
- ▶ Promover a saúde mental e qualidade de vida dos servidores de forma integrada e contínua.
- ▶ Aprimorar a gestão de pessoas por meio de processos de formação contínua, capacitações e avaliações de desempenho.
- ▶ Fortalecer a gestão de pessoas por meio da valorização dos servidores públicos estaduais e de suas respectivas carreiras.

0110 - PREVIDÊNCIA SOCIAL DO SERVIDOR

Gestão



O sistema previdenciário é o conjunto de normas e instituições que visa garantir a proteção social e a segurança financeira dos trabalhadores e seus dependentes em casos de invalidez, velhice, morte ou outras situações previstas em Lei. No Piauí, o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) é o regime previdenciário responsável pela administração dos benefícios previdenciários dos servidores estaduais. Ele é gerido pela Fundação Piauí Previdência (PiauíPrev), que também tem o papel de implementar e gerenciar a Previdência Complementar.

No Piauí, o RPPS desempenha papel fundamental na vida dos servidores e de seus dependentes. Ele estabelece as regras para a concessão de aposentadorias e pensões, determinando critérios como tempo mínimo de contribuição e idade para se obter o benefício. O sistema previdenciário busca garantir a segurança financeira desses servidores ao longo de suas vidas, assegurando fonte de renda segura e estável após anos de dedicação ao serviço público.

Historicamente, a previdência passou por diversas reformas devido a mudanças demográficas e econômicas. O envelhecimento da população, por exemplo, tem exigido ajustes nas regras previdenciárias para garantir a sustentabilidade dos regimes. Em 2019, ocorreu a Reforma da Previdência em âmbito nacional por meio da Emenda Constitucional nº 103/2019, que promoveu diversas alterações no tempo de atividade do trabalhador e no acesso aos benefícios para conter o *déficit* previdenciário. Para se adequar às mudanças, foi aprovada Reforma da Previdência no âmbito do Estado do Piauí, com a edição da Lei nº 7.331, de 27 de dezembro de 2019.

Além disso, no período entre 2006-2015, aconteceram fatos que elevaram o *déficit* da previdência dos Estados de maneira geral. A relação entre servidores ativos e inativos caiu com o tempo, e houve aumento real na remuneração dos servidores, que foi transmitido ao valor dos benefícios. Contudo, as alíquotas de contribuição não foram calibradas para esses cenários, e isso exigiu a realização de reformas.

Diante desse contexto, o Programa Previdência Social do Servidor busca continuamente a gestão eficiente, transparente e sustentável. A administração cuidadosa dos recursos previdenciários, aliada a investimentos seguros e rentáveis, é fundamental para manter o equilíbrio financeiro e atuarial, evitando que a despesa previdenciária reduza investimentos necessários em infraestrutura, saneamento básico, educação, saúde, habitação e segurança, e garanta os benefícios dos servidores. Ademais, a transparência na gestão e a comunicação clara são essenciais para garantir a confiança dos servidores no sistema.

A administração estadual pela PiauíPrev será o jurisdicionado responsável em unificar e centralizar a gestão da previdência a fim de dar resposta célere e adequada aos beneficiários do regime. Também será responsável por monitorar indicadores que garantam o equilíbrio financeiro do sistema, como a relação das receitas, despesas e *déficits* da previdência sobre a receita corrente líquida.

Dentro dessas circunstâncias, a gestão previdenciária do Piauí deve estar empenhada em oferecer serviço de qualidade aos servidores do Estado. Isso implica gestão eficiente dos recursos, atuando de forma responsável para garantir a continuidade dos benefícios, mesmo diante dos desafios demográficos e econômicos. O objetivo é assegurar a previdência sólida, capaz de atender às necessidades dos servidores e seus dependentes, garantindo-lhes segurança financeira e bem-estar na aposentadoria.

PÚBLICO DE INTERESSE

Servidor Público Estadual

UNIDADES GESTORAS

Fundação Piauí Previdência

OBJETIVO

Equacionar o *déficit* financeiro e atuarial, garantindo o pagamento dos benefícios previdenciários.

INDICADORES DE RESULTADO

- ▶ *Déficit* Financeiro da previdência em relação à Receita Corrente Líquida - RCL
- ▶ Quantidade de provas de vida não realizadas tempestivamente

DIRETRIZES

- ▶ Garantir a sustentabilidade do regime previdenciário.
- ▶ Aprimorar a qualidade da informação atuarial e promover a modernização do RPPS.
- ▶ Implementar unidade gestora única, com centralização da concessão e gestão da folha de benefícios de todos os Poderes.

0111 - MINISTÉRIO PÚBLICO POR TODO O PIAUÍ

Gestão



O Ministério Público do Estado do Piauí tem como principal desafio a defesa do cidadão piauiense, promovendo o acesso à Justiça de forma inclusiva e incentivando a participação mais ativa da sociedade na busca e efetivação de direitos. Para isso, até 2027, a instituição tem como prioridade adequar, estruturar e ampliar sua capacidade de atuação por meio de investimentos em sua estrutura física e tecnológica, priorizando estratégias de comunicação eficientes para estabelecer relação mais próxima, sensível e colaborativa com a população.

PÚBLICO DE INTERESSE

Sociedade em geral, membros e servidores do Ministério Público

UNIDADES GESTORAS

Ministério Público

OBJETIVO

Aperfeiçoar a gestão de pessoas com o propósito de elevar a qualidade dos serviços prestados à comunidade.

INDICADORES DE RESULTADO

- ▶ Números de concursos públicos realizados no MP-PI
- ▶ Percentual de Membros e Servidores Capacitados

DIRETRIZES

- ▶ Estabelecer políticas de valorização e reconhecimento dos profissionais, por meio de incentivos, benefícios e oportunidades de progressão na carreira, a fim de atrair e reter talentos qualificados.
- ▶ Realizar seleção de pessoal periodicamente, de acordo com o índice de vacância dos cargos, considerando o prazo de validade dos concursos.
- ▶ Ampliar o investimento na formação e capacitação contínua dos servidores, visando aprimorar suas habilidades e qualificações.
- ▶ Fortalecer a política de formação de membros e servidores condizente com as competências de cada cargo.

OBJETIVO

Implementar uma Política de Saúde Mental, visando promover o bem-estar psicológico e emocional de seus membros e colaboradores, e garantir um ambiente de trabalho saudável e acolhedor.

INDICADORES DE RESULTADO

- ▶ Índice de Saúde Mental Preventiva

DIRETRIZES

- ▶ Implementar um ambiente de trabalho saudável, que promova a qualidade de vida, o bem-estar e a motivação dos colaboradores, especialmente no que tange à saúde mental.
- ▶ Fomentar a implantação de atividades educativas, voltadas à conscientização, à capacitação, ao diálogo, à construção de redes de apoio e à melhoria da cultura organizacional.
- ▶ Atuar na prevenção em saúde mental dos integrantes da Instituição, visando planejar, implantar e avaliar as intervenções que reduzam os riscos à saúde.

OBJETIVO

Fortalecer a atuação extrajudicial, visando à promoção da cidadania, defesa dos direitos fundamentais e ao fortalecimento das políticas públicas.

INDICADORES DE RESULTADO

- ▶ Índice de Resolutividade com Investigação Extrajudicial

DIRETRIZES

- ▶ Promover a formação e o aprimoramento técnico dos membros e servidores envolvidos na atuação extrajudicial, com foco nas habilidades de mediação, negociação, gestão de conflitos e formulação de políticas públicas.
- ▶ Ampliar as parcerias com entidades e organizações da sociedade civil, visando ampliar a efetividade das ações extrajudiciais, compartilhar recursos e conhecimentos e fortalecer a rede de proteção e defesa dos direitos fundamentais.
- ▶ Avaliar regularmente os resultados e impactos das ações extrajudiciais, por meio de indicadores e métricas definidas, buscando aprimorar constantemente as práticas e direcionar os esforços para áreas de maior relevância e demanda.
- ▶ Ampliar o quadro efetivo técnico da Instituição.
- ▶ Estruturar o escritório de projetos da Instituição, visando criar mecanismos para discussão e deliberação coletiva acerca da priorização da atuação por projetos, fortalecendo a atividade extrajudicial.

OBJETIVO

Promover a aproximação com o cidadão, fortalecendo a transparência, o acesso à justiça e a participação da sociedade.

INDICADORES DE RESULTADO

- ▶ Número de manifestações apresentadas na Ouvidoria

DIRETRIZES

- ▶ Ocupar de forma efetiva os espaços disponíveis na mídia, ampliando a visibilidade e a compreensão do papel do MP-PI.
- ▶ Estimular a participação do cidadão em consultas públicas, audiências e fóruns de discussão promovidos pelo MP-PI.
- ▶ Estabelecer canais de comunicação ágeis e eficientes para atender às demandas do cidadão e fornecer orientações sobre seus direitos.
- ▶ Ampliar ações descentralizadas e itinerantes, levando os serviços e informações por todo o Estado.
- ▶ Ampliar ações descentralizadas e itinerantes, levando os serviços e informações por todo o Estado.
- ▶ Ampliar parcerias com organizações da sociedade civil, instituições acadêmicas, órgãos públicos e entidades.

OBJETIVO

Promover a implantação da transformação digital, visando à modernização dos processos, aprimoramento da eficiência operacional e o fortalecimento da atuação institucional.

INDICADORES DE RESULTADO

- ▶ Quantidade de Serviços Digitais Ofertados ao Cidadão
- ▶ Percentual de atendimento aos indicadores da Política Nacional de TI - PNTI
- ▶ Índice da Adequação à Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD

DIRETRIZES

- ▶ Promover a adoção de tecnologias emergentes, como inteligência artificial, análise de dados, automação de processos e computação em nuvem.
- ▶ Ampliar o investimento em capacitação e no desenvolvimento dos membros e servidores, oferecendo treinamentos e programas de atualização em habilidades digitais e tecnológicas relevantes para a transformação digital.
- ▶ Desenvolver um plano de segurança da informação amplo, que integre a disponibilidade e a acessibilidade digital, tornando os serviços e as plataformas *online* acessíveis a todas as pessoas.
- ▶ Implantar um sistema de governança de TI efetivo na Instituição, visando garantir o alinhamento estratégico, o uso eficiente dos recursos e a segurança da informação.

OBJETIVO

Expandir a infraestrutura física da Instituição, visando proporcionar um ambiente de trabalho seguro e eficiente.

INDICADORES DE RESULTADO

- ▶ Índice de Expansão e Renovação de Infraestrutura Física

DIRETRIZES

- ▶ Buscar parcerias e recursos financeiros para viabilizar a expansão da infraestrutura física, incluindo convênios com órgãos públicos e captação de recursos externos.
- ▶ Criar um plano de expansão da infraestrutura física, considerando critérios como localização, acessibilidade, segurança e capacidade de acomodação das equipes de trabalho.
- ▶ Priorizar a utilização de soluções sustentáveis e ambientalmente responsáveis na construção e manutenção das novas instalações.

0112 - GESTÃO EFICIENTE ORIENTADA PARA GARANTIA DOS DIREITOS DOS HIPOSSUFICIENTES E DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE

Gestão



A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbendo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos. Assim, até 2027, tem como objetivo ampliar o atendimento aos hipossuficientes e aos vulneráveis de forma a consolidar o modelo público de assistência jurídica, sempre buscando a eficiência, a eficácia e a efetividade.

PÚBLICO DE INTERESSE

Cidadãos hipossuficientes / vulneráveis do Estado do Piauí

UNIDADES GESTORAS

Defensoria Pública do Estado

OBJETIVO

Aprimorar a gestão de recursos humanos para elevar a qualidade dos serviços prestados à sociedade.

INDICADORES DE RESULTADO

- ▶ Número de servidores capacitados
- ▶ Custo com Folha de Pessoal
- ▶ Servidores públicos efetivos contratados via concurso público

DIRETRIZES

- ▶ Ampliar o quadro efetivo de defensores públicos e servidores.
- ▶ Assegurar o pagamento da remuneração dos membros ativos, incluindo-se os respectivos encargos sociais e os auxílios alimentação, saúde e transporte e demais benefícios de caráter indenizatório.
- ▶ Aprimorar a gestão da instituição e promover capacitação aos servidores, com foco nos aspectos humanos, culturais e organizacionais.

OBJETIVO

Desenvolver ações de autocomposição para agilizar a resolução dos conflitos, visando uma maior efetividade na atuação extrajudicial.

INDICADORES DE RESULTADO

- ▶ Quantidade de Sessões de Conciliação e Mediação Realizadas

DIRETRIZES

- ▶ Promover, prioritariamente, a solução extrajudicial de conflitos, por meio da mediação, conciliação, arbitragem e demais técnicas de composição e administração de contendas.

OBJETIVO

Modernizar e ampliar a infraestrutura física e tecnológica, visando à otimização da gestão e à oferta de serviços de qualidade à sociedade.

INDICADORES DE RESULTADO

- ▶ Investimento em estrutura de tecnologia da Informação
- ▶ Unidades reformadas/construídas/locadas
- ▶ Investimento em bens móveis
- ▶ Investimento com manutenção e execução da gestão

DIRETRIZES

- ▶ Modernizar e expandir de forma sustentável a infraestrutura física e tecnológica, propiciando o maior suporte à execução das atividades finalísticas da Instituição.
- ▶ Garantir a operacionalização das atividades finalísticas e administrativas da Defensoria Pública.
- ▶ Desenvolver uma política de gestão de riscos, aprimorando os sistemas de controle.
- ▶ Elaborar e executar programas e projetos desenvolvidos no contexto da Defensoria Pública do Estado do Piauí, relativos às atividades-meio e atividades-fim.

OBJETIVO

Otimizar o atendimento ao público (internamente e externamente) com foco nas necessidades do cidadão.

INDICADORES DE RESULTADO

- ▶ Quantidade de atendimentos referentes às pessoas privadas de liberdade
- ▶ Promoção de Ações/Direitos Coletivos/ Projetos / Ações realizadas

DIRETRIZES

- ▶ Difundir os direitos fundamentais e fortalecer a imagem institucional, por meio da prestação de orientação jurídica, da promoção dos direitos humanos e da defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita aos necessitados na forma do inciso LXXIV do Art. 5º da CF.
- ▶ Ampliar a prestação jurídica integral e gratuita ao preso, devido a sua condição de vulnerabilidade, com a finalidade de garantir o fortalecimento de políticas públicas de educação em direitos, bem como aumentar as ações precípuas da instituição, refletindo seus valores e princípios estratégicos dispostos.
- ▶ Implementar soluções inovadoras de atendimento por meio da utilização de novas tecnologias e rotinas.

0113 - GOVERNANÇA E APRIMORAMENTO DAS AÇÕES DO PODER LEGISLATIVO

Gestão



A Assembleia Legislativa do Estado do Piauí tem como principal desafio proporcionar o desenvolvimento de governança legislativa, constituído de valores, princípios éticos e competências para o gestor público. Até 2027, a Instituição tem como foco o desenvolvimento do padrão de excelência em sua atuação, primando pela adequação e modernização de sua estrutura, de forma a permitir maior aproximação com a sociedade piauiense.

PÚBLICO DE INTERESSE

População do Estado do Piauí

UNIDADES GESTORAS

Assembleia Legislativa do Estado do Piauí

OBJETIVO

Aprimorar a gestão de pessoas para a melhoria dos serviços ofertados à sociedade.

INDICADORES DE RESULTADO

- ▶ Quantidade de servidores da ALEPI capacitados
- ▶ Percentual de servidores nomeados na ALEPI

DIRETRIZES

- ▶ Promover capacitação e aperfeiçoamento aos servidores a fim de dar celeridade ao serviço público.
- ▶ Ampliar o quadro de servidores efetivos.
- ▶ Aprimorar e modernizar a gestão da folha de pagamentos.

OBJETIVO

Aprimorar e adotar boas práticas de governança, visando à melhoria e efetividade das atividades.

INDICADORES DE RESULTADO

- ▶ Índice de transparência do Poder Legislativo
- ▶ Quantidade de audiências públicas

DIRETRIZES

- ▶ Fomentar o controle social e a *accountability*, por meio da capacitação e melhoria dos instrumentos de Transparência.
- ▶ Instituir mecanismos que ampliem a gestão de informação, transparência e publicidade.

OBJETIVO

Adequar e modernizar a infraestrutura física e tecnológica, com o intuito de melhorar significativamente a oferta de serviços à sociedade piauiense.

INDICADORES DE RESULTADO

- ▶ Adequação da infraestrutura física

DIRETRIZES

- ▶ Modernizar e adequar a infraestrutura física, incorporando as recomendações das legislações pertinentes, abrangendo aspectos como acessibilidade, prevenção de incêndios e outros requisitos aplicáveis.
- ▶ Aprimorar e fomentar o uso de inovações tecnológicas por meio de investimentos em TI.
- ▶ Implementar mecanismos eficazes de responsabilização dos agentes.
- ▶ Promover a simplificação administrativa, a modernização da gestão pública e a integração dos serviços públicos, especialmente aqueles prestados por meio eletrônico.
- ▶ Ampliar e democratizar a comunicação com a sociedade, modernizando a infraestrutura e logística de áudio e vídeo, bem como intensificar a utilização dos demais meios de comunicação e divulgação institucional, a fim de facilitar a todos os segmentos da sociedade o acompanhamento dos trabalhos do Parlamento.

Gestão



O Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI) tem como missão estratégica contribuir para o aprimoramento da administração pública mediante o controle da efetiva aplicação dos recursos públicos em benefício da sociedade piauiense. Assim, para o período de 2024 a 2027, o objetivo do TCE-PI é fortalecer as ações de controle externo com foco na melhoria da qualidade de vida das pessoas, primando pela institucionalização de soluções inovadoras e seguras.

PÚBLICO DE INTERESSE

População do Estado do Piauí

UNIDADES GESTORAS

Tribunal de Contas do Estado do Piauí

OBJETIVO

Fortalecer os controles externo e social, visando à melhoria da qualidade de vida das pessoas.

INDICADORES DE RESULTADO

- ▶ Quantidade de demandas feitas pela sociedade junto à Ouvidoria do TCE-PI

DIRETRIZES

- ▶ Intensificar ações educativas e orientadoras para jurisdicionados, visando às boas práticas na administração pública.
- ▶ Garantir a melhoria da prestação de serviços voltada à entrega de valor público.
- ▶ Aperfeiçoar o relacionamento e a articulação com as organizações públicas e sociais.
- ▶ Intensificar ações que promovam a transparência e a comunicação efetiva com a sociedade.

OBJETIVO

Otimizar a gestão governamental por meio das ações de controle externo para efetivação das políticas públicas.

INDICADORES DE RESULTADO

- ▶ Quantidade de ações de controle concluídas
- ▶ Quantidade de horas de cursos de capacitação para a sociedade

DIRETRIZES

- ▶ Aprimorar os métodos de auditoria e fiscalização com foco no controle de políticas públicas.
- ▶ Intensificar ações de controle preventivo e concomitante.
- ▶ Aperfeiçoar os mecanismos de monitoramento das decisões do Tribunal.
- ▶ Promover a cultura de gestão de custos institucional voltada à responsabilidade socioambiental e econômica.
- ▶ Fortalecer os mecanismos de governança institucional.

OBJETIVO

Promover a alta *performance* e modernização da gestão da instituição, para proporcionar a melhoria na prestação dos serviços, incluindo uma abordagem eficaz na gestão de pessoas, que priorize o desenvolvimento e valorização profissional e a construção de um ambiente de trabalho colaborativo e inovador.

INDICADORES DE RESULTADO

- ▶ Índice de transparência do TCE-PI
- ▶ Índice de servidores do TCE-PI capacitados

DIRETRIZES

- ▶ Aprimorar a gestão de desempenho voltada aos valores e aos resultados institucionais.
- ▶ Promover políticas de gestão fundamentadas nas competências individuais e na valorização das pessoas, com o propósito de alcançar de maneira eficaz os objetivos institucionais estabelecidos.
- ▶ Promover a cultura de inovação e de transformação da gestão institucional, fomentando a utilização de soluções tecnológicas integradas, seguras e de alto desempenho.

Gestão



O Tribunal de Justiça do Estado do Piauí (TJ-PI) tem como desafio maior garantir a justiça e a pacificação social, buscando assegurar os direitos fundamentais dos cidadãos e contribuir para a redução das desigualdades sociais. Até 2027, o TJ-PI tem como missão primordial o alcance da excelência na gestão, com a prestação de serviços de forma eficiente e efetiva, com soluções tecnológicas e prezando pela sustentabilidade, reforçando assim o papel do Judiciário como agente de transformação e promoção da Justiça.

PÚBLICO DE INTERESSE

População do Estado do Piauí

UNIDADES GESTORAS

Tribunal de Justiça do Estado do Piauí

OBJETIVO

Aperfeiçoar a gestão de pessoas, visando melhorar a prestação de serviços à sociedade, por meio de um conjunto de políticas, métodos e práticas adotados na gestão de comportamentos internos do órgão e na prestação jurisdicional, com vistas ao alcance efetivo dos objetivos estratégicos da instituição.

INDICADORES DE RESULTADO

- ▶ IPC-Jus do TJ-PI
- ▶ Índice de cumprimento da Res. CNJ nº 219/2016
- ▶ Índice de capacitação de magistrados
- ▶ Índice de capacitação de servidores

DIRETRIZES

- ▶ Promover as ações previstas nos Planos de Gestão, principalmente as elencadas no macrodesafio Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas, mediante a adequada distribuição e valorização da força de trabalho, simplificando os procedimentos e fluxos processuais de trabalho.
- ▶ Promover a adequada distribuição e valorização da força de trabalho.
- ▶ Simplificar/desburocratizar procedimentos e fluxos processuais e de trabalho.
- ▶ Ampliar e aprimorar o treinamento, capacitação, formação, aperfeiçoamento e especialização de servidores e magistrados.

OBJETIVO

Garantir o custeio e apoio às atividades judiciais, extrajudiciais e administrativas com observância dos critérios de economia, sustentabilidade, inclusão, acessibilidade, contribuindo para o melhor funcionamento da justiça em benefício da sociedade.

INDICADORES DE RESULTADO

- ▶ Índice de Desempenho de Sustentabilidade - IDS
- ▶ IEPC - Índice de Execução do Plano de Contratações da CGJ/PI

DIRETRIZES

- ▶ Executar o Plano Anual de contratações.
- ▶ Implantar o sistema gerencial de custos.
- ▶ Aperfeiçoar ações que estimulem o uso sustentável de recursos naturais e bens públicos, a redução do impacto negativo das atividades do órgão no meio ambiente com a adequada gestão dos resíduos gerados, o uso apropriado dos recursos finitos, a promoção das contratações sustentáveis, a gestão sustentável de documentos e a qualidade de vida no ambiente de trabalho.
- ▶ Promover ações previstas no Plano de Gestão.

OBJETIVO

Melhorar a infraestrutura física e tecnológica às atividades judiciais, extrajudiciais e administrativas, contribuindo para a eficiência, eficácia, efetividade, tornando o Judiciário piauiense mais moderno e democrático, com ênfase na garantia de acesso à justiça.

INDICADORES DE RESULTADO

- ▶ Índice de Execução do Plano de Obras
- ▶ Índice de Execução do Plano de Contratações de Tecnologia da Informação e Comunicação
- ▶ Índice de Execução de Projetos e Contratações com Impacto na democratização do acesso à justiça
- ▶ Índice de Modernização e Conformidade do Datacenter

DIRETRIZES

- ▶ Aplicar nos métodos de trabalho ferramentas de inteligência artificial; promover serviços e soluções tecnológicas por meio da consolidação das estratégias de TI previstas no PDTIC.
- ▶ Melhorar a Governança, Gestão e Infraestrutura em Tecnologia da Informação da instituição.
- ▶ Executar o plano de obras da instituição mediante melhorias e expansão na infraestrutura imobiliária e mobiliária.

OBJETIVO

Fomentar a promoção de políticas públicas judiciárias definidas pelo Conselho Nacional de Justiça.

INDICADORES DE RESULTADO

- ▶ Índice de cumprimento das políticas judiciárias

DIRETRIZES

- ▶ Cumprir as políticas judiciárias relacionadas aos eixos temáticos Garantia de Direitos Fundamentais e Direitos Humanos, bem como o de prestação Jurisdicional.

OBJETIVO

Apoiar o 1º Grau de Jurisdição no desempenho de suas missões.

INDICADORES DE RESULTADO

- ▶ IIPUJ - Índice de Incremento à Produtividade das Unidades Judiciárias do 1º Grau de Jurisdição

DIRETRIZES

- ▶ Contribuir para o incremento da produtividade do 1º grau de jurisdição por meio de medidas da gestão e impulsionamento de atividades.

OBJETIVO

Fomentar a orientação e fiscalização das serventias judiciais para fortalecer prestação jurisdicional e administrativa.

INDICADORES DE RESULTADO

- ▶ IICC - Índice de Incremento das Unidades Judiciárias do 1º Grau de Jurisdição com resultado satisfatório na Correição Anual

DIRETRIZES

- ▶ Contribuir para o incremento da produtividade do 1º Grau de jurisdição por meio de ações de orientação, fiscalização e controle.
- ▶ Incrementar a ação correcional, visando à melhoria na prestação jurisdicional.

OBJETIVO

Fomentar a orientação e fiscalização das serventias extrajudiciais para fortalecer a prestação extrajudicial.

INDICADORES DE RESULTADO

- ▶ IRCN - Índice de Reformulação do Código de Normas Aplicáveis aos Serviços Notariais e Registrais
- ▶ IEPA - Índice de Execução do Plano de Ações da Justiça Itinerante da Vice-CGJ/PI
- ▶ IFOSE - Índice de Fiscalização e Orientação sobre às Serventias Extrajudiciais

DIRETRIZES

- ▶ Realizar a fiscalização e prestar orientação às serventias extrajudiciais em matéria notarial e registral, além de outras matérias correlatas que se fizerem necessárias para o efetivo alcance da boa e regular prestação de serviço de qualidade à sociedade.
- ▶ Modernização, reformulação e atualização do Código de Normas da Corregedoria do Foro Extrajudicial.
- ▶ Promover ações relacionadas à Justiça Itinerante.

5 PPA EM NÚMEROS



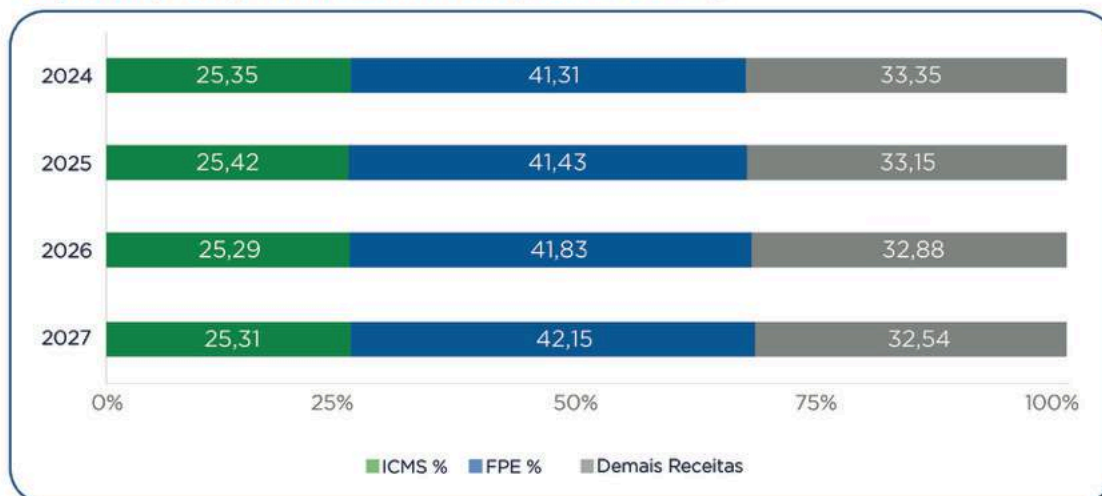
PPA em números

Para apresentar os grandes números propostos para o PPA 2024 - 2027, é essencial destacar que a solidez e o realismo fiscal foram alicerces no processo de construção do plano. A política fiscal do Governo tem como função precípua a promoção da gestão responsável dos recursos públicos, de modo a assegurar a manutenção do equilíbrio econômico-fiscal e o desenvolvimento do Estado. Essa política busca criar as condições necessárias para a sustentabilidade do endividamento público e tem o compromisso de promover a melhoria dos resultados da gestão fiscal, com vistas à implementação de políticas sociais distributivas e à realização de investimentos em infraestrutura, de forma a garantir a prestação de serviços de qualidade à sociedade piauiense.

Nesse sentido, o Governo vem empenhando-se na melhoria da qualidade da tributação, no aperfeiçoamento dos mecanismos de arrecadação, fiscalização e controle, o que tem reduzido a evasão e a elisão fiscal, possibilitado o contínuo crescimento da receita tributária e, por consequência, o cumprimento das metas fiscais estabelecidas ano a ano. Do lado da despesa, os Poderes constituídos do Estado estão imbuídos do inarredável compromisso de aprimorar permanentemente a qualidade do gasto público e cada vez mais ampliar os investimentos em áreas essenciais, como Educação, Saúde, Segurança e Inclusão Social.

Com relação ao financiamento das políticas públicas, as principais receitas administradas pela Fazenda Estadual são o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e o Fundo de Participação dos Estados (FPE), que no quadriênio de 2024 a 2027 representam em média 67,2% da Receita Corrente Líquida (RCL) total estimada para o referido período, conforme o gráfico abaixo:

Representatividade do ICMS e do FPE na Receita Corrente Líquida (RCL) total estimada (2024-2027)



Fonte: Diretoria de Projeções e Metas Fiscais - DPMF/SEPLAN-PI

Ao realizar a previsão das receitas para o período do Plano Plurianual, foram feitas projeções com base em séries temporais, utilizando-se modelos e parâmetros macroeconômicos. Para o quadriênio, na estimativa do ICMS, adotaram-se as expectativas da variação do índice de preços (IPCA) e do crescimento econômico (PIB), constantes do Relatório FOCUS do Banco Central do Brasil, disponíveis em junho de 2023; e, para o FPE, utilizou-se a variação anual prevista no Relatório de Projeções Fiscais (STN) de dezembro de 2022.

Além disso, para os anos de 2024 a 2027, encontram-se no escopo do planejamento estadual a contratação e a execução de novas operações de crédito com agentes internacionais e nacionais para a execução de investimentos em políticas públicas e infraestrutura.

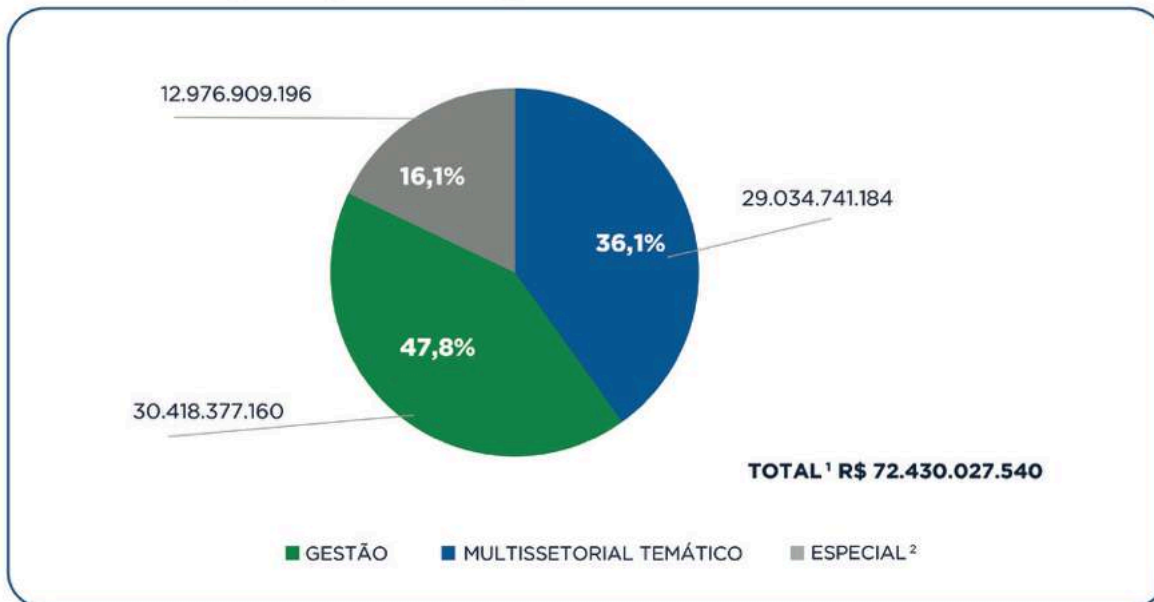
Todos esses recursos juntos possibilitarão o processo de execução física e financeira dos programas PPA para o próximo quadriênio, o que envolverá um montante de R\$ 80,4 bilhões de reais, considerando todos os programas que compõem o PPA, inclusive os 5 programas pertencentes aos Poderes, como pode ser visto na tabela 1 abaixo.

Tabela 1: Meta Financeira por Programa PPA

PROGRAMAS	META FINANCEIRA (R\$)				TOTAL POR PROGRAMA
	2024	2025	2026	2027	
PIAÚ SAUDÁVEL	2.299.167.145	2.483.178.992	2.574.935.008	2.605.420.712	9.962.701.857
PIAÚ COM MAIS CULTURA, ESPORTE E LAZER	20.615.409	10.199.542	9.759.658	8.659.127	49.233.736
PIAÚ EDUCAÇÃO	2.238.813.581	2.369.724.956	2.475.003.363	2.577.572.554	9.661.114.454
PIAÚ SEGURO	347.492.214	380.987.289	352.512.648	310.895.845	1.391.887.996
PIAÚ INCLUSIVO	130.178.392	118.253.072	110.321.149	119.718.879	478.471.492
PIAÚ INTEGRADO	2.156.899.875	1.966.305.459	1.521.622.537	623.786.843	6.268.614.714
AVANÇA PIAÚ	66.790.903	46.334.159	45.522.954	47.070.966	205.718.982
PIAÚ PRODUTIVO	104.507.213	254.403.879	256.422.335	229.078.998	844.412.425
PIAÚ VERDE	35.562.096	53.354.679	43.128.533	40.540.220	172.585.528
GESTÃO, INOVAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL	4.297.627.675	4.404.463.295	4.671.629.648	4.940.605.876	18.314.326.494
PREVIDÊNCIA SOCIAL DO SERVIDOR	2.826.759.653	2.843.354.653	3.086.328.951	3.347.607.409	12.104.050.666
MINISTÉRIO PÚBLICO POR TODO O PIAÚ	277.021.844	288.435.144	299.972.550	311.971.452	1.177.400.990
GESTÃO EFICIENTE ORIENTADA PARA GARANTIA DOS DIREITOS DOS HIPOSSUFICIENTES E DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE	115.334.116	120.085.882	124.889.317	129.884.890	490.194.205
GOVERNANÇA E APRIMORAMENTO DAS AÇÕES DO PODER LEGISLATIVO	455.392.871	473.892.871	484.492.871	496.682.871	1.910.461.484
CONTROLE EXTERNO EM DEFESA DA SOCIEDADE	158.647.465	164.993.364	171.593.098	178.456.822	673.690.749
JUSTIÇA E CIDADANIA	892.051.435	928.803.954	965.956.112	1.004.594.357	3.791.405.858
ENCARGOS DE NATUREZA ESPECIAL	2.753.719.297	3.325.835.206	3.239.650.606	3.445.050.291	12.764.255.400
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	53.163.449	53.163.449	53.163.449	53.163.449	212.653.796
TOTAL POR ANO	19.229.744.633	20.285.769.845	20.486.904.787	20.470.761.561	80.473.180.826

Desses recursos, como pode ser observado no gráfico abaixo, considerando apenas os programas que envolvem o Poder Executivo: 36,1% estão alocados em programas Multissetoriais Temáticos (voltados para as entregas de bens e serviços à sociedade), 47,8% em programas de Gestão (Gestão, Inovação e Transformação Digital e Previdência do servidor) e 16,1% em programas de Natureza Especial (Encargos e Reserva de contingência).

Valor Global por Tipo de Programa - Executivo



Fonte: SIAFE-PI

¹ Total incluindo os Poderes: R\$ 80.473.180.286

² Os programas do tipo Especial correspondem aos Encargos Gerais e Reserva de Contingência.

A maior parte dos recursos voltados para os programas Multissetoriais Temáticos (previsão de recursos na ordem de R\$ 29.034.741.184,00 para o próximo quadriênio) está nos eixos de Saúde e Bem-Estar (34,5%) e Educação Inclusiva e de Qualidade (33,3%), como mostrado no gráfico abaixo.

Valor Global por Eixo Finalístico - Executivo



Fonte: SIAFE-PI

Por fim, é essencial evidenciar que a metodologia gerencial deste PPA é integralmente vinculada ao orçamento, ou seja, a execução orçamentária das ações se dará por meio das Leis Orçamentárias Anuais (LOA) e refletirá a execução financeira do PPA ao longo dos próximos 4 anos.

6 ABORDAGEM GERENCIAL PPA



ABORDAGEM GERENCIAL DO PPA

A administração pública deve estar voltada para questões estruturais visando à superação de desigualdades e ao desenvolvimento sustentável da sociedade, mas também para as necessidades imediatas dos cidadãos. Por vezes, essa urgência faz com que os governos em geral concentrem seus esforços na solicitação e disponibilização de recursos, sem uma conexão com políticas estruturantes de longo prazo. Dessa forma, é crucial estruturar um modelo de planejamento que conecte urgências e sonhos em planos estratégicos com foco em resultados.

É nesse aspecto que a adoção de uma abordagem gerencial do Plano Plurianual – PPA viabiliza a operacionalização do planejamento para além do foco restrito às questões orçamentárias – que são limitadas no curto prazo e dependente de fatores econômicos às vezes incertos no longo prazo. Uma adequada gestão do PPA permite alocação eficiente dos recursos públicos, garantindo o máximo impacto social e o cumprimento dos objetivos definidos, viabilizando a tomada de decisões com base em evidências. Assim, ao monitorar e avaliar de forma consistente os resultados alcançados, o Governo pode identificar possíveis problemas e ajustar as políticas de acordo com as necessidades da população. Isso contribui para a melhoria contínua das ações governamentais e fortalece a confiança dos cidadãos nas instituições públicas.

De acordo com a Constituição Federal/88, o PPA é um instrumento que estabelece diretrizes, objetivos e metas para o desenvolvimento em médio prazo, e sua elaboração e a aprovação constituem apenas o primeiro passo do processo de planejamento governamental. É essencial transformá-lo em uma ferramenta eficaz de gerenciamento, monitoramento e avaliação de resultados. Isso requer uma gestão pública comprometida e capacitada, capaz de implementar as ações planejadas e acompanhar seu progresso, devendo permitir o controle externo e societal de suas ações, com transparência e abertura à participação popular.

Para elaboração e implementação do PPA 2024-2027, considera-se como “gerencial” algumas características cruciais como: definição clara e coerente de resultados e da carteira de programas, conectando objetivos estratégicos do governo e demandas da sociedade; a especificação de objetivos específicos em cada um dos programas, com a identificação de seus indicadores e metas, bem como o detalhamento das entregas e recursos financeiros alocados para os quatro anos; identificação das ações não orçamentárias e as medidas institucionais habilitadoras da transformação desejada no período; e, não menos importante, a definição dos órgãos responsáveis por cada programa, viabilizando a responsabilização.

A implementação do PPA requer articulação em três dimensões específicas e complementares: o gerenciamento, diferenciando a intensidade de esforços para acompanhamento das atividades; o monitoramento e a avaliação. No que se refere ao gerenciamento, para que seja efetivo, deve ser baseado no desdobramento das entregas, em prazos específicos e na especificação de ações. Já em relação ao monitoramento – que se diferencia do acompanhamento – o principal foco é subsidiar as decisões necessárias para superação de inevitáveis obstáculos – restrições – que surgem durante a execução dos programas. Por fim, referente à avaliação, destaca-se que é uma das etapas mais importantes da gestão do PPA. Seu objetivo é assegurar o aperfeiçoamento contínuo dos programas e do Plano, provendo subsídios para corrigir falhas de concepção e execução, bem como atualizar objetivos e metas em relação às demandas da sociedade e garantir que os resultados destinados aos diversos públicos de interesse ocorram efetivamente.

O processo de avaliação em particular representa um avanço importante para o próximo quadriênio do PPA. O processo de avaliação possui três focos: avaliação de desempenho dos meios associados às prioridades (referência às diretrizes, aos indicadores, à realização das entregas e à execução das medidas institucionais previstas); avaliação dos objetivos estratégicos (análise crítica do conjunto de resultados dos programas associados e do prognóstico de alcance dos resultados finalísticos estabelecidos); e alcance da visão de futuro (orientada para o prognóstico quanto ao alcance dos resultados finalísticos estabelecidos na visão). Com isso, tem-se de fato um ciclo positivo no qual as ações são criticamente revisadas.

No Estado do Piauí, a visão gerencial do planejamento vem se intensificando desde a elaboração e implementação da Metodologia de Gestão por Resultados (GpR) do PPA 2020-2023 e se consolida atualmente com o processo de elaboração do PPA 2024-2027. De acordo com o Manual de Gestão por Resultados do Governo do Estado do Piauí (2020), os macroprocessos de monitoramento e avaliação visam promover a disciplina de execução das estratégias, estabelecer métodos para mensuração de resultados e garantir um acompanhamento regular e revalidação das premissas e condicionantes que orientam a estratégia de desenvolvimento escolhida. Dessa forma, todo o processo de planejamento do próximo quadriênio possui uma base sólida, que se aprimora a cada ciclo avaliativo.

Destaca-se que, a partir de 2021, o macroprocesso de monitoramento passou a ser executado em todos os órgãos do Estado, coletando informações, produzindo dados, identificando soluções para os riscos, verificando o alcance das metas e auxiliando na tomada de decisões. Essa prática será mantida e aperfeiçoada em todos os órgãos da administração direta e indireta do Poder Executivo estadual, que deverão informar mensalmente a execução física das entregas finalísticas, bem como possíveis restrições enfrentadas, por meio do Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado do Piauí (SIAFE-PI).

Adicionalmente ao monitoramento da execução física pelo SIAFE-PI, destaca-se que a consolidação da abordagem gerencial se verifica na integração dos sistemas SIAFE e o Sistema de Monitoramento das Ações Estratégicas - SIMO, representando um ganho importante na análise baseada em evidências no Estado, uma vez que o SIMO conjuga o histórico de execução de projetos e evolução dos indicadores, para além do monitoramento orçamentário das entregas. Com isso, tem-se uma cultura de planejamento com foco em políticas públicas prioritárias de forma integrada com os valores disponíveis e necessários para sua consecução. Especificamente, essa metodologia integrada considera o cenário fiscal macroeconômico de médio prazo com o mapeamento das despesas vinculadas a cada compromisso, orientando alterações orçamentárias e ajustes de rota - representando assim uma mudança gradual no padrão de planejamento estratégico, tático e operacional do Piauí.

Diante do exposto, considera-se que o acompanhamento e monitoramento do próximo Plano Plurianual (2024-2027) serão essenciais para garantir a eficiência, eficácia e efetividade dos programas governamentais, fortalecer o controle social, aumentar a transparência nos gastos públicos e nas entregas de bens e serviços à sociedade, contribuindo para o aprimoramento da gestão pública. O acompanhamento focará no necessário detalhamento do modelo de gestão do PPA, com a definição de governança, do processo decisório e de gestão, a definição dos responsáveis e a identificação das necessidades de adequação dos sistemas informatizados de gestão. O monitoramento, por sua vez, estará orientado para a disseminação das informações de modo transparente e à participação social, elementos complementares e basilares para o êxito desse processo.